

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

SARA CAROLINA DUARTE FEIJÓ
Memória da resistência à ditadura:
Uma análise do filme Batismo de Sangue
(Versão corrigida)

Dissertação para a obtenção do título
de mestre em História Social
Orientador: PROF. DR. ULYSSES TELLES GUARIBA NETTO

São Paulo
2011

SARA CAROLINA DUARTE FEIJÓ
Memória da resistência à ditadura:
Uma análise do filme Batismo de Sangue
(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) como requisito necessário para a obtenção do título de Mestre em História

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto (FFLCH-USP)

Membros:

Prof. Dr. Marcos Antônio Silva (FFLCH-USP) e

Prof. Dr. Paulo Henrique Martinez (Unesp)

Data de aprovação: 02 de março de 2011

RESUMO

O presente estudo pretende analisar de que forma o filme *Batismo de Sangue* (2006), do cineasta Helvécio Ratton, contribui para retomar e ampliar a memória sobre a oposição à ditadura militar desempenhada pelos frades dominicanos do convento de Perdizes, em São Paulo, nas décadas de 1960 e 1970. Nosso objetivo é explicar qual o papel dos chamados frades pregadores naquele período e como eles se envolveram com o líder comunista Carlos Marighella (1911-1969), criador da Ação Libertadora Nacional (ALN). Antes de proceder à análise do filme e discutir as condições em que foi produzido, dedicaremos alguns capítulos à descrição da história da Ordem dos Dominicanos, do embate entre as alas conservadora e progressista da Igreja Católica brasileira ao longo do século XX e à biografia de Carlos Marighella. A análise do filme *Batismo de Sangue* é o assunto da segunda parte deste estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Dominicanos, Religião, Resistência, Ditadura Militar, Brasil, Anos 1960-1970

ABSTRACT

This work aims to examine how the Brazilian film *Batismo de Sangue* (2006), directed by Helvécio Ratton, contributes to resume and to expand the memory of the opposition to military dictatorship exercised by the Dominican Friars of the Perdizes Monastery, in Sao Paulo (Brazil) in the 60's and in the 70's. For that, the goal is to explain the role of the so-called friars preachers during this period, showing how they got involved with the Communist leader Carlos Marighella (1911-1969), founder of the Ação Libertadora Nacional (ALN). Before proceeding with the movie analysis and discussing the conditions under which it was produced, some chapters will be devoted to describing the history of the Order of Dominicans as well as the clash between the conservative and the progressive wings of the Brazilian Catholic Church during the twentieth century. There will also be the biography of Carlos Marighella. The analysis of the film *Batismo de Sangue* is the subject of the second part of this study.

KEYWORDS: Dominicans, Religion, Resistance, Military Dictatorship, Brazil, 1960's, 1970's

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação de mestrado é a realização de um grande sonho, que só se tornou possível graças à valiosa ajuda dos professores doutores Ulysses Telles Guariba Netto e Marcos Antônio Silva, que aceitaram orientar a minha transição do Jornalismo para a História.

Gostaria de dedicar este trabalho a quatro pessoas muito especiais:

- À minha mãe e mestra, Lourdes Duarte, que me ensinou a ler
- Ao meu pai, Luiz Carlos Feijó, meu maior exemplo na busca de conhecimento
- À minha amiga Inez Kasai, que me estimulou a sonhar cada vez mais alto
- E ao meu marido Marcos Kiss, que não me deixou desistir.

SUMÁRIO

Parte I – Introdução e contexto histórico

1. A História da Ordem dos Dominicanos.....	10
2. A ala progressista da Igreja e as lutas sociais.....	28
3. Os dominicanos e a ação política.....	42
4. A “ameaça” Carlos Marighella.....	48
5. O combate da imprensa aos dominicanos.....	62

Parte II - Elementos para análise do filme *Batismo de Sangue*

6. De guerrilheiro a cineasta: Helvécio Ratton e a produção de <i>Batismo de Sangue</i>	79
7. Significações da narrativa no filme <i>Batismo de Sangue</i>	84
8. A disputa pela memória da resistência à ditadura.....	109
9. Observações finais.....	116
10. Anexos.....	122
Fontes e Referências Bibliográficas.....	152

INTRODUÇÃO

Quando decidi candidatar-me a uma vaga no Mestrado em História Social na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo eu estava disposta a estudar como os cineastas brasileiros retratam o período do regime militar (1964-1985). Sempre me interessei pelo tema ditadura e pensava investigar como o cinema nacional poderia ajudar a resgatar a memória desse período da nossa História. No final de 2006, comecei a elaborar um projeto que abordaria cerca de uma dezena de filmes sobre esse tema¹, todos produzidos a partir de 1994, ou seja, no âmbito do Cinema da Retomada².

Já no início do curso, meu orientador, o Prof. Dr. Ulysses Telles Guariba Netto, alertou-me para o fato de que a maioria dos filmes destacados eram maniqueístas e reducionistas. Com roteiros inspirados em livros de memórias de ex-guerrilheiros, a maioria deles monumentaliza a figura dos jovens que

¹ “Lamarca” (1994), de Sérgio Rezende, sobre a trajetória de Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR); “O que é isso, companheiro?” (1997), de Bruno Barreto, sobre o seqüestro de Charles Burke Elbrick, por militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN) e do Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8); “Ação entre amigos” (1998), de Beto Brant, drama ficcional sobre quatro amigos que participaram da luta armada e guardam traumas; “Quase dois irmãos” (2004), de Lucia Murat, drama ficcional sobre dois amigos de infância que vão para o mesmo presídio nos anos 1970 por motivos distintos: um é um preso político, o outro, um assaltante; “Araguaia, a conspiração do silêncio” (2004), de Ronaldo Duque, recriação ficcional da Guerrilha do Araguaia; “Cabra-cega” (2004), de Toni Venturi, thriller ficcional sobre a fase final da luta armada, inspirado em livro de memórias do ex-guerrilheiro Carlos Eugênio Paz, da ALN; “Zuzu Angel” (2006), de Sérgio Rezende, a cinebiografia de Zuleica Angel Jones, que denunciou a tortura e morte do filho nos porões do regime militar, nos anos 1970; “Sonhos e desejos” (2006), de Marcelo Santiago, romance ficcional sobre uma jovem estudante, um professor de literatura e um guerrilheiro ferido confinados em um apartamento; “O ano em que meus pais saíram de férias” (2006), de Cao Hamburger, tragicomédia sobre um garoto de 12 anos filho de militantes políticos caçados pela polícia; “Batismo de Sangue” (2006), de Helvécio Ratton, sobre um grupo de jovens frades dominicanos que presta apoio à ALN.

² Cinema da Retomada é o termo utilizado para designar os longas-metragens brasileiros produzidos a partir de meados da década de 1990. Depois do fechamento da Embrafilme pelo governo do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), a indústria nacional de cinema estagnou-se. Somente a partir criação da Lei de Incentivo ao Audiovisual (Lei nº 8.685/93), no governo Itamar Franco (1992-1994), que prevê incentivos fiscais para empresas que investirem em produções cinematográficas, tornou-se possível retomar a produção de filmes no Brasil.

pegaram em armas contra o regime militar. De forma geral, são construídos como filmes policiais, em que os militares são os vilões e os militantes de esquerda, os heróis.

Ao longo do primeiro ano de estudos, quando cursei disciplinas relacionadas à História do Cinema e à construção da memória pela historiografia, percebi que seria um equívoco aceitar a tese embutida nesses filmes de que os guerrilheiros foram os personagens principais da resistência à ditadura instalada após o Golpe civil-militar de 1964. Cheguei à conclusão de que, ao contemplar apenas a figura do guerrilheiro, o Cinema da Retomada fornece uma visão no mínimo parcial do que foi aquele período da nossa História. De acordo com Silva³, ao enfatizar a repressão a esses militantes de esquerda, tais filmes desprezam a figura do homem comum. “Eles não dizem que um operário, um professor, também poderia ser considerado um inimigo interno, e corria o risco de ser preso e torturado. A história do jovem que pega em armas parece ser mais emocionante”, afirma Silva.

Essa onda de filmes sobre guerrilheiros foi fruto de um modismo e refletiu a ideologia dominante no momento de sua produção. É o que se pode comprovar quando se analisa o fato de vários dos títulos selecionados começaram a ser produzidos durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do PT (2003-2006), quando ex-integrantes de organizações que pegaram em armas contra o regime militar ascenderam a postos importantes no governo: José Dirceu, ex-líder estudantil que foi fazer treino de guerrilha em Cuba, era o ministro da Casa Civil; Dilma Rousseff, ex-militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR, depois rebatizada como VAR-Palmares), era a ministra das Minas e Energia; e frei Betto, ex-integrante da Ação Libertadora Nacional (ALN), tornara-se assessor especial da presidência da República. Naquele período, popularizou-se a noção de que os jovens que fizeram parte da luta armada eram heróis ou mártires e que sua causa era justa, tanto que eles haviam triunfado e chegado ao poder.

³ SILVA, Marcos Antonio. Fala proferida em palestra sobre o filme *Cabra-Cega*, em 12 de novembro de 2007, como parte da **Mostra Cinema e Ditadura**, promovida pelo Cinusp Paulo Emílio, em São Paulo-SP, entre 29 de outubro e 14 de novembro de 2007

Decidi, então, que em vez de uma dezena de filmes, iria analisar somente aquele que me pareceu agregar um elemento novo à discussão: *Batismo de Sangue*, de Helvécio Ratton. Ainda não há estudos acadêmicos sobre esse longa-metragem – e esse ineditismo é um dos motivos que me levaram a escolhê-lo. O filme de ficção inspirado no livro homônimo de frei Betto destaca-se da produção cinematográfica daquele período por não ter um líder guerrilheiro como personagem principal. Nessa obra, os protagonistas são os frades dominicanos do Convento das Perdizes, em São Paulo. Como descreve Ratton, em sua biografia escrita por Villaça⁴, “até então, a participação da Igreja na luta armada não havia sido explorada pelo cinema”.

Diante dessa constatação, comecei a pesquisar em que medida o filme *Batismo de Sangue* poderia ajudar a contextualizar e compreender a atuação dos frades dominicanos na resistência à ditadura militar. Ao longo de mais de dois anos de estudos, além de mapear a bibliografia disponível sobre o tema, tive a oportunidade de entrevistar alguns dos protagonistas dos acontecimentos retratados no filme, como Oswaldo Rezende (frei Oswaldo), Carlos Josaphat Pinto de Oliveira (frei Carlos Josaphat), Fernando de Brito (frei Fernando), Magno José Vilela e Carlos Alberto Libânio Christo (frei Betto). Também entrevistei o advogado Mario Simas, que defendeu os dominicanos do processo instalado contra eles pela Justiça Militar, e o frei Marcelo Alves, de 36 anos, que até maio de 2010 era um dos responsáveis pela Escola Dominicana de Teologia (EDT), localizada no Alto do Ipiranga, na cidade de São Paulo.

Para tentar desvendar como se foi construindo a memória sobre a participação dos frades dominicanos na resistência à ditadura, recorri ainda a mais de 50 artigos publicados em revistas e jornais brasileiros de grande circulação, entre eles: *Realidade*, *Veja*, *Jornal da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*. As reportagens e editoriais analisados foram originalmente publicados no período de 1966 e 1981 (o ano do centenário da fundação da Ordem dos Dominicanos no Brasil).

⁴ VILLAÇA, Pablo. **Helvécio Ratton, o cinema através das montanhas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/TV Cultura, 2005. Pág. 414

Capítulo 1

A História da Ordem dos Dominicanos

A Ordem dos Dominicanos, cujo nome oficial é Ordem dos Pregadores (O.P.), foi criada na Idade Média pelo espanhol Domingo de Guzmán Garcés (1170-1221). Nascido em Caleruega, na região de Castela e Leão, atual Espanha, ele era membro de uma família nobre e teve sólida formação educacional. Estudou Ciências Humanas, Filosofia e Teologia. Em 1191, por ocasião de uma seca que gerou fome em toda a região espanhola de Palencia, chegou a vender todos os seus livros para socorrer os necessitados. Três anos depois, ordenou-se sacerdote e passou a dar aulas sobre as Sagradas Escrituras na mesma instituição onde havia se formado, o Estudio General de Palencia. Culto e bom comunicador, tempos depois Guzmán seria designado bispo de Osma, um burgo localizado em Castela e Leão.

Na época, a Igreja Católica estava ameaçada pelo poderio dos mulçumanos, que ocupavam boa parte da Península Ibérica. Além disso, em toda a Europa, devido à dissolução de costumes e à corrupção e à ganância do clero, pululavam heresias. A Igreja reagiu criando a chamada Santa Inquisição e financiando cruzadas para retomar os territórios ocupados pelos mouros. Durante uma missão diplomática no norte da Europa, Guzmán deparou-se com as heresias dos albigenses, como eram chamados os habitantes de Albi, povoado da região do Languedoque, na França. “Ele percebeu que os albigenses cometiam heresias porque nunca haviam tido acesso a autêntica pregação do Evangelho. No jargão daquela época, eles eram ‘cátaros’, ou seja, ‘puros, ignorantes’”, afirma o frei Oswaldo Rezende, O.P.⁵, ex-diretor da Escola Dominicana de Teologia (EDT), em São Paulo.

Convencido de que só a reforma dos costumes eclesiásticos e uma pregação qualificada pelo estudo poderiam combater a proliferação de

⁵ REZENDE, Oswaldo. Em entrevista a autora, em maio de 2010

movimentos heréticos, Guzmán propôs a criação de uma ordem religiosa que vivesse na pobreza, se dedicasse ao estudo e tivesse como missão evangelizar. “A título experimental, Guzmán começou seu trabalho missionário com os cátaros albigenses, procurando convencê-los com a Palavra e o Exemplo (*Verba et Exempla*). Dado o sucesso do seu empreendimento, ele e a equipe resolveram universalizar a experiência”, explica frei Oswaldo.

Guzmán fundou, então, a Ordem dos Pregadores, aprovada por uma bula do papa Honório III em 1216. No início, a ordem era composta por 16 frades e nove monjas. Seus princípios fundamentais eram o voto de pobreza, a formação teológica de seus membros e a fundação de conventos que eram verdadeiras fraternidades, com regras democráticas de funcionamento. Enquanto os frades saíam para pregar, as monjas zelavam pelo mosteiro, onde permaneciam rezando e estudando a Bíblia.

Até o surgimento da Ordem dos Pregadores, tomar a palavra em nome da Igreja era um privilégio dos bispos. Aos religiosos e religiosas que viviam em mosteiros cabiam tarefas como viver em oração, atender aos doentes e praticar a caridade. Contudo, Guzmán e seus confrades receberam do papa a missão de pregar o Evangelho por toda a parte, sendo isentos quanto a dioceses. O maior objetivo da Ordem era a difusão da fé católica, por meio da conversão dos não-cristãos. Viajando de dois em dois, seus integrantes foram fundando missões em países como Itália, Espanha e Portugal, a fim de cumprir o mandato de Jesus: "Ide pelo mundo inteiro anunciar a todos o Evangelho" (Marcos 16,15). Em 1334, treze anos após a sua morte, Domingo de Guzmán foi canonizado Santo Domingo (em português, São Domingos), e a Ordem dos Pregadores passou a ser conhecida como Ordem dos Dominicanos.

Um dos frades dominicanos mais influentes de todos os tempos foi São Tomás de Aquino (1225-1274). Nascido na Itália e membro da Ordem dos Pregadores desde os 19 anos de idade, ele foi considerado “o mais sábio dos santos e o mais santo dos sábios”. Professor de Teologia, Filosofia, Antropologia e Política, Tomás de Aquino conseguiu fazer a síntese de todas as correntes de pensamento da Humanidade, desde a Antiguidade até a Idade

Média. Ou seja: esse religioso dominicano foi o primeiro teólogo a fazer uma ligação entre o cristianismo e a visão aristotélica do mundo. Com o tempo, tornou-se o teólogo mais autorizado da Igreja Católica, pregando, por exemplo, que não existe contradição entre a Fé e a Razão. Segundo São Tomás de Aquino, a ética consiste em agir de acordo com a natureza racional. Todo o homem é dotado de livre-arbítrio, orientado pela consciência e tem uma capacidade inata de captar, intuitivamente, os ditames da ordem moral. O primeiro postulado dessa ordem moral é: “faze o bem e evita o mal”. Essa vertente da Teologia passou a ser chamada Tomismo.

O primeiro grande revés sofrido pela Ordem dos Dominicanos foi a sua expulsão da França, em 1790. Conforme explica o historiador, professor de Teologia e ex-frade dominicano Magno José Vilela, a partir da Revolução Francesa (1789), todos os bens pertencentes à Igreja naquele país foram expropriados pelo governo revolucionário. “Nesse contexto de lutas, os líderes da revolução expulsaram da França todas as ordens religiosas, entre elas a de São Domingos”, afirma Vilela, em entrevista à autora⁶. A Ordem Dominicana só voltaria a atuar na França mais de três décadas depois, por iniciativa de um dominicano chamado Henri Dominique Lacordaire (1802-1861).

Padre, jornalista, educador, deputado e acadêmico, Lacordaire entrou para a Ordem dos Dominicanos na Itália atraído pela missão e carisma da congregação, que era o de pregar e ensinar, bem como pelas regras de funcionamento. Lacordaire acreditava que a Ordem dos Dominicanos era mais progressista do que as demais, pois desde os seus primórdios mantinha regras democráticas de funcionamento: todas as autoridades internas eram eleitas pelo voto dos confrades e tinham mandatos previamente estabelecidos, ou seja, não-vitalícios.

De volta à França, em 1830 Lacordaire elegeu-se deputado e escreveu *A História de São Domingos*, obra que foi traduzida em vários idiomas. No plenário, sempre vestido com o hábito branco de frade dominicano, ele costumava proferir discursos inflamados em defesa da liberdade de expressão

⁶ VILELA, Magno José. Entrevista à autora, concedida em São Paulo em junho de 2010

e de associação. Lacordaire utilizava sua posição de parlamentar para tentar obter o apoio da opinião pública, falando em defesa dos direitos humanos e da tolerância religiosa. Com isso, em 1836 conseguiu permissão para refundar a Ordem dos Pregadores na França. A partir de então, ajudou a construir vários conventos, tais como os de Nancy (1843), Chalais (1844), Flavigny (1848) e Paris (1849), entre outros.

Juntos, tais mosteiros formariam o embrião da Província Dominicana Francesa. Seus membros seriam os grandes responsáveis pela difusão da Teologia criada por São Tomás de Aquino, o chamado Tomismo. Além de pregar por toda a Europa Ocidental, seguiam como missionários para vários continentes, como África, Ásia e América Latina.

Os primeiros membros da Ordem dos Pregadores chegaram ao Brasil no final do século XIX, durante o reinado de Dom Pedro II. Para combater a falta de missionários portugueses e assegurar a posse de territórios nas atuais regiões Norte e Centro-Oeste, o imperador autorizou a entrada de outras congregações religiosas no País. “O que salvou a situação das ordens religiosas no Brasil, antes da separação Igreja-Estado⁷ promovida com a proclamação da República, foi esse gesto. Desse modo, chegaram às nossas terras os lazaristas, os dominicanos e os salesianos e retornaram os jesuítas [*banidos de Portugal e de suas colônias por ordem do Marquês de Pombal, em 1758*]”, escreve o jornalista Ruy Nunes⁸, de *O Estado de S. Paulo*.

Em 1878 os frades Damião Segnerin e Benedito Sanz, ambos do convento de Toulouse, na França, aportaram na capital do império brasileiro. “Infelizmente, frei Damião morreu de febre amarela e seu confrade, então, decidiu voltar à Europa (...) Em 6 de outubro de 1881, a pedido de Dom Claudio Ponce de León, bispo da então Província de Goiás, chegaram frei Raimundo Madré, frei Lázaro Melizán e o irmão Gabriel Mole [*um leigo convertido, que*

⁷ Assinado em 7 de janeiro de 1890, na cidade do Rio de Janeiro, o decreto de separação Igreja-Estado determinou que funções antes reservadas à Igreja Católica passassem a ser desempenhadas por órgãos do governo. Assim foram criados o registro civil, o atestado de óbito, o casamento civil, as escolas públicas laicas e os cemitérios públicos municipais.

⁸ NUNES, Ruy. **Os Dominicanos no Brasil**. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30/10/1981

ajudava os frades nas tarefas cotidianas]. No dia 31 do mesmo mês, os três se estabeleceram em Uberaba (MG)”, escreve Nunes⁹.

Já nessa época, a Teologia pregada pelos dominicanos na Europa era conhecida pelas lideranças da Igreja Católica no Brasil. A *Suma Filosófica* de autoria do dominicano Salvador Roselli (1722-1784) exerceu papel importantíssimo na difusão do Tomismo. No século XIX, no Brasil, essa obra teria sido a base sobre a qual o filósofo e jurista José Soriano de Sousa teria escrito o seu *Compêndio de Filosofia*, adotado como livro-texto na maioria dos seminários brasileiros. “Dessa forma, através da obra de Soriano de Sousa, a Ordem de São Domingos começou a exercer benéfica influência nos meios estudiosos no Brasil”, escreve Nunes¹⁰.

Depois de abrirem o primeiro convento em Minas Gerais, os dominicanos começaram a fundar missões em várias cidades das atuais regiões Centro-Oeste e Norte. Em 1883, instalaram-se na cidade de Goiás, atualmente conhecida como Goiás Velho (GO). Em 1886, abriram uma missão em Porto Imperial, hoje chamada Porto Nacional (TO). Em 1888, o dominicano francês Gil Vila Nova instalou-se à margem esquerda do Rio Araguaia para evangelizar os índios caiapós. Com o tempo, esse posto de catequese foi crescendo a ponto de se tornar um povoado chamado Conceição do Araguaia (PA), atualmente mais conhecido por ter abrigado, a partir do final dos anos 1960, um foco de guerrilha rural organizado pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

Em artigo publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, em 1981, por ocasião do centenário de fundação da Ordem dos Pregadores no Brasil, o pensador católico Alceu Amoroso Lima (1893-1983), também conhecido pelo pseudônimo de Tristão de Athayde, resume a atuação dos dominicanos em nosso país: “Os dominicanos *franceses* chegaram imbuídos de ideais reformadores de Lacordaire. Sua atuação em nosso meio, de 1881 a 1981, já passou por três fases: a inicial, com a ida direta aos sertões do Araguaia; a seguinte, ao passarem desses sertões aos salões dos intelectuais dos grandes

⁹ NUNES, Ruy. Idem. Ibidem.

¹⁰ NUNES, Ruy. Idem. Ibidem.

centros urbanos; e por fim, a presente [*nos anos 1970 e 1980*], com sua influência junto às Comunidades Eclesiais de Base.”¹¹

Talvez por conhecer somente os dominicanos de origem francesa, que se envolveram na resistência à ditadura militar na década de 1960, nesse artigo Amoroso Lima deixa de mencionar que, além da Província de São Tomás de Aquino, regida pelos franceses, existiam no Brasil outros dois vicariatos dominicanos. O maior deles era o vicariato italiano, fundado em 1936, em Santa Cruz do Rio Pardo, no interior de São Paulo. Dirigido por frades pregadores originários de Bolonha, o grupo italiano acabaria assumindo as missões de Goiás Velho e Goiânia, enquanto o francês passou se a concentrar nos centros urbanos.

Nos anos 1950, o Brasil receberia ainda uma terceira leva de frades pregadores, vindos da República de Malta, um arquipélago situado no Mar Mediterrâneo. “Os dominicanos de Malta instalaram-se em Curitiba (PR), em 1952, e com o tempo foram abrindo missões em cidades do interior paranaense, como Matinhos e Londrina¹²”, descreve o frei Marcelo Alves, O.P., que fez seus estudos teológicos na capital paranaense.

Na primeira metade do século XX, dentro do contexto da Ação Católica, os missionários franceses começaram a estar mais presentes nos centros urbanos. Nas capitais, eles se dedicaram à pregação nas igrejas e em retiros espirituais, ao ensino universitário, a conferências, ao apostolado em bairros periféricos, etc. Em 1927, a Ordem dos Pregadores abriu um convento na cidade do Rio de Janeiro. Segundo Amoroso Lima, os dominicanos foram responsáveis pela fundação do Instituto Católico de Estudos Superiores, em 1932. Nessa instituição se ensinava não apenas Teologia tradicional e a de São Tomás de Aquino, como também a filosofia humanista de Jacques Maritain¹³ e Teilhard de Chardin. O instituto ajudou a tornar os dominicanos

¹¹ AMOROSO LIMA, Alceu. **O centenário dos dominicanos**. Folha de S. Paulo, São Paulo: 06/11/1981

¹² ALVES, Frei Marcelo. Entrevista concedida à autora em São Paulo em maio de 2010

¹³ Filósofo francês, Jacques Maritain (1882-1973) foi um dos principais expoentes do neotomismo no século XX. Católico praticante e autor obras como *Humanismo Integral* (1936), ele defendia que a ética não deveria fundar-se exclusivamente na razão, ou seja, deveria subordinar-se também à Teologia. Maritain se opunha tanto ao capitalismo liberal quanto aos

influentes entre os universitários e intelectuais e teria sido um dos embriões da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ).

Para auxiliar os frades dominicanos na missão brasileira, a partir dos anos 1930 começaram a chegar ao País dezenas de monjas e freiras seguidoras de São Domingos. Elas fundaram o próprio mosteiro na capital paulista e, tempos depois, se transferiram para São Roque, no interior do Estado de São Paulo.

Em 1938 a sede da Ordem dos Pregadores no Brasil seria transferida de Minas Gerais para a capital paulista. Naquele ano foi inaugurado o Convento Santo Alberto Magno, mais conhecido como Convento Dominicano das Perdizes, por localizar-se na Rua Caiubi, naquele bairro. A partir da segunda metade dos anos 1940, este seria o principal centro aglutinador de estudantes e intelectuais paulistas interessados em participar da ala progressista da Igreja Católica.

Nesse contexto, em 1946 os dominicanos franceses fundam um convento no bairro de Serra, em Belo Horizonte, em um local atualmente chamado Rua dos Dominicanos. Naquele edifício funcionava também o noviciado dos dominicanos, isto é, o centro de estudos onde os jovens se preparavam para se tornar frades.

Em 1957, ao lado do Convento de Perdizes, em São Paulo, os dominicanos fundam o Estudantado de Teologia e Filosofia. Nessa época, uma das principais lideranças entre os frades pregadores era o padre francês Jean-Louis Lebret, O.P. (1897-1966), fundador do movimento “Economia e Humanismo”. Nascido em Le Minihic-sur-Rance, na França, em 1897, Lebret entrou para a Ordem dos Pregadores em 1923. Estudou Teologia e Economia, tornando-se um dos primeiros teólogos a chamar a atenção da Igreja e do mundo ocidental para questões como o subdesenvolvimento e da necessidade de solidariedade com os países pobres.

regimes totalitários. “É preciso buscar uma nova sociedade temporal cristã, em que o Estado será laico, porém constituído segundo princípios cristãos. Como indivíduo, o homem é parte da sociedade e deve contribuir para aperfeiçoá-la”.

Ao longo de sua vida, Lebret viajou o mundo para pregar sobre as causas da desigualdade social e soluções para o subdesenvolvimento. Atuou sobretudo no Líbano, Senegal, Benim, Costa do Marfim, Brasil, Colômbia e Venezuela e Vietnã do Sul. Encorajou a fundação de um grande número de associações para o desenvolvimento social, em vários países do mundo, dentre os quais o Institut International de Recherche et de Formation, Éducation et Développement (Irfed), atual Centre International Développement et Civilisations Lebret-Irfed, em Paris.

A partir de 1947, Lebret esteve várias vezes no Brasil. Em uma viagem a São Paulo, nos anos 1950, Lebret teria proposto a Lucas Nogueira Garcez, governador do Estado 1951 a 1955, a divisão da administração da capital em subprefeituras e a criação de uma linha de metrô que ligasse as regiões Leste e Oeste da cidade. Em entrevista à autora, o teólogo e frade dominicano Carlos Josaphat Pinto de Oliveira (frei Carlos Josaphat, O.P.)¹⁴, que se encontrou pessoalmente com Lebret em São Paulo em 1952, disse que essas idéias foram expostas por Lebret em um documento de 5.000 páginas entregue ao governador Garcez. Atualmente, uma rua que dá acesso ao Palácio dos Bandeirantes, sede do Executivo paulista, chama-se Padre Lebret.

No final dos anos 1950, sacerdotes dominicanos como o francês Padre Lebret, o belga José Comblin¹⁵ e os brasileiros frei Mateus Rocha e frei Carlos Josaphat tornam-se referência para os integrantes do movimento estudantil, sobretudo em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. De acordo com o historiador e ex-frade dominicano Magno José Vilela¹⁶, a Ordem dos Dominicanos no Brasil costumava atrair a simpatia dos jovens “devido à sua visão liberal e libertária da compreensão do significado de Jesus e do

¹⁴ JOSAPHAT, Carlos. Entrevista à autora concedida em São Paulo, em março de 2010

¹⁵ Nascido em Bruxelas, na Bélgica, o sacerdote José Comblin (1923-2011) foi assessor da Juventude Operária Católica (JOC) e um dos criadores da Teologia da Libertação. No Brasil, deu aulas no Estudantado Dominicano de Perdizes até 1962. Em seguida, mudou-se para Santiago e lecionou na Faculdade de Teologia do Chile. Em 1965, a convite de Dom Helder Câmara (1909-1999), voltou ao Brasil para dar aulas no Instituto de Teologia do Recife. A partir de 1969, passou a atuar na criação de seminários rurais em Pernambuco e na Paraíba, em um movimento que ficou conhecido como a Teologia da Enxada. Expulso do País em 1971, Comblin partiu para o exílio no Chile, onde escreveria um livro chamado *A Ideologia da Segurança Nacional*, sobre a doutrina que servia de base para os regimes militares na América Latina.

¹⁶ VILELA, Magno José. Entrevista concedida à autora, em São Paulo, em junho de 2010

Evangelho, baseada nos estudos tomistas e sua intenção de servir ao povo de Deus de forma sólida e efetiva”.

De fato, as regras de funcionamento da Ordem dos Pregadores facilitavam o seu convívio social de seus membros com a comunidade local. A partir dos anos 1960, os frades pregadores passaram a utilizar a batina somente dentro do convento e durante cerimônias litúrgicas. Ou seja, do convento para fora, frades e noviços usavam trajes civis. Também tinham permissão para trabalhar fora e fazer seus estudos em instituições laicas. Por tudo isso, eles não ficavam indiferentes à realidade social e política de sua época.

Por usarem trajes civis e se comportarem como os jovens de sua idade, esses dominicanos conseguiam conviver no meio universitário e participar de discussões políticas de igual para igual com os alunos. Era comum que os frades mais experientes, com mais de 30 anos de idade, fossem dar palestras em escolas, universidades e retiros espirituais. Nesses encontros, eles costumavam doutrinar os estudantes para a necessidade de mudanças sociais.

Em entrevista aos organizadores do livro *Memórias do Exílio – Brasil 1964-19?? – Volume I: De Muitos Caminhos*, publicado em 1976, em Lisboa, o sociólogo Herbert de Souza (o Betinho) afirma que os dominicanos influenciaram toda uma geração de estudantes mineiros. “Havia um grupo de dominicanos com os quais discutíamos muito a doutrina social da Igreja. Eram homens que vinham da leitura de Lebreton e alguns liam mesmo Marx, ainda que só para contradizê-lo. A influência intelectual vinha sobretudo, mas não exclusivamente, da leitura de Mounier e de Teilhard de Chardin.”¹⁷

A partir do final dos anos 1950, os dominicanos começaram a fazer parte da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC). De início, atuavam junto ao movimento universitário católico, liderado por André Franco Montoro (1916-1999) e Chopin Tavares de Lima (1926-2007). Nos anos 1960, chegaram a integrar a executiva nacional da JEC e da

¹⁷ SOUZA, Herbert de, em depoimento aos organizadores do livro **Memórias do Exílio – Brasil 1964-19?? – Volume I: De Muitos Caminhos**, lançado em Portugal em 1976 e no Brasil dois anos depois.

JUC – alguns anos depois, esta última sofreria um racha e parte de seus integrantes criariam a Ação Popular (AP), de orientação marxista. “Como representantes da ala progressista da Igreja, os dominicanos eram bem quistos pelos estudantes. Alguns deles, como frei Mateus Rocha, chegaram a exercer forte influência sobre a indicação dos candidatos à presidência da UNE”, afirma o historiador e ex-frade dominicano Magno José Vilela, em entrevista à autora.

Entre os líderes estudantis oriundos da JEC e da JUC, Vilela aponta Herbert de Souza (o Betinho), Luís Travassos, Aldo Arantes, Vinícius Caldeira Brant, Jean-Marc von der Weid e José Serra. Em uma entrevista concedida no ano 2000 aos jornalistas Alberto Dines, Florestan Fernandes Júnior e Nelma Salomão para o livro *Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil – Volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil*, José Serra confirma ter havido forte ligação entre a ala progressista da Igreja Católica e o movimento estudantil. “Eu era da Ação Popular, da qual fui um dos fundadores. A Ação Popular era uma organização basicamente estudantil, (...) formada por estudantes que vinham da JUC e outros. Éramos um grupo de esquerda de conotação fortemente católica e cristã, cujo objetivo era a revolução, uma forma de socialismo pela via pacífica, uma sociedade mais justa, enfim, lutar por um Brasil melhor, essencialmente do ponto de vista da justiça social.”¹⁸ Em outra entrevista, concedida à revista *Rolling Stone Brasil* em setembro de 2010, Serra afirma ter sido ajudado pelos frades dominicanos quando era presidente da UNE (de 1963 a 1964). “Quando eu saí exilado do Brasil, em julho de 1964, fui para a Bolívia e fiquei lá batalhando para ir para a França, onde eu tinha uma bolsa de estudos oferecida pelos padres dominicanos.”¹⁹

Mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, as missas dominicais no Convento das Perdizes costumavam atrair intelectuais e estudantes ligados à ala progressista da Igreja. Contribuiu para isso a atuação da Editora e Livraria

¹⁸ SERRA, José, in: **Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil. Volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil.** São Paulo, Editora 34, 2000. Págs.192-215

¹⁹ SERRA, José. **Entrevista Rolling Stone – Eleições 2010.** Revista Rolling Stone Brasil, São Paulo: setembro de 2010. Com a bolsa oferecida pelos dominicanos, Serra começou a cursar Economia na França, mas menos de um ano depois desistiu do curso e voltou clandestinamente ao Brasil. Condenado em um processo da Justiça Militar, refugiou-se no Chile, onde concluiu seus estudos e permaneceu até 1974.

Duas Cidades²⁰, criada em 1954 pelo pernambucano José Petronilo de Santa Cruz, o frei Benvenuto, O.P. (1918-1997). Mantida pela Ordem dos Dominicanos, a livraria editava obras de autores brasileiros e também importava livros franceses, italianos e espanhóis na área das ciências humanas, muitos de teor marxista.

Dois dos livros mais vendidos da Editora e Livraria Duas Cidades eram *Princípios Para a Ação*, de Padre Leuret, O.P., e *Evangelho e Revolução Social*, do frei Carlos Josaphat, O.P. A empresa publicou ainda alguns dos primeiros escritos de autores como o crítico literário Antonio Candido, o historiador Roberto Schwarz e o economista Celso Lafer, futuro ministro das Relações Exteriores do governo Fernando Henrique Cardoso. Esse ofício acabaria transformando a discreta livraria localizada na Rua Bento Freitas, no centro de São Paulo, em um ponto de encontro de intelectuais de esquerda.

Professor do Estudantado de Teologia de Perdizes, frei Carlos Josaphat, o autor de *Evangelho e revolução social*, costumava fazer palestras em que pregava que a Igreja e o povo, unidos, poderiam promover a revolução social no Brasil. Em março de 1963, ele lançou um semanário chamado *Brasil: Urgente*. Em entrevista à autora, o frade explicou que o jornal nasceu para defender as Reformas de Base prometidas pelo presidente João Goulart e ajudar a convencer os eleitores brasileiros sobre a sua importância. “O *Brasil: Urgente* era uma tentativa de mobilizar a opinião pública. A idéia era conscientizar o povo para a ação social e política. Nós queríamos promover a revolução social por meio das eleições do ano de 1965, elegendo um parlamento que quisesse as Reformas de Base e depois vigiando e empurrando esse parlamento. Utilizávamos o jornal como instrumento para atrair o povo para a nossa causa.”²¹

Com o slogan “A Verdade, custe o que custar. A Justiça, doa a quem doer”, o semanário *Brasil: Urgente* era editado pelo frei Carlos Josaphat e pelo advogado trabalhista Mario Carvalho de Jesus. Trazia reportagens e editoriais

²⁰ O nome Duas Cidades era uma alusão a **Suma Teológica** de Santo Agostinho, que descreve a existência das cidades terrena e celestial, metáforas da matéria e do espírito.

²¹ JOSAPHAT, Carlos, em entrevista à autora, em São Paulo, em março de 2010

sobre temas como as Reformas de Base, a Revolução Cubana, as Ligas Camponesas de Francisco Julião, a pedagogia de Paulo Freire, o movimento sindical, a ala progressista da Igreja, o Centro Popular de Cultura da UNE (CPC) e as reivindicações do movimento estudantil. “Ou seja, era uma publicação que trazia as principais notícias sobre os movimentos sociais e revolucionários que estavam ocorrendo de norte a sul do País”, afirma frei Carlos Josaphat, em entrevista à autora. “Nosso objetivo era informar o povo sobre os grupos que estavam lutando para promover mudanças na estrutura da nossa sociedade, com objetivo de torná-la mais justa. Essas notícias não saíam nos jornais de grande circulação, que dependiam da publicidade de grandes grupos econômicos e financeiros contrários a essas mudanças”.

Entre os colaboradores fixos do jornal estavam jornalistas profissionais como Roberto Freire, Dorian Jorge Freire, Ruy César do Espírito Santo, Josimar Moreira e Fausto Figueira de Mello. Como colabores eventuais, havia nomes como Paulo Freire, Paulo Emilio Salles Gomes, Alceu Amoroso Lima, Otto Maria Carpeaux, Antonio Candido, Alfredo Bosi e Francisco Whitaker.

O jornal *Brasil: Urgente* teve início com uma tiragem de 100.000 exemplares, e podia ser encontrado em quase todos os Estados brasileiros – jovens e trabalhadores envolvidos em movimentos estudantis e operários ajudavam a vender os exemplares, que eram distribuídos via malote, por avião.

O semanário alcançou grande repercussão no meio operário e estudantil. Por causa disso, frei Carlos Josaphat passou a ser convidado para promover palestras sobre a visão dominicana da doutrina social da Igreja, as Reformas de Base e a chamada revolução social. Falava sobre esses assuntos até mesmo em programas de rádio e televisão. Foi a partir desse momento que os frades pregadores se tornaram assunto da mídia, e o Convento das Perdizes passou a ser alvo frequente de pichações, como as que chamavam os dominicanos de “padres comunistas”.

Nessa mesma época, políticos conservadores de direita e instituições como a Escola Superior de Guerra, a organização anticomunista Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD, fundado em 1959), a Sociedade

Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP, fundada em 1960) e o Instituto Brasileiro de Pesquisas de Estudos Sociais (IPES, fundado em 1961 e dirigido pelo general da reserva Golbery do Couto e Silva) já preparavam a conspiração civil-militar para derrubar o presidente João Goulart.

No final do ano de 1963 o frade Mateus Rocha deixa o cargo de prior da Ordem dos Dominicanos para ajudar na criação da Universidade de Brasília (UnB). “Ele foi chamado pelo Darcy Ribeiro [*então ministro-chefe da Casa Civil do governo João Goulart*] para criar o Departamento de Teologia da Universidade de Brasília, o primeiro curso do gênero em uma instituição laica e pública”, lembra Magno José Vilela, em entrevista à autora. “O projeto era que Darcy fosse o reitor da universidade e frei Mateus, o vice-reitor. Mas com a derrubada de Jango, tudo acabaria interrompido.”

O engajamento do ex-prior dominicano no governo João Goulart, bem como a grande repercussão alcançada pelo semanário *Brasil: Urgente* desagradaram à ala conservadora da Igreja. Em 11 de dezembro de 1963 o frei Carlos Josaphat acabaria sendo expulso do Brasil por ordem da Igreja e partiria para o exílio na Suíça. O jornal *Brasil: Urgente* continuou sendo editado por seus colaboradores até as vésperas do Golpe civil-militar de 1964. No total, teve 55 edições. A última a circular, datada de 28 de março daquele ano, anunciava que as Forças Armadas e os políticos de direita preparavam um golpe civil-militar para depor o presidente João Goulart, o que de fato acabaria ocorrendo três dias depois.

Com o fechamento do jornal, alguns dos frades dominicanos decidiram participar da resistência ao governo militar, dando apoio para reuniões de membros do movimento estudantil e militantes de esquerda ameaçados de prisão. “Evidentemente, não foi a totalidade da Ordem dos Pregadores que tomou essa atitude, e sim os frades e noviços mais ligados ao movimento estudantil”, afirma Magno José Vilela, em entrevista à autora.

Os conventos de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte passaram então a atrair ainda mais jovens e intelectuais. A maioria dessas pessoas,

ameaçadas de prisão, procurava os dominicanos para pedir abrigo. Outros queriam entrar para a vida religiosa.

Foi o caso do grupo formado pelo paulista Oswaldo Rezende (frei Oswaldo), o carioca Yves do Amaral Lesbaupin (frei Ivo), o cearense Tito de Alencar Lima (frei Tito) e os mineiros Carlos Alberto Libânio Christo (frei Betto), Magno José Vilela (frei Magno) e Luiz Felipe Ratton Mascarenhas (frei Ratton). Todos eles faziam parte do movimento estudantil em seus respectivos Estados e ingressaram na Ordem dos Dominicanos entre 1965 e 1966.

“Ao contrário dos estudantes de hoje, a nossa geração era muito politizada”, afirma frei Oswaldo Rezende. **“Não foi a Ordem dos Pregadores que nos tornou militantes. Nós escolhemos nos tornar dominicanos porque essa era uma instituição religiosa politicamente engajada.”** Esse engajamento é confirmado por Magno José Vilela, que ingressou no noviciado em janeiro de 1965. “Éramos 12 noviços, de várias partes do Brasil, a maioria egressos da Ação Católica (...) Havia muita discussão entre nós sobre os caminhos, os rumos do Brasil sob uma ditadura militar, o papel da Igreja. No nosso dia livre, aproveitávamos para fazer contatos com intelectuais, com quem discutíamos sobre literatura e política. Também convidávamos alguns deles, como o padre Henrique Vaz, da Ação Católica, e o advogado Milton Campos, ex-ministro da Justiça do governo Castelo Branco, a quem inquirimos sobre o problema das torturas, um assunto que ninguém no meio católico ousava tocar (...) **Ou seja, mesmo vivendo em um convento religioso, continuávamos ligados à realidade brasileira. O contrário teria sido impossível e impensável, por causa das opções e convicções que nos tinham levado à Ordem Dominicana**”²².

Segundo o cineasta Helvécio Ratton, diretor do filme *Batismo de Sangue*, “os dominicanos tinham uma posição de vanguarda de resistência ao regime militar. Aos domingos, suas missas reuniam mais de 1.000 pessoas e os frades não se furtavam de fazer discursos contra o regime militar. **Em um país essencialmente católico como era o Brasil daquela época, a**

²² VILELA, Magno José, em entrevista aos organizadores do livro **Memórias do Exílio – Brasil 1964-19?? – Volume I: De Muitos Caminhos**. Op. cit. Págs. 197-198

existência de religiosos marxistas que eram respeitados pelos fiéis, artistas e intelectuais era algo temerário para os propósitos da ditadura. Por isso, eles passaram a ser investigados por agentes da repressão”.²³

A informação é confirmada por frei Fernando de Brito, O.P, em seu livro de memórias *Diário de Fernando – Nos Cárceres da Ditadura Militar Brasileira*, escrito em parceria com frei Betto, e lançado em 2009²⁴. “Frei Chico [*Francisco de Araújo*], o prior, transformou as suas missas dominicais, às 11h, em tribuna livre de crítica ao regime militar. Seus sermões eram antecipadamente mimeografados e distribuídos aos fiéis, que superlotavam o templo, uns em busca de alimento à fé; outros, de esperança naqueles tempos de obscuridade. Jovens artistas, como Geraldo Vandré e Caetano Veloso, eram vistos no Convento das Perdizes, enquanto na Capela do Vergueiro, do outro lado da cidade [*na Rua São Daniel, no Alto do Ipiranga, onde atualmente funciona a Escola Dominicana de Teologia*], frei João Batista dos Santos e frei João Caldas Valença, que ali moravam, acolhiam lideranças operárias empenhadas em fundar uma central sindical²⁵.”

Frei Betto também admite que ele e seus colegas tinham simpatia pelo marxismo e estudavam em profundidade diferentes correntes de pensamento, de modo a formar consciência crítica e poder influir nos rumos da sociedade. Ao ser questionado pela polícia, em interrogatório logo após a sua prisão, em novembro de 1969, se havia lido as obras de Karl Marx, frei Betto responde: “Li também Engels, Lênin, Stalin, Mao, Guevara e Pascal, Kant, Hume e Hegel. Nós, dominicanos, aprendemos que, quando se quer conhecer uma teoria, o mais indicado é ir diretamente à fonte²⁶”. Em entrevista ao historiador Admar Mendes de Souza²⁷, o ex-frade dominicano João Caldas Valença, que não aparece no filme, mas fazia parte do grupo de religiosos que aderiram à ALN,

²³ RATTON, Helvécio. Entrevista à autora em Belo Horizonte em novembro de 2007.

²⁴ BETTO, Frei. **Diário de Fernando: Nos cárceres da ditadura militar brasileira**. São Paulo: Editora Rocco, 2009

²⁵ BETTO, Frei. Idem. Ibidem. Pág. 31

²⁶ BETTO, Frei. **Batismo de Sangue - A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito**. Editora Civilização Brasileira, São Paulo, 1982. Pág. 120

²⁷ SOUZA, Admar Mendes de. **Frades dominicanos em Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, FFLCH, 2003 (Dissertação de mestrado). Pág. 194

descreve que o apoio dos dominicanos aos opositores do regime militar ia além da participação no movimento estudantil. “Os conventos da Ordem estavam sempre abertos a reuniões da UNE, para os intelectuais, cineastas, estudantes e pequenos grupos marxistas que não tinham onde se reunir. **Abrigávamos também os procurados e arrumávamos trabalho para eles já com novos nomes civis.** Estudávamos muito os textos marxistas e, como tínhamos ligações com o Crusp e participávamos das famosas assembléias com alunos da USP e de outras universidades, conhecíamos todas as organizações universitárias a começar pela AP e pelos que faziam parte do agrupamento armado ALN (...) Nessa época líamos Althusser e todos os que fizeram releituras marxistas. Tínhamos acesso, em língua francesa, a todos os teóricos, de Mao Tse Tung a Camilo Torres, Che Guevara, Ho Chi Min, etc.”

Não só os frades pregadores de São Paulo, como também os de Belo Horizonte incomodavam o regime militar. Segundo a jornalista Mara Caballero, do *Jornal do Brasil*, o convento dominicano na capital mineira era considerado um importante centro de reflexões, onde a elite intelectual católica local discutia com frades, noviços e universitários as formas de engajamento dos cristãos na realidade social e política do país. “Muitos padres que ali viveram na década de 1960 foram testemunhas de alguns conflitos com a polícia política, que por duas vezes invadiu o prédio em busca de material considerado subversivo”, escreve Mara²⁸.

Segundo o jornalista Elio Gaspari²⁹, na época do Golpe civil-militar de 1964 a Ordem dos Dominicanos no Brasil contava com uma centena de frades e noviços, a maioria em São Paulo e Belo Horizonte. “Só no Convento de Perdizes, em São Paulo, viviam 50 religiosos, o que era considerado um número bem grande para os padrões da época”, afirma Vilela, em entrevista à autora. A título de comparação, Vilela acrescenta que, na mesma época, o convento dominicano de Saint Marie de La Tourette, em Lyon, na França, considerado o mais importante da Ordem, contava com 20 frades.

²⁸ CABALLERO, Mara. **Dominicanos, Hoje Como Sempre.** Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 09/08/1978

²⁹ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada.** São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

Em 1965 começam a correr boatos de que a Ordem dos Pregadores seria expulsa do País por ordem do presidente Castelo Branco. “Diziam que havia um decreto de expulsão na mesa do presidente e que a qualquer momento ele poderia assiná-lo”, lembra Magno José Vilela. “Ao mesmo tempo, em editoriais virulentos, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirmava que os frades da Colina de Perdizes não eram nada católicos”, afirma frei Oswaldo Rezende.

Em outubro de 1966, uma reportagem de cerca de dez páginas na revista *Realidade* proclamava que os dominicanos de Perdizes faziam “revolução na Igreja”³⁰: “Os dominicanos nunca deixaram de difundir as novas idéias de participação ativa na Igreja e no processo de transformação social brasileira, promovendo conferências, palestras, editando livros. Mais recentemente, têm feito inúmeros pronunciamentos contra a situação decorrente da revolução de 31 de março, sendo citados quase que diariamente na imprensa”.

Em 1967, em vista do recrudescimento do regime militar, vários militantes do movimento estudantil e do PCB decidem engajar-se na luta armada. Uma parte dos religiosos do Convento de Perdizes, em São Paulo, concorda em participar da Ação Libertadora Nacional (ALN), o grupo de luta armada fundado pelo ex-deputado federal e ex-líder comunista Carlos Marighella (1911-1969). A participação dos dominicanos na ALN, tema do livro *Batismo de Sangue*, publicado por frei Betto em 1981, será analisada mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

De acordo com Alceu Amoroso Lima, embora na Idade Média os dominicanos tenham participado ativamente da Inquisição³¹, no século XX eles eram considerados uma ala progressista da Igreja, por contestarem formas anacrônicas da expressão da doutrina católica e se colocarem ao lado dos oprimidos. “Na moderna história da Igreja, os dominicanos, outrora apodados

³⁰ KALILI, Narciso. **Revolução na Igreja**. Revista *Realidade* nº 7. São Paulo: Editora Abril, outubro de 1966

³¹ Os frades dominicanos foram os criadores do Tribunal da Santa Inquisição. De acordo com frei Carlos Josaphat, esse tribunal permitia que os acusados de heresias e bruxaria pudessem ter pelo menos direito a julgamento. Por isso, os dominicanos ficaram conhecidos como ‘os teólogos da Inquisição’.

de reacionários, por serem, com São Domingos, os fundadores da Inquisição, são hoje fulminados de comunistas ou pelo menos de revolucionários por aqueles que querem manter a Igreja na imobilidade de suas raízes e viram a cara, ostensivamente, à vitalidade dinâmica de seus ramos e de seus frutos, na transmutação universal de idéias e fatos. (...) A obra que esses frades estrangeiros vêm realizando no Brasil se insere nesse movimento universal de sua Ordem, da Idade Média à Idade Futura.^{32,}

³² AMOROSO LIMA, ALCEU. Idem. Ibidem.

Capítulo 2

A ala progressista da Igreja e as lutas sociais

Até a realização do Concílio Vaticano II (1962-1965), o ramo brasileiro da Igreja Católica era predominantemente uma instituição conservadora. Naquele tempo, as missas ainda eram rezadas em latim, com os padres de costas para a audiência, e a participação dos leigos no dia-a-dia da instituição era quase nula. Inspirados pelo movimento Ação Católica, que ganhou força na Itália durante o pontificado de Pio XI (de 1922 a 1939), intelectuais como Jackson de Figueiredo (1891-1928), Alceu Amoroso Lima (1893-1983) e Gustavo Corção (1896-1978) começam a defender uma maior participação dos católicos leigos nos rumos da Igreja e da política no País.

Em 1922, Figueiredo, Corção e Amoroso Lima criam o centro de estudos católicos Fundação Dom Vital, que tinha como missão difundir o catolicismo e combater o liberalismo e o comunismo. Em 1932, com o apoio de Dom Sebastião Leme, cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, Alceu Amoroso Lima e Gustavo Corção organizam a Liga Eleitoral Católica (LEC). Esse movimento tinha por objetivo ajudar a eleger candidatos comprometidos com o catolicismo.

Segundo o historiador e sacerdote católico Oscar Beozzo, membro da Comissão de Estudos de História da Igreja na América Latina (Cehila), a Igreja Católica teve muita influência na primeira fase do governo Getúlio Vargas. Por ter apoiado a Revolução de 1930, que levou o caudilho gaúcho ao poder, a Igreja Católica rapidamente cobrou dividendos. “Em 1931, a Igreja conseguiu que Vargas assinasse um decreto autorizando o ensino religioso nas escolas. Em seguida, realizou a campanha pela legalização do voto feminino, porque achava que as mulheres votariam num programa da Igreja, na questão da

família e da escola. Naquela época, o contingente de pessoas que votavam era de 2,8% da população. Então, a primeira batalha foi conseguir a aprovação do voto feminino, que veio no fim de 1932. Em todas as paróquias se criaram comitês de alistamento eleitoral, para que as pessoas tirassem título de eleitor. Isso foi uma campanha da Igreja, de norte a sul do país, para que todo cidadão alfabetizado se tornasse eleitor. O terceiro ponto foi a criação da Liga Eleitoral Católica, com um programa de dez pontos, que era a plataforma da Igreja, segundo a qual, qualquer candidato que assinasse embaixo, não importando o partido político, entrava na lista dos candidatos recomendados pela Igreja (...) A campanha se fazia dizendo: os deputados que se comprometem com esse programa são recomendados pela Igreja. E se pregava na porta de cada paróquia a lista dos candidatos que tinham assinado o compromisso. Todo mundo assinou, com exceção de uns cinco candidatos comunistas ou protestantes. Isso fez com que, na Constituição de 1934, todos os pontos que estavam no programa da Liga Eleitoral Católica se convertessem em pontos da Constituição.³³

Ou seja, apesar de manter a separação Igreja-Estado iniciada em 1890, Getúlio Vargas fez uma aliança de apoio recíproco com a Igreja Católica. Por esse motivo, a Constituição de 1934 trazia entre seus artigos os dez pontos exigidos pela hierarquia católica, tais como: a inscrição do nome de Deus na Carta; o ensino religioso facultativo nas escolas públicas; a assistência religiosa às Forças Armadas; a instituição dos sindicatos livres; e finalmente a não-inclusão de temas como o divórcio. Com a promulgação da Lei de Segurança Nacional³⁴, em 1935, e a instalação do Estado Novo, em 1937, Vargas liquidada

³³ BEOZZO, Oscar. In: **Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil. Volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil**. Op. cit. Pág. 47-48

³⁴ A Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, definia crimes contra a ordem política e social. Sua principal finalidade era transferir para uma legislação especial os crimes contra a segurança do Estado, submetendo-os a um regime mais rigoroso, com o abandono das garantias processuais. Nos anos seguintes à sua promulgação foi aperfeiçoada pelo governo Vargas, tornando-se cada vez mais rigorosa e detalhada. Em setembro de 1936, sua aplicação foi reforçada com a criação do Tribunal de Segurança Nacional. Após a queda da ditadura do Estado Novo em 1945, a LSN foi mantida nas Constituições brasileiras que se sucederam. No período dos governos militares (1964-1985), o princípio de segurança nacional iria ganhar importância com a formulação, pela Escola Superior de Guerra, da Doutrina de Segurança Nacional.

as forças de oposição. Mas os interesses da Igreja Católica continuam preservados.

Em 9 de junho de 1935 é criada oficialmente a Ação Católica Brasileira. Com forte presença clerical, a organização ditava como sacerdotes e fieis brasileiros deveriam atuar. Segundo frei Carlos Josaphat, a maior parte dos bispos considerava que a Ação Católica deveria ser um apostolado laico controlado pela hierarquia eclesiástica. “A ideia era valorizar a participação dos leigos na Igreja, clericarizando-os”, descreve Josaphat³⁵. “Os bispos diziam: nós precisamos dos leigos porque temos poucos padres. Então, onde não há padre, empurramos os leigos. Mas a Ação Católica com autonomia do leigo, não!”

Desde o início, a Ação Católica Brasileira provocou controvérsia dentro da Igreja. Bispos mais tradicionalistas, como Dom Sebastião Leme, do Rio de Janeiro, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, de Mariana (MG), e Dom Geraldo de Proença Sigaud, então bispo de Jacarezinho (PR), se opunham firmemente à participação dos leigos na política. “A posição majoritária da Igreja era: assistencialismo sim, revolução social não! (...) Dom Helvécio, por exemplo, colocava Jacques Maritain e o maritainismo como comunismo”, lembra Josaphat³⁶.

Outros religiosos, como Dom Antônio dos Santos Cabral, bispo de Belo Horizonte (MG), e Dom Helder Câmara, bispo de Recife e Olinda (PE), admitiam a possibilidade de reforma litúrgica. Já os dominicanos e parte dos franciscanos e beneditinos, influenciados pela filosofia tomista e pelo movimento Economia e Humanismo de Padre Lebrecht, eram a favor da reforma total, com a participação ativa dos religiosos na defesa dos oprimidos.

A esse respeito, o militante comunista Marco Antônio Coelho, ex-editor-executivo da Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, lembra que o relacionamento dos comunistas com a Igreja no século XX atravessou duas etapas. “Na primeira, nas décadas de 1920 e 1930, a Igreja travou uma

³⁵ JOSAPHAT, Carlos, in A preparação para a urgência dos tempos, entrevista a Leonardo Lucas Pereira publicada no livro **Utopia Urgente** (Editora Contexto, São Paulo, 2002)

³⁶ JOSAPHAT, Carlos. Idem. Ibidem.

campanha terrível contra comunistas, socialistas e anarquistas. Num segundo momento, uma parte da Igreja passou a se deslocar da hierarquia e apoiar o movimento operário e a reforma agrária. Internacionalmente falando, com poucas exceções num ou noutro país, a postura da Igreja sempre foi reacionária, no sentido de impedir que os católicos se aliassem às correntes progressistas”³⁷.

Entretanto, por volta de 1936 a 1938, surgem particularmente na França setores da Igreja que começam a se colocar de uma forma diferente. Sacerdotes deixam o isolamento das paróquias e passam a se integrar à sociedade civil como trabalhadores comuns, com o intuito de vivenciar a mesma rotina dos fieis e poder promover evangelização ou quem sabe mudanças sociais. Os sacerdotes adeptos desse movimento se tornariam conhecidos como padres-operários. Partindo de teses de filósofos como Jacques Maritain e do escritor Georges Bernanos, autor de *O Diário de um Pároco de Aldeia*, a partir dessa experiência dos padres-operários começa a haver uma transformação na Igreja. É nesse contexto que a Ordem dos Dominicanos assume uma nova postura, de diálogo com os setores oprimidos da sociedade.

Em 1937, quando Vargas instaura a ditadura do Estado Novo, os estudantes da cidade do Rio de Janeiro, então a capital federal, saem às ruas para protestar. Nesse mesmo ano, durante o I Congresso Nacional dos Estudantes, organizado na Casa do Estudante do Brasil com apoio do Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (Caco) da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é fundada a União Nacional dos Estudantes (UNE). Segundo reportagem da revista *Veja*, “na época da sua fundação e durante muitos anos, a UNE foi principalmente uma entidade nacionalista: saiu às ruas pela primeira vez exigindo que o Brasil entrasse na guerra contra o Eixo nazifascista; combateu a ditadura de Vargas; ajudou a construir os grandes partidos de direita, como a União Democrática Nacional (UDN). Carlos Lacerda, Alceu Amoroso Lima, Afonso Arinos, Milton Campos,

³⁷ COELHO, Marco Antônio. **Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil. Volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil.** Op. cit. Pág. 81

Pedro Aleixo, Sobral Pinto, todos no Rio, Jânio Quadros e Roberto de Abreu Sodré, em São Paulo, foram nomes que estiveram ligados a campanhas estudantis como a anistia para presos políticos, a do monopólio estatal do petróleo, contra a Lei de Segurança Nacional de 1950 e pela criação do restaurante universitário”.³⁸

Mesmo depois de Vargas instaurar a ditadura do Estado Novo, a hierarquia da Igreja Católica não deixa de apoiá-lo. “Em 1937, Getúlio liquida os sindicatos independentes e apóia a ação paternalista da Igreja no campo operário, que são os Círculos Operários Católicos. A Igreja continua apoiando Getúlio, porque ela recebe benesses do Estado varguista³⁹”, explica o padre Oscar Beozzo. Com isso, o movimento Ação Católica Brasileira se divide. De um lado ficam os adeptos ao catolicismo tradicional, que são a favor da multiplicação dos colégios católicos, da prática do assistencialismo e do combate ao comunismo. Já os católicos progressistas defendem uma Igreja popular, que encampasse as lutas dos operários e dos pobres.

As lideranças leigas, por sua vez, também se dividem. Enquanto Gustavo Corção e Plínio Corrêa de Oliveira tornam-se cada vez mais conservadores, Alceu Amoroso Lima desliga-se do grupo e assume a defesa da filosofia humanista de Jacques Maritain. “Nós, progressistas, éramos uma minoria barulhenta”, descreve frei Carlos Josaphat, em entrevista à autora. “Creio que, em todo o país, não existissem mais do que 30 ou 40 clérigos com real disposição de mudar a realidade social do país. Para ganhar força em nossa luta, contávamos com a ajuda dos leigos.”

Com a deposição do ditador Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, são convocadas eleições para a formação de uma Assembléia Constituinte. Na legalidade, o Partido Comunista do Brasil (PCB) torna-se uma força política capaz de rivalizar com legendas como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN). Naquele ano, o PCB elegeu um senador (Luís Carlos Prestes), 14 deputados federais (entre eles Jorge Amado,

³⁸ Reportagem **O Congresso Interrompido**, sobre o desmantelamento do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna. Revista Veja. São Paulo, Editora Abril, 16/10/1968

³⁹ BEOZZO, Oscar. **Op.cit.** Pág. 53

Gregório Bezerra, Carlos Marighella, João Amazonas e Maurício Grabois) e 46 deputados estaduais.

A nova Carta, promulgada em 18 de setembro de 1946, trouxe avanços como a liberdade de consciência, de crença e de exercício de cultos religiosos; a liberdade de associação para fins lícitos; a garantia de inviolabilidade da casa como asilo do indivíduo e de sua correspondência pessoal; e a extinção da pena de morte. Ou seja, a nova Constituição tornava possível ao cidadão comum participar de movimentos de luta social sem correr o risco de ser preso.

Esse período de liberdade de pensamento, contudo, durou pouco. Em 1947, com o alinhamento do governo do presidente Eurico Gaspar Dutra aos Estados Unidos, no contexto da Guerra Fria, os avanços alcançados com a Carta de 1946 sofrem retrocesso. Em maio de 1947, o registro do PCB é cassado. Em seguida, a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) é fechada e mais de uma centena de sindicatos são colocados sob intervenção. O Brasil rompe relações diplomáticas com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e, em 10 de janeiro de 1948, revoga os mandatos de todos os parlamentares eleitos pelo PCB, incluindo Marighella e Prestes. Segundo Dreifuss⁴⁰, nesse mesmo ano, é criada a Escola Superior de Guerra, difusora da Doutrina de Segurança Nacional, que passaria a justificar a repressão aos movimentos sociais como parte da geopolítica do mundo polarizado entre EUA e URSS.

Mesmo com o PCB na ilegalidade, seus militantes continuariam atuando de maneira clandestina. Influenciados por propostas socialistas, uma parte dos estudantes secundaristas e universitários se alia à ala progressista da Igreja Católica na luta contra as desigualdades sociais, por uma maior participação na política e pela expansão do ensino público. Nos anos 1950, segundo René-Armand Dreifuss⁴¹, o Brasil contava com 40 milhões de analfabetos e menos de 1% da população tinha acesso ao Ensino Superior. Em 1968, de acordo

⁴⁰ CANDIDO, Antonio. **A imagem e o gesto: Fotobiografia de Carlos Marighella**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999. Pág. 36

⁴¹ DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Vozes, 1981

com a revista *Veja*, o número total de universitários no Brasil seria de 213.000, o que representava menos de 2% da população entre 19 e 25 anos de idade⁴².

Com a adesão dos estudantes, a Ação Católica Brasileira passa a ser menos clerical e mais politizada. De acordo com frei Betto⁴³, “a Ação Católica desdobrava-se em movimentos juvenis: Juventude Agrária Católica (JAC), formada por jovens do meio rural; Juventude Estudantil Católica (JEC), composta por estudantes secundaristas; Juventude Independente Católica (JIC), formada por moças solteiras que haviam completado o ciclo escolar; Juventude Operária Católica (JOC, fundada na Bélgica em 1930, e que dera origem às demais) e Juventude Universitária Católica (JUC)”. Não se ingressava nesses movimentos senão por escolha de seus militantes.

Em Belo Horizonte, a JEC foi fundada em 1953, por iniciativa do frade dominicano Mateus Rocha, e sua sede era uma casa de propriedade da Ordem dos Pregadores. Jovens participantes do movimento, entre eles o futuro membro da Ação Popular⁴⁴, Herbert de Souza, o Betinho, eram convidados a comparecer às reuniões no convento da Ordem. Nessas palestras, também freqüentadas por intelectuais mineiros, além da liturgia católica, eram discutidos textos de Alceu Amoroso Lima, Gustavo Corção, Jacques Maritain, Antoine de Saint-Exupéry, Padre Lebret e Charles de Foucauld, entre outros. Era um cenário parecido com o que se via no Convento dos Dominicanos das Perdizes, em São Paulo.

Conforme descreve frei Fernando de Brito, em seu livro de memórias *Diário de Fernando*, lançado em 2009, “os frades recém-chegados da França, onde se formavam as primeiras gerações de dominicanos brasileiros, lembravam os jovens de Vila Rica diplomados pela Universidade de Coimbra no século XVIII: chegavam da Europa com a cabeça repleta de idéias novas,

⁴² **O Congresso Interrompido**. Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 16/10/1968

⁴³ BETTO, Frei. **Diário de Fernando – Nos Cárceres da Ditadura Militar Brasileira**. São Paulo: Rocco, 2009. Pág. 25

⁴⁴ Criada em 1961, a Ação Popular era uma dissidência da Juventude Universitária Católica (JUC), que postulava a derrubada da ditadura por meio da luta armada. Em 1966, a organização teria sido responsável o atentado frustrado ao então candidato à presidência general Arthur da Costa e Silva, em Recife. O episódio ficou conhecido como o Massacre do Aeroporto de Guararapes.

dispostos a revolucionar as instituições, apaixonados pelo catolicismo progressista francês do pós-guerra”.⁴⁵

Em dezembro de 1961 o Papa João XXIII convoca o Concílio Vaticano II, que se tornaria conhecido por promover uma profunda transformação na Igreja⁴⁶. Dominicanos como o Padre Lebret participam do concílio, que dura quatro anos. De acordo com Castro⁴⁷, “Lebret ficará na história da Igreja como uma das mais ricas fontes teóricas a que João XXIII recorreu para construir as suas duas encíclicas, *Mater et Magistra* e *Pacem in Terris*. E se João XXIII representou a grande virada da Igreja no século XX, no sentido de um mergulho rejuvenescedor no Evangelho, os dominicanos foram sem dúvida o grande pulmão do sopro dessa virada no Brasil”.

A partir do Concílio Vaticano II, antigas reivindicações do laicato católico começam a ser atendidas. Aos poucos, as missas deixam de ser rezadas em latim e os sacerdotes, agora voltados para a plateia, passam a fazer homilias que debatem a realidade social local à luz do Evangelho. Para os religiosos, outra revolução foi a possibilidade de poder trocar o hábito por trajes civis, com o objetivo de poder se aproximar do povo. Em paróquias mais progressistas, os sacerdotes ganharam mais autonomia para fazer suas pregações e até mesmo as freiras passaram a ter mais influência no dia-a-dia da instituição.

A ala conservadora da Igreja se recusou a aderir às inovações propostas pelo Concílio Vaticano II. Em 1960, o ex-deputado Plínio Corrêa de Oliveira cria a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) e

⁴⁵ BRITO, Fernando, em depoimento a Frei Betto no livro **Diário de Fernando**. Op. cit. Pág. 29.

⁴⁶ Convocado no dia 25 de dezembro de 1961, pelo Papa João XXIII, o Concílio Vaticano II foi oficialmente inaugurado no dia 11 de outubro de 1962. Reuniu cerca de 2.000 sacerdotes católicos de diversos países e foi realizado em quatro sessões. A última delas ocorreu em dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Nestas quatro sessões, os sacerdotes discutiram e regulamentaram vários temas relativos à atuação da Igreja Católica em todo o mundo. Suas decisões estão expressas em 4 constituições pastorais, 9 decretos e 3 declarações. Entre as mudanças mais importantes estavam o compromisso da Igreja na defesa dos pobres e marginalizados e a tentativa de aproximação entre os sacerdotes e as comunidades onde atuavam, no sentido de promover mudanças sociais. Antes mesmo do Concílio, o papa João XXIII havia se pronunciado sobre a necessidade de transformações sociais na encíclica *Mater et Magistra*, publicada em 15/05/1961.

⁴⁷ CASTRO, Marcos. **A Igreja e o Autoritarismo**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed., 1985. Págs. 45-46

passa a editar revistas e boletins em que defende a volta à Igreja pré-conciliar. Por meio da imprensa, jornalistas promovem acirrados debates sobre as mudanças propostas pelo papa. Enquanto Gustavo Corção mantém uma coluna no jornal *O Estado de S. Paulo* para atacar os católicos progressistas e defender a visão dos tradicionalistas, Alceu Amoroso Lima mantém uma coluna na *Folha de S. Paulo* para fazer o contrário. Durante mais de uma década, o jornalista Lenildo Tabosa Pessoa, do *Jornal da Tarde*, escreve textos sobre a suposta infiltração do comunismo na ala progressista da Igreja.

Após a renúncia do presidente Janio Quadros, em 25 de agosto de 1961, a oposição entre os católicos progressistas e os conservadores assume um forte caráter político. Em meio à crise institucional provocada pela saída de Jânio, os católicos conservadores se aliam aos partidos liberais para tentar impedir a posse do vice, João Goulart (Jango). Militantes comunistas, líderes de esquerda e estudantes saem às ruas para defender a posse de Jango, mas os ministros militares e a ala direitista do Congresso conseguem impor o regime parlamentarista. Em setembro de 1961, Jango assume a presidência, tendo Tancredo Neves como primeiro-ministro. Mas em janeiro de 1963, por meio de um plebiscito, a população decide pela volta do presidencialismo.

Referendado pelo apoio popular, Jango assume plenos poderes e dá uma guinada à esquerda em seu governo. Com o intuito de fazer aprovar à força as Reformas de Base, chega a solicitar a decretação do Estado de Sítio, mas retira o pedido três dias depois. Em outubro, o Congresso Nacional rejeita a emenda constitucional sobre Reforma Agrária proposta pelo PTB. Em novembro, estoura a greve dos cortadores de cana na Paraíba e em Pernambuco, apoiada pelo PCB. Em janeiro de 1964, Jango sanciona uma lei que limita a remessa de lucros de empresas multinacionais ao exterior. Em 13 de março, em um comício realizado na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ele promete levar adiante as Reformas de Base e é ovacionado por membros de partidos de esquerda, da ala progressista da Igreja e do movimento estudantil.

Contudo, entre católicos conservadores, industriais, políticos e autoridades civis e militares, as medidas tomadas por Jango causaram

indignação. Em 19 de março, milhares de pessoas compareceram à Marcha da Família com Deus Pela Liberdade⁴⁸, liderada por senhoras católicas com o terço nas mãos, que pediam a renúncia de João Goulart. O movimento foi apoiado por militares ligados à Escola Superior de Guerra, industriais e políticos como Carlos Lacerda (governador do Estado da Guanabara), Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e Adhemar de Barros (governador de São Paulo). Em 31 de março, as tropas do general Mourão Filho deixam Juiz de Fora (MG) rumo ao Rio de Janeiro, deflagrando o golpe-civil militar contra o presidente da República. Jango se dirigiu para Brasília, mas sem apoio, se refugiou no Rio Grande do Sul e, de lá, rumou para o exílio. Nas ruas, a queda do presidente foi comemorada por membros da classe média e da ala conservadora da Igreja. A própria Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) emitiu uma declaração apoiando “o levante militar que livrou o Brasil do perigo do comunismo”.

A ala progressista da Igreja, contudo, permanece combativa. De acordo com Alves⁴⁹, após o Golpe civil-militar de 1964, uma parte do clero, alinhada com as inovações propostas pelo Concílio Vaticano II e pela Conferência de Medellín⁵⁰, assume posição de destaque. “Houve um reforço da influência eclesiástica sobre a população, especialmente a camponesa. A Igreja traçou estratégias ofensivas, conforme a classe que queria atingir. O habitual anticomunismo e apoio ao *status quo* deu lugar às denúncias de algumas injustiças sociais, com ênfase nas provocadas pela propriedade fundiária. Mudou a sua estratégia política, assumindo a defesa dos oprimidos, dos direitos humanos, contra a tortura, a prisão arbitrária e foi ocupando o espaço vago deixado pela abolição dos partidos políticos.”

⁴⁸ A primeira Marcha da Família com Deus Pela Liberdade ocorreu em São Paulo (SP), em 19 de março de 1964, como protesto contra o Comício de 13 de Março. A manifestação foi articulada pelo deputado Cunha Bueno e pelo padre irlandês Patrick Peyton, fundador do Movimento da Cruzada do Rosário pela Família. A marcha teve o apoio do governador Ademar de Barros, que se fez representar por sua mulher, Leonor Mendes de Barros. Após o Golpe de 31 de março, houve mais de 40 manifestações com esse mesmo título, agora em comemoração ao Golpe Militar. A primeira delas ocorreu no Rio de Janeiro, em 2 de abril.

⁴⁹ ALVES, Marcio Moreira. **A Igreja e a Política no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1979.

⁵⁰ A Conferência de Medellín, na Colômbia, foi uma reunião de bispos de todos os países da América Latina, em 1968. Ao final dela, foi produzido um documento em que os religiosos se comprometiam a se engajar na defesa dos direitos humanos, sobretudo em defesa dos pobres, dos desvalidos e dos oprimidos. Foi nesse congresso que se utilizou pela primeira vez o termo “Teologia da Libertação”.

Nesse contexto, os membros mais engajados da Ordem dos Dominicanos no Brasil partem para a oposição declarada ao regime militar. Segundo frei Oswaldo Rezende, já em 1965 ele e outros noviços do convento mineiro hostilizam o presidente Castelo Branco, que fazia a sua primeira visita oficial ao Estado. “Em Belo Horizonte, os noviços protestam contra a visita de Castelo Branco à cidade colocando nas janelas do convento as suas capas pretas, que usavam por cima do hábito branco, em dias frios. Foi uma ofensa e tanto para o general!”, lembra frei Oswaldo, em entrevista à autora. Por causa de gestos como esse, o convento dominicano na capital mineira acabaria sendo invadido duas vezes pela polícia e os frades responderiam a um inquérito policial militar.

Em agosto de 1967, o frade Francisco Araújo, prior do convento de São Paulo, seria preso pela Polícia Federal por liderar uma greve de 24 horas pela paz mundial. “Vestidos com nossas batinas brancas, eu e os demais frades do Convento das Perdizes nos postamos em frente ao DOPS e em seguida junto ao quartel da 7ª Companhia de Guardas da Polícia Militar, exigindo que frei Chico fosse solto”, lembra frei Oswaldo, em entrevista à autora. “Horas depois chegou a notícia de que o prior havia sido libertado por ordem do presidente da República e já estava de volta ao nosso convento. No dia seguinte, nosso protesto saiu em uma foto de página inteira do jornal *Última Hora*”.

Em todo o Brasil, havia vários núcleos de religiosos dispostos a se engajar na luta social e seguir as novas possibilidades abertas pelo Concílio Vaticano II. “Fazer a oposição ao regime militar, que tolhia liberdades individuais e promovia a tortura, era apenas uma consequência disso”, explica frei Oswaldo. Uma reportagem publicada na revista *Realidade* revela que a Igreja Católica brasileira teria sido a primeira do mundo a autorizar freiras a dirigirem paróquias. No texto intitulado *A bênção, Sá Vigária*⁵¹, o repórter Luiz Fernando Mercadante relata que, naquele tempo, havia 50 freiras que tinham deixado os conventos para dirigir paróquias em pequenas cidades do Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Bahia. “Essa experiência nascida no

⁵¹ MERCADANTE, Luiz Fernando. **A bênção, Sá Vigária**. Revista Realidade, nº 10. São Paulo: Editora Abril, janeiro de 1967.

Brasil na segunda metade de 1963 é um caminho para resolver um sério problema na Igreja: a falta de sacerdotes”, escreve o repórter.

De acordo com a reportagem, no final 1966 a Igreja Católica no Brasil contava com 12.000 padres e 40.000 freiras. Naquele ano, em uma reunião do episcopado da América Latina, em Mar del Plata, na Argentina, ao lado dos bispos brasileiros Dom Helder Câmara e Dom Cândido Padim, estava a madre Irany Bastos, subsecretária do Secretariado Nacional do Apostolado das Religiosas, na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). “Única mulher presente àquela reunião de bispos de toda a América Latina, a religiosa brasileira pertence à Congregação Missionária de Jesus Crucificado, com mais de 2.000 religiosas, que só usam hábito dentro dos conventos. Ela foi a primeira freira do mundo, em todos os tempos, a dirigir uma paróquia”, descreve o repórter.

Segundo a reportagem, Irmã Irany exercia seu apostolado em um colégio em Campinas (SP), quando recebeu do então arcebispo de Natal, Dom Eugenio Salles, o convite para ser vigária da paróquia da cidade de Nísia Floresta, município do Rio Grande do Norte com 10.300 habitantes. Em entrevista ao repórter, Dom Eugênio afirma ter sido o idealizador da experiência, que tratou de “exportar” para outros Estados do Nordeste nos anos seguintes. “Eu pensava assim: e as religiosas no Brasil? São 40.000! Todas dedicadas a obras muito boas. Mas será que essas obras são as mais urgentes, as mais necessárias à Igreja de hoje? E as paróquias sem padre? São tantas! Se uma parte das religiosas se dispusesse a assumi-las, estaria resolvido esse problema”, afirma Dom Eugênio Salles.

Na mesma reportagem, Dom Helder Câmara, então arcebispo de Recife e Olinda, revela que acabavam de chegar ao Brasil três religiosas de Detroit, nos Estados Unidos, para trabalhar nessa experiência em Pernambuco. “A religiosa, por definição, é uma criatura que não se deu pela metade. Fez doação total de si e de tudo o que é seu a Deus, a serviço da Humanidade. Na hora em que a Igreja pós Concílio Vaticano II tenta um esforço belíssimo para

encarnar-se como continuadora do Cristo (...), as religiosas têm um papel imenso como exemplos de amor e serviço.”

Como sinal de que a ala conservadora da Igreja continuava tendo mais poder do que a progressista, em 30 de dezembro de 1966, a edição número 10 da revista *Realidade*, que além do artigo sobre a atuação das “vigárias do Nordeste”, trazia fotos de uma mãe dando à luz e entrevistas de mulheres livres e mães solteiras, foi censurada e recolhida das bancas. A ordem partiu de dois juízes de menores de São Paulo, que alegaram que a revista deveria ser recolhida “por conter uma série de reportagens supostamente obscenas e profundamente ofensivas à dignidade e à honra da mulher”.

De acordo com o proprietário do Grupo Abril, Roberto Civita, naquele tempo a *Realidade* era a revista de maior circulação no país e a sua apreensão teria sido arquitetada pela Igreja Católica. “Como registramos na edição seguinte, os juízes não especificaram o que acharam obsceno na edição apreendida. Descobrimos depois que tinham sido incitados por um telefonema do então governador de São Paulo [*Laudo Natel, chefe do Executivo paulista entre dezembro de 1966 e março de 1967*], que, por sua vez, havia recebido uma ligação indignada do cardeal da Arquidiocese [*Dom Agnelo Rossi, cardeal-arcebispo de São Paulo de novembro de 1964 a outubro de 1970*]⁵². Depois disso, por influência da hierarquia da Igreja, a experiência pioneira de freiras dirigindo paróquias brasileiras seria definitivamente encerrada.

Enquanto isso, em São Paulo, os religiosos dominicanos também trocavam as suas tradicionais batinas brancas por trajés civis. A partir de 1966, os superiores da Ordem autorizam os jovens aspirantes a frades a sair do isolamento do convento e arranjar empregos para ajudar a manter o próprio sustento. No ano seguinte, alguns deles receberiam permissão para morar em uma república estudantil na Rua Rego Freitas, no centro.

⁵² CIVITA, Roberto. **Por dentro da História – Diretor de Realidade, Roberto Civita conta os bastidores da apreensão da revista e a luta para derrubar a decisão na Justiça**. São Paulo, Editora Abril, maio de 2010. A circulação desse número da revista só foi liberada pela Justiça em 1º de outubro de 1968, em uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), quando os exemplares recolhidos já haviam sido triturados. O depoimento de Roberto Civita foi publicado juntamente com uma reimpressão da edição número 10 da revista *Realidade*, considerado histórico pela Editora Abril, em maio de 2010.

Vários jovens dominicanos passaram a trabalhar como professores de religião em colégios católicos. Mas também houve aqueles que, seguindo o exemplo dos padres-operários franceses, arranjaram empregos em empresas laicas. O frei Emanuel Retumba empregou-se como faxineiro em uma fábrica em Osasco (SP). O frei João Batista dos Santos fundou a Unilabor, uma fábrica de móveis que funcionava em um prédio dos dominicanos no Alto do Ipiranga e cujos diretores eram os próprios operários. Fernando de Brito empregou-se na Livraria e Editora Duas Cidades, mantida pelos dominicanos. Frei Betto passou a escrever reportagens para a revista *Realidade* e acabou se tornando chefe de reportagem no jornal *Folha da Tarde*.

Capítulo 3

Os dominicanos e a ação política

Neste capítulo, procuraremos demonstrar como os jovens frades dominicanos retratados no livro e no filme *Batismo de Sangue* foram influenciados pelo espírito de luta dos estudantes de sua época. Em primeiro lugar, é preciso fazer uma digressão e explicar que a cidade de São Paulo era um importante centro aglutinador de lideranças do movimento estudantil. Organizadora da obra coletiva *Maria Antonia: Uma Rua na Contramão*⁵³, Maria Cecília Loschiavo dos Santos explica que a transferência da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo para a Rua Maria Antônia, em fins dos anos 1940, trouxe intensas transformações para o antigo bairro residencial de Vila Buarque. “Embora esse bairro já sediasse a Universidade Mackenzie, a Escola Superior de Sociologia e Política, a Faculdade de Economia da USP (na Rua Doutor Vila Nova) e, a partir de 1951, a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (na Rua Maranhão), a ida dos estudantes da Filosofia para a Rua Maria Antônia representou quase a primeira experiência de implantação de um campus universitário no coração da cidade. Era um verdadeiro bairro universitário. O saguão do prédio da Faculdade de Filosofia um fórum fervilhante, o centro nervoso de todas as atividades estudantis de São Paulo”.

De acordo com o professor Antonio Candido, diferentemente do que ocorria no campus da Cidade Universitária, no Butantã, que era considerado distante e de difícil acesso, no campus da Maria Antônia, estudantes de todos os cursos se encontravam para o de bate de idéias. Com o tempo, eles conseguiram até influir sobre os métodos e regras da universidade, formando uma inédita comissão tripartite, com professores e funcionários, para discutir a

⁵³ SANTOS, Maria Cecília Loschiavo dos (org.) **Maria Antonia: Uma Rua na Contramão**. São Paulo. Nobel Editora, 1988.

reforma do currículo. “A partir do final dos anos 1950, na Maria Antonia, o que aconteceu foi uma passagem dessa atitude neutra e contemplativa para um empenho da faculdade enquanto faculdade, mobilizada para participar dos problemas do momento. Não mais individualmente, mas como um grupo”⁵⁴.

Enquanto isso, no contexto de lutas sociais dos anos 1950 e 1960, no Nordeste brasileiro ganhava força o Movimento Popular de Cultura (MCP), baseado no método Paulo Freire de alfabetização de camponeses adultos. Conforme descrito em *Quarenta Horas de Esperança - O Método Paulo Freire: Política e Pedagogia na Experiência de Angicos*, de Calazans Fernandes e Antonia Terra, do final dos anos 1950 até o Golpe de 1964, o Nordeste brasileiro era um fervilhante cenário de movimentos sociais. “As Ligas Camponesas de Francisco Julião vinham se propagando desde 1954, a partir do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, a 50 km do Recife (...) Seguindo o lema “Reforma agrária na lei ou na marra”, em 1960 as Ligas Camponesas já controlavam 26 municípios pernambucanos e avançavam em direção aos Estados da Paraíba e de Alagoas. No ano seguinte, o 1º Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, em Belo Horizonte, contou com a presença de 1.500 congressistas, que exigiam a reforma agrária e a eliminação do latifúndio. (...) Ao mesmo tempo, o Serviço de Assistência Rural (SAR), idealizado por Dom Eugênio Salles, promovia a educação de massa no campo, por meio do rádio, e apoiava a criação de sindicatos rurais. Em 1960, em São Paulo, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) declarou seu apoio à reforma agrária e às escolas radiofônicas, que já funcionavam em dioceses do Rio Grande do Norte, Sergipe, Ceará, Pará e Alagoas. Em 1961, a Igreja lançou o Movimento de Educação de Base (MEB), articulado com os sindicatos rurais, os trabalhadores urbanos e os estudantes. Com a posse de Miguel Arraes no governo de Pernambuco, em 1962, organizou-se no Recife, sob supervisão do professor Paulo Freire, o Movimento de Cultura Popular (MCP)”⁵⁵.

⁵⁴ CANDIDO, Antonio. In: **Maria Antonia: Uma Rua na Contramão**. Op. Cit.

⁵⁵ FERNANDES, Calazans e TERRA, Antonia. **40 Horas de Esperança - O Método Paulo Freire: política e pedagogia na experiência de Angicos**. São Paulo. Editora Ática, 1994. Págs. 48-51

Influenciados pelo MCP e pelo MEB, em 1962 os líderes da União Nacional dos Estudantes (UNE) criaram o Centro Popular de Cultura (CPC), que passou a produzir cinema, teatro e música com vistas a conscientizar a população sobre a necessidade de reformas sociais, as chamadas Reformas de Base prometidas pelo presidente João Goulart. Do CPC participavam universitários que integravam o movimento estudantil e viriam a se tornar figuras de proa na produção cultural brasileira, como Oduvaldo Vianna Filho, Leon Hirszman, Arnaldo Jabor, Eduardo Coutinho e Cacá Diegues.

Presidido pelo poeta Ferreira Gullar, o CPC logo se espalhariá para outras capitais, criando uma efervescência cultural inédita, que fazia parte do movimento político nacionalista e pró-reformas. “Naquela época, os estudantes tinham mais peso político do que no Brasil de hoje”, explica José Serra. “Eu era presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo (UEE) e trouxe o CPC para São Paulo. E realmente o CPC teve um papel de renovação incrível, que se espalhou pelo Brasil. E a UNE desempenhava um fator catalisador e condensador de toda essa renovação.⁵⁶”

Naquele momento, os intelectuais e universitários engajados acreditavam ter o poder de conscientizar a maioria da população brasileira, pobre e analfabeta, por meio de campanhas de alfabetização e espetáculos de cunho político. De acordo com a filósofa Marilena Chauí, o *Manifesto do CPC*, redigido em 1962 por Carlos Estevam Martins, se apresentava como uma declaração de princípios da vanguarda popular revolucionária no campo da cultura⁵⁷.

Os jovens dominicanos assistiam atentos a toda essa movimentação e não ficavam imunes a ela. Vale lembrar que, além de ter conventos em áreas de conflito de terras, como Conceição do Araguaia e Marabá, a Ordem dos Pregadores abrigava dezenas de jovens egressos do movimento estudantil. Para citar alguns exemplos: Carlos Alberto Libânio Christo, o frei Betto, era presidente da Juventude Estudantil Católica em Minas Gerais; o carioca Yves

⁵⁶ SERRA, José. **Histórias do Poder – 100 anos de política no Brasil. Volume 1: Militares, Igreja e Sociedade Civil. Op. cit. Pág. 197**

⁵⁷ CHAUI, Marilena. **Seminários**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1984 (2ª edição). Pg. 86

do Amaral Lesbaupin era diretor da JEC do Rio de Janeiro e Espírito Santo; Oswaldo Rezende participava do movimento estudantil em Ribeirão Preto; e Tito de Alencar Lima era membro da equipe que coordenava a JEC em todo o Nordeste. Mesmo aqueles que não ocupavam cargos de direção na JEC, como e os mineiros Fernando de Brito, Luiz Felipe Rattton Mascarenhas e Magno José Vilela, participavam da Ação Católica em seus respectivos Estados.

Era natural, portanto, que mesmo tendo se convertido à vida religiosa, esses jovens quisessem continuar participando da luta política. Tal oportunidade se concretizou quando eles se transferiram do convento de Belo Horizonte, onde haviam cumprido o noviciado, para o de São Paulo, onde deveriam continuar seus estudos em Teologia para serem ordenados sacerdotes.

Em 1966, no mesmo momento em que passaram a ter permissão para trabalhar fora e usar trajes civis fora do convento, os jovens noviços pleitearam a chance de ir estudar em faculdades laicas. O primeiro a fazê-lo foi Oswaldo Rezende. “Passei no vestibular para Filosofia na USP e fui um dos primeiros dominicanos a ir estudar no campus da Rua Maria Antônia⁵⁸”, conta, em entrevista à autora. Nos anos seguintes, seu exemplo seria seguido por vários confrades. No campus da FFLCH na Cidade Universitária estudavam os freis Magno José Vilela e Luiz Felipe Rattton Mascarenhas. No da Maria Antônia, Oswaldo, Tito de Alencar Lima, Roberto Romano da Silva, Fernando de Brito e Yves do Amaral Lesbaupin (frei Ivo).

Segundo frei Fernando de Brito, o único do grupo que já havia sido ordenado padre (os demais eram noviços), a ida para a USP influenciou esses jovens a assumirem uma postura de enfrentamento ao regime militar. “O contato direto com o movimento estudantil provocaria em nós o mesmo impacto progressista que, no pós-guerra na França, causou a aproximação de parte do clero com o movimento sindical. Nosso ardor apostólico ganhou

⁵⁸ Em 1967 os frades ou noviços dominicanos que estudavam na USP eram: Oswaldo Rezende, Magno José Vilela, João Antônio Caldas Valença, Yves do Amaral Lesbaupin, Tito de Alencar Lima, Fernando de Brito e Carlos Alberto Libânio Christo

conotação nitidamente militante e a pregação do Reino de Deus, uma consistência imediata: [fazer] a revolução brasileira”.⁵⁹

Ainda de acordo com frei Fernando, o ano de 1967 foi um divisor de águas para eles. “Nossa presença na USP propiciou a oportunidade de nos embebermos na convicção de que a revolução [socialista] brasileira era iminente. Todos os ventos pareciam soprar a favor. Os Estados Unidos sofriam humilhantes derrotas no Vietnã e Cuba conclamava-nos a ‘criar um, dois, três Vietnãs!’ (...) Nossa participação nas Assembléias estudantis, nos debates no Centro Residencial da USP (Crusp), nas passeatas e em manifestações contra a ditadura, logo nos tornaria uma base de apoio ao movimento estudantil”, lembra.

Magno Vilela, que cursava História, lembra que as trajetórias de Ernesto Che Guevara e do padre guerrilheiro Camilo Torres marcaram muito a todos no grupo. “A partir da leitura de Garaudy e Althusser, nós vimos que era possível haver um diálogo entre marxismo e cristianismo. A essa altura, Sartre já havia decretado que o marxismo era a teoria de nossa época, e isso se fazia sentir de maneira concreta para nós, cristãos brasileiros, a partir da Revolução Cubana, e das figuras épicas, bem latino-americanas, de seus dirigentes. Confesso que a obra, a vida e a morte de Camilo Torres e Che Guevara me marcaram muito. No meu espírito, esses dois exemplos, ambos morrendo quase da mesma forma e de armas nas mãos nos levava à seguinte associação: a forma latino-americana do marxismo é a guerrilha!”⁶⁰

Segundo frei Oswaldo Rezende, para eles, não havia contradição entre ser cristão e ser marxista. “Naquela época, podemos dizer que havia várias versões do que era o marxismo. Ao chegar ao seminário e em seguida à universidade, vimos que aquela versão que havíamos aprendido na escola, que os comunistas eram ateus e comiam criancinhas, não era real. O que existia de fato nos escritos de Marx era uma análise das contradições do capitalismo que, segundo ele, só poderiam ser vencidas por meio de uma revolução social. E para nós, que estávamos lutando por isso no movimento estudantil e vimos

⁵⁹ BETTO, Frei. Diário de Fernando. Op.cit. Pág. 30

⁶⁰ VILELA, Magno José. In: **Memórias do Exílio**. Op. cit. Pág. 200

nossos sonhos serem interrompidos pelo Golpe de 1964, o marxismo parecia a única alternativa possível”, afirma, em depoimento à autora.

Em 1967, frei Oswaldo Rezende passa a frequentar o Agrupamento Comunista de São Paulo, uma dissidência do PCB. Nessas reuniões, ele trava contato com os ex-militantes comunistas Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, além de líderes estudantis, representantes do movimento sindical, jornalistas e intelectuais. O assunto principal dos encontros é a necessidade de partir para uma ação direta de confronto ao regime militar. “Naquele momento, era muito claro para todos nós que não conseguiríamos derrubar o regime militar somente com palavras”, afirma frei Oswaldo.

De acordo com o frei Carlos Josaphat, em entrevista à autora⁶¹, a participação dos frades dominicanos na tentativa de derrubar a ditadura militar por meio da luta armada pode ser entendida como uma opção inspirada na filosofia de São Tomás de Aquino. “Em sua *Suma Teológica*, São Tomás de Aquino afirma que, além de fazer o bem e evitar o mal, todo cristão tem o dever de se colocar em defesa dos oprimidos. Já na Idade Média ele descrevia os reis que oprimiam seus súditos como tiranos e dizia que, para libertar o povo, os cristãos tinham a obrigação de destituir o tirano. São Tomás de Aquino dizia que, em último caso, seria lícito que o povo cristão cometesse o tiranocídio, ou seja, o assassinato do tirano em nome do bem comum.”

⁶¹ JOSAPHAT, Frei, em sua segunda entrevista à autora, em São Paulo, em maio de 2010.

Capítulo 4

A “ameaça” Carlos Marighella

Para explicar como a Ordem dos Pregadores do Brasil se envolveu na luta armada contra a ditadura militar é preciso antes lembrar quem foi Carlos Marighella, o criador do Agrupamento Comunista de São Paulo, uma dissidência do PCB mais tarde rebatizada como Ação Libertadora Nacional (ALN). Tomaremos como base reportagens publicadas nos anos 1960; o livro *Batismo de Sangue*, de Frei Betto, que deu origem ao filme homônimo dirigido por Helvécio Ratton; o livro *Diário de Fernando*, publicado em 2009 por Frei Betto, a partir de depoimento do dominicano Fernando de Brito; e ainda a biografia de Carlos Marighella intitulada *A Imagem e o Gesto* - organizada pelos jornalistas Vladimir Sacchetta, Marcia Camargos e Gilberto Maringoni e escrita pelo professor Antonio Candido -, lançada em 1999 para lembrar o 30º aniversário de morte do líder comunista.

Nascido em Salvador (BA), em 5 de dezembro de 1911, Carlos Marighella era o mais velho dos sete filhos do mecânico italiano Augusto Marighella e de Maria Rita, uma negra haussá descendente de escravos trazidos do Sudão. Frequentou o Ginásio da Bahia, onde conheceu o futuro colega de militância do Partido Comunista do Brasil (PCB), Mauricio Grabois. Em 1931, ingressou no curso de engenharia da Escola Politécnica da Bahia. “No ano seguinte, envolvido nas manifestações dos estudantes baianos em apoio ao movimento constitucionalista desencadeado a partir de São Paulo, Carlos Marighella é preso pela primeira vez”, afirma Antonio Candido⁶². De acordo com o escritor, o jovem teria sido preso por incitar a oposição dos estudantes a Juracy Magalhães, interventor nomeado por Getúlio Vargas para governar o Estado da Bahia, e ter escrito um poema satírico em que chamava

⁶² CANDIDO, Antonio. A voz e o gesto. Op. cit. Pág.12

interventor de “boçal”⁶³. Libertado em 1933, Marighella ingressa na Juventude Comunista de Salvador. Meses depois, abandona o curso de Engenharia e passa a se dedicar exclusivamente ao PCB. Sua atividade principal consiste em tentar ganhar adeptos para a causa, fazendo discursos contra a carestia e as más condições de trabalho em fábricas e lavouras.

Em 1936, já como membro do Comitê Central e responsável pelo setor gráfico do partido, Marighella se transfere para o Rio de Janeiro. Chega à capital federal cerca de dois meses após o fracasso do levante militar comunista de novembro de 1935, chamado de Intentona Comunista pelo governo Vargas. Aos 25 anos, Marighella assume a missão de ajudar a reorganizar o partido, esfacelado pela repressão. Em 1º de maio do mesmo ano, Marighella é localizado e preso pela polícia de Filinto Müller, o temido chefe da repressão política varguista. Permanece encarcerado durante um ano e dois meses. Ao sair da prisão, em julho de 1937, recebe a missão de reestruturar o PCB em São Paulo. Menos de dois anos depois, em maio de 1939, é novamente capturado pela polícia e encarcerado no Presídio Especial de São Paulo, onde é muito torturado. Na prisão, compõe um de seus textos mais famosos, o soneto *Liberdade*⁶⁴, cuja íntegra é reproduzida abaixo:

Liberdade (Carlos Marighella, 1939)

*Não ficarei tão só no campo da arte,
e, ânimo firme, sobranceiro e forte,
tudo farei por ti para exaltar-te,
serenamente, alheio à própria sorte.*

*Para que eu possa um dia contemplar-te
dominadora, em fêrvido transporte,
darei que és bela e pura em toda parte,
por maior risco em que essa audácia importe.*

*Queira-te eu tanto, e de tal modo em suma,
que não exista força humana alguma
que essa paixão embriagadora dome.*

⁶³ Paródia de *Vozes d'África*, de Castro Alves, o poema satírico *Vozes da Mocidade Acadêmica* teria sido escrito pelo então estudante de engenharia Carlos Marighella em 1932.

⁶⁴ Composto em 1939, o soneto *Liberdade*, de Carlos Marighella, faz parte do livro *Rondó da Liberdade*, coletânea de poemas do autor.

*E que eu por ti, se torturado for,
Possas feliz, indiferente à dor,
morrer sorrindo a murmurar teu nome.*

Condenado pelo Tribunal de Segurança Nacional, Marighella cumpre quase seis anos de prisão nos presídios de Fernando de Noronha (PE) e Ilha Grande (RJ). No cárcere, Marighella convive com outros acusados de comunismo, como Graciliano Ramos, Agildo Barata, Gregório Bezerra, David Capistrano e Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo. Ex-presos políticos como Noé Gertel, que conviveu com Marighella em Ilha Grande, lembram que ele costumava dar aulas para os colegas de prisão. Tanto podiam ser sobre História, Política e Marxismo, como atividades físicas, para fazer os presos se distraírem (os dois presídios ficavam em ilhas isoladas, onde os presos não podiam ter acesso a jornais ou revistas). “Marighella era um líder na cadeia. Ele tinha grande prestígio e carisma. Mas era simples, um baiano comum. A presença de Marighella foi fundamental na ilha, e influenciou na vida intelectual dos comunistas e dos aliancistas”, lembra Gertel, em depoimento aos autores do livro *A memória e o gesto*.

Em 18 de abril de 1945, Vargas concede a anistia aos presos políticos. Libertado, Marighella volta aos quadros do PCB e em dezembro é eleito deputado federal pelo Estado da Bahia. Ao lado da bancada do PCB, ajuda a incluir na Constituição de 1946 artigos como os que garantem a liberdade de culto religioso e a extinção da pena de morte. “Marighella era muito combativo e falava bem. Com seus colegas comunistas, foi um dos grandes autores do capítulo sobre liberdades e garantias individuais, apoiados por nós, liberais”, disse à revista *Veja*⁶⁵ o então presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Aureliano Leite, que foi deputado pela UDN durante a Assembléia Constituinte.

De acordo com o professor Antonio Candido, com a legalidade, o partido comunista “teve um crescimento vertiginoso em todo o país”. “No Rio de Janeiro, organizaram-se 500 células; em São Paulo, 361 (...) Depois de

⁶⁵ **A Caçada.** Revista *Veja*. São Paulo: Editora Abril, 20/11/1968

praticamente destruído pela ditadura do Estado Novo, o PCB tornava-se uma corrente política influente na vida nacional, assustando os setores mais reacionários das classes dominantes.⁶⁶

Como deputado federal, Marighella faz do plenário do Congresso uma tribuna de denúncias contra a injustiça social, os baixos salários e a violência contra os trabalhadores do Nordeste. A atuação de Marighella como político era admirada por correligionários Jacob Gorender, autor de *Combate nas Trevas*. “Conheci Marighella pessoalmente em 1945. Aí pude perceber que ele era um líder revolucionário. Muito diferente de outros que eu acompanhei na direção do PCB, ele era um homem fraternal, não tinha nenhum ar de superioridade, jamais usava de grosseria e nunca se atribuiu méritos pessoais particulares. Quando falava de suas experiências na prisão, onde sofreu bárbaras torturas, só o fazia para ensinar, para alertar os companheiros que não tinham essa experiência, Marighella era um líder, um homem que se interessava pelos problemas pessoais dos companheiros”⁶⁷.

Não só por ser uma liderança comunista, mas também pelos discursos inflamados que fazia na tribuna do Congresso, Marighella passa a ser considerado um “inimigo da Igreja”. Em 4 de julho de 1946, por exemplo, o então deputado constituinte defende a promulgação da lei do divórcio e a separação de fato entre Igreja e Estado: “Se marchamos para a democracia, se estamos sinceramente devotados a respeitar a opinião de nosso povo e a acatar a realidade, é preciso considerar que a liquidação do monopólio da terra é o primeiro passo para chegarmos à democracia que aspiramos. **Mas também não existirá democracia, em hipótese nenhuma, sem a liberdade de culto, sem o casamento civil sem intromissão nenhuma da religião, sem o ensino leigo e sem o divórcio.**”

Em outubro de 1947, o governo Dutra cassa o registro do PCB e a polícia incendeia a sede do jornal diário *Tribuna Popular*, editado pelo partido, no Rio de Janeiro. Nas grandes capitais, a UNE organiza uma série de manifestações para protestar contra a cassação do PCB. Mas de nada adianta.

⁶⁶ CANDIDO, Antonio. **A Imagem e o Gesto**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999

⁶⁷ GORENDER, Jacob, em depoimento para o livro **A Imagem e o Gesto**. Página 30

Em janeiro de 1948, Marighella e seus correligionários têm seus mandatos cassados. De volta a São Paulo, Marighella, então um dos mais respeitados líderes do partido, torna-se editor da revista *Problemas*, editada pelo PCB. Na militância clandestina ele inicia um romance com a militante comunista Clara Charf, com quem viveria até o fim da vida.

Mesmo na ilegalidade, o PCB continua promovendo congressos e manifestações. Além de organizar palestras e greves, o partido lança um manifesto em que identifica o governo Dutra como um governo de traição nacional a serviço do imperialismo norte-americano. Em 1950, quando Getúlio Vargas volta à presidência, o partido adere às campanhas contra o envio de soldados brasileiros à Guerra da Coreia e “O Petróleo é Nosso”, em defesa do monopólio estatal do petróleo. No final de 1952, em missão oficial como dirigente do PCB, Marighella visita a União Soviética e a República Popular da China, proclamada por Mao Tse Tung. Retorna ao Brasil em março de 1953 e volta a insuflar o comunismo nos meios operário e rural. Participa, por exemplo, da preparação da Greve dos 300 mil, em São Paulo.

Nos governos Café Filho (1954-55) e Juscelino Kubitschek (1956-1961), o PCB enfrenta uma espécie de semiclandestinidade. Mesmo sem registro oficial, o partido mantém uma sede na Cinelândia, no centro do Rio de Janeiro, e continua com suas atividades políticas. Seus membros não podem disputar cargos políticos, mas apóiam os candidatos de partidos de esquerda como o PTB e fazem campanha por sua eleição. É um período de relativa tranquilidade para Marighella, que passa a viver no Rio de Janeiro como um cidadão comum.

Em 1956, Marighella tem a sua primeira desilusão com o partido, quando o primeiro-ministro da União Soviética, Nikita Krushev, divulga um relatório sobre as atrocidades cometidas no governo Stalin⁶⁸. O chamado Relatório Krushev causa perplexidade mundial e, entre os membros do PCB, Marighella é o que se mostra mais abalado. Ele chega a ficar sem dormir por vários dias e

⁶⁸ Membro-fundador do Partido Bolchevista, Josef Stalin (1879-1953) governou a União Soviética como ditador durante 25 anos. Em 1956, três anos após a morte de Stalin, o primeiro-ministro soviético Nikita Krushev revelou ao mundo que o governo do ditador havia torturado e aniquilado seus opositores. O chamado “Relatório Krushev” afirmou que durante a ditadura Stalin, teriam sido mortos 20 milhões de opositores.

chora na frente de correligionários como Apolônio de Carvalho⁶⁹ e João Amazonas. A partir de então, Marighella passa a questionar a autoridade de velhos dirigentes como Luís Carlos Prestes e Diógenes de Arruda Câmara, que seguem à risca as orientações vindas de Moscou.

Desde 1954 Marighella vinha divergindo da estratégia adotada pelo Comitê Central do PCB. No artigo *O Programa do Partido, As Experiências das Eleições de 3 de Outubro e As Nossas Tarefas para a Campanha Eleitoral de 1955*, Marighella analisa que “ainda é débil e pouco eficiente a agitação promovida pelo PCB entre as grandes massas” e que “são ainda pequenos os esforços do Partido para penetrar no campo e criar a aliança operário-camponesa”, base sobre a qual se desenvolve a chamada a Frente Democrática de Libertação Nacional. “Frequentemente, a classe operária e as grandes massas trabalhadoras e camponesas não conhecem as posições do Partido, não conhecem a solução que apresentamos para seus problemas mais imediatos. Por isso, deixam-se ainda enganar pela demagogia de um Jânio Quadros, ou mesmo de um Adhemar de Barros, de um Carlos Lacerda, etc. Na verdade, ainda estamos longe do completo convencimento das massas de que está na dominação do imperialismo norte-americano e na subserviência aos latifundiários e grandes capitalistas a causa principal de seus sofrimentos⁷⁰”.

Em 1958 Marighella escreve o manifesto *Alguns aspectos da renda da terra no Brasil*, em que critica a condição do trabalhador rural nos latifúndios e prega a reforma agrária. Ele também percorre diversos Estados fazendo discursos e manifestações. Após o sucesso da Revolução Cubana, em janeiro de 1959, Marighella se convence de que o PCB deve sair da inércia e promover a revolução socialista no Brasil. O partido, contudo, continua a insistir que a revolução deve ser feita por vias democráticas. A partir de então, suas divergências com o Comitê Central tornam-se cada vez mais frequentes.

⁶⁹ Conforme relato de Apolônio de Carvalho no documentário *Vale a Pena Sonhar*, de Stela Grisotti e Rudi Böhm, lançado em 2003 e disponível em DVD

⁷⁰ MARIGHELLA, Carlos in **Problemas – Revista Mensal de Cultura e Política**, nº 64, dezembro de 1954 a fevereiro de 1955. A transcrição feita por Fernando A. S. Araújo pode ser obtida no site <http://www.marxists.org/portugues/marighella/1954/11/programa.htm#topp>

Com o Golpe civil-militar de 31 de março de 1964, vários líderes de esquerda são presos e expostos à humilhação pública. Em Recife, por exemplo, o governador de Pernambuco Miguel Arraes (1916-2005) é deposto e permanece 11 meses na prisão; o líder Gregório Bezerra (1900-1983), já sexagenário, é retirado à força de sua casa, no bairro de Casa Forte, espancado e arrastado pelo carro da polícia. A caça aos militantes de esquerda se espalha por vários Estados. No dia 9 de maio, Marighella é localizado pela polícia no Rio de Janeiro. Ao perceber estar sendo seguido, ele se refugia no interior do Cine Skye, no bairro da Tijuca. Os policiais do DOPS entram na sala e atiram três vezes em Marighella, à queima-roupa. Mesmo atingido, o corpulento líder comunista continua consciente e resistindo à prisão até levar uma coronhada na cabeça e desmaiar. É levado pela polícia para o hospital Souza Aguiar, de onde sairia para a cadeia. Cumpre dois meses de prisão e, ao ser liberado, visita as sedes dos principais jornais cariocas para contar a violência que sofreu. Ele também descreveria esses episódios em detalhes no livro *Por que resisti à prisão*.⁷¹ Lançada em 1965, a obra autobiográfica ajudaria o líder comunista a se tornar uma espécie de “herói da resistência” entre os militantes de esquerda.

No primeiro semestre de 1967, vivendo clandestino em São Paulo, Marighella faz o primeiro contato com os frades dominicanos de Perdizes. É apresentado ao grupo por frei Oswaldo Rezende, que freqüentava as reuniões do movimento estudantil e também as do Agrupamento Comunista de São Paulo. “Marighella chegou até nós por que não tinha mais em quem se apoiar”, diz frei Oswaldo, em entrevista à autora. “Naquele tempo, a imprensa nos acusava de estarmos ligados aos comunistas, mas a verdade é que nós não ficávamos pedindo carteirinha para saber quem pertencia a qual partido. Queríamos formar um movimento de resistência ao regime militar, e para isso contávamos com a ajuda de todos: operários, estudantes, profissionais liberais...”

⁷¹ “A minha prisão, no dia 9 de maio, no Cine Skye, revestiu-se de sensacionalismo e suspense. Os agentes do DOPS dispararam um tiro contra meu peito para me matar (...) O tiro foi desfechado à queima-roupa, dentro do cinema. O pormenor é importante: foi dentro do cinema. A casa de espetáculos estava cheia de gente. Era uma tarde de sábado, e grande a afluência de crianças presentes, assistindo à exibição do filme *Rififi no safári*. Foi tudo numa fração de segundo: um estampido, os gritos de horror, a fumaça de tiro, o cheiro da pólvora queimada. Resisti a essa prisão até o fim. Não desmaiei, não rolei para o chão. Lutei o tempo todo com a bala embutida no corpo e sangrando muito. Dominaram-me por fim com uma pancada no crânio, que me pôs a nocaute.”

Em agosto de 1967 Marighella viaja a Cuba para participar da I Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), em Havana. Ele declara publicamente a opção pela guerrilha e por isso acaba expulso do PCB, que insistia na tese da resistência pacífica à ditadura militar. Depois disso, Marighella permanece em Cuba colhendo informações para escrever o *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*. De volta ao Brasil, em fevereiro de 1968, funda o Agrupamento Comunista de São Paulo e passa a viajar em busca de apoios na tentativa de tornar a guerrilha um movimento nacional.

De acordo com frei Betto, a partir de 1968 o Agrupamento Comunista de São Paulo passa a se constituir em uma organização revolucionária, a Ação Libertadora Nacional (ALN). “O programa da ALN propunha derrubar a ditadura militar e formar um governo revolucionário do povo; expulsar do país os cidadãos norte-americanos; expropriar os latifúndios e melhorar as condições de vida dos operários, camponeses e membros das classes médias; acabar com a censura e instituir a liberdade de imprensa, de crítica e de organização; retirar o Brasil da posição de satélite da política externa dos Estados Unidos e colocá-lo, no plano mundial, como uma nação independente.”⁷²

A fim de angariar fundos para o seu projeto político, os membros da ALN partiram para ações de luta armada, como assaltos a banco e roubos de automóveis. A imprensa, então, passaria a tratar Marighella como um personagem mítico: um líder truculento, imprevisível e irascível, que cooptava a juventude para ações terroristas. Na reportagem de capa *A Caçada*, publicada em novembro de 1968, a revista *Veja* descreve Marighella como “o terrorista mais procurado do Brasil e o único capaz de aglutinar todas as organizações guerrilheiras” em torno de si. “Não é fácil fazer nome nas esquerdas radicais e clandestinas, inexpressivas nacionalmente e divididas em facções rivais que se combatem umas às outras com dureza. O nome de Luís Carlos Prestes foi crescendo durante dezenas de anos, a partir da década de 30, e foi só ao fim da Segunda Guerra que chegou a aparecer como nome nacional. Entre o início de carreira e o auge no governo Goulart, Brizola passou anos procurando aparecer. Carlos Marighella, porém, tornou-se um nome nacional em apenas

⁷² BETTO, Frei. *Batismo de Sangue*. Op. cit. Pág.41

um ano e hoje é o líder mais importante das pouco importantes esquerdas clandestinas, a ponto de todas as polícias federais e estaduais estarem à sua procura. (...) A caçada policial vem dar ao antigo deputado federal ferido no peito ao ser preso num cinema da Tijuca em abril de 1964 o prestígio que trinta anos de trabalho político nas fábricas e nos campos nunca lhe deram”.

Evidentemente, a versão de que o Marighella era “o líder supremo da guerrilha no Brasil” é fantasiosa. A luta armada brasileira jamais teve um comando unificado. A partir de 1966, foram surgindo várias organizações independentes, a maioria de inspiração marxista. Antes mesmo da criação da Ação Libertadora Nacional (ALN) por Marighella, já existiam a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). De acordo com Luís Mir, autor de *A Revolução Impossível*, entre 1967 e 1968, surgiram mais de duas dezenas de grupos armados distintos, cada um com um projeto próprio para derrubar o governo militar. Em São Paulo, por exemplo, além da ALN destacavam-se a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e a Frente Armada de Libertação Nacional (Faln), liderada pelo então estudante de Direito Vanderley Caixe, em Ribeirão Preto, interior de São Paulo. Até mesmo os líderes operários que freqüentavam a capela dos dominicanos no Ipiranga formaram uma organização revolucionária: o Movimento Popular de Libertação (MPL). Em Minas Gerais, havia o Comando de Libertação Nacional (Colina), mais tarde rebatizado como VAR-Palmares, do qual participavam os futuros petistas Fernando Pimentel e Dilma Rousseff, além do estudante de economia Helvécio Rattón, futuro cineasta e diretor do filme *Batismo de Sangue*. No Rio de Janeiro, havia a Dissidência Guanabara, mais tarde rebatizada como Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e celebrizada por ter realizado o seqüestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969.

De acordo com Gaspari⁷³, a ALN era a organização que concentrava o maior contingente de militantes: 300, segundo o autor. Muitos deles foram recrutados no movimento estudantil em São Paulo. Do grupo de dominicanos

⁷³ GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. Op. Cit. Pág. 127

universitários participavam diretamente da ALN os freis Oswaldo Rezende, Fernando de Brito, Carlos Alberto Libânio Christo (Betto), Yves do Amaral Lesbaupin (Ivo), Tito de Alencar Lima, João Caldas Valença, Magno José Vilela e Luiz Felipe Ratton Mascarenhas (primo do cineasta Helvécio Ratton, diretor do filme *Batismo de Sangue*). “O trabalho dos frades na ALN consistia em fazer desabrochar a luta armada⁷⁴”, escreve frei Fernando, em seu livro de memórias. “Éramos uma base de apoio a militantes envolvidos em expropriações bancárias, sequestros, bombas, etc. Também acolhíamos feridos e perseguidos, facilitando-lhes a recuperação e a fuga do país; escondíamos armas e material considerado subversivo; fazíamos o levantamento de áreas potencialmente adequadas ao desencadeamento da guerrilha rural”.

Segundo frei Betto, outros quatro religiosos participavam da resistência à ditadura apenas dando abrigo para militantes ou divulgando notícias sobre as torturas nos porões do DOPS: o prior Edson Braga, os freis Francisco Catão e Giorgio Callegari e o então noviço Roberto Romano da Silva. “Atendíamos pessoas ameaçadas de prisão e tortura de diversas organizações, como VPR, AP, MR-8, PCB e PCdoB”, explica frei Betto no livro *Batismo de Sangue*. “Esse apoio caracterizava-se, sobretudo, por abrigá-los em locais seguros, transportá-los de uma cidade a outra e tranquilizar suas famílias.⁷⁵”

Ao mesmo tempo em que colaboravam com a luta armada – por exemplo, percorrendo cidades às margens da rodovia Belém-Brasília em busca de lugares que pudessem servir de ponto de apoio para os guerrilheiros –, os jovens dominicanos continuavam envolvidos com o movimento estudantil. Em 1968 frei Tito ajudou a alugar o sítio em Ibiúna onde seria realizado o 30º Congresso da UNE. Os dois congressos anteriores haviam sido realizados em conventos beneditinos e franciscanos, sem que a polícia tomasse conhecimento. Mas este, que reuniu 920 pessoas, acabou descoberto. Todos os seus participantes, inclusive frei Tito e frei Ratton, foram presos e levados para o DOPS, na capital paulista. A maioria dos jovens foi interrogada e

⁷⁴ FERNANDO, Frei. **Diário de Fernando – Nos cárceres da ditadura militar brasileira**. Op. Cit. Pág.32

⁷⁵ BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. Op. cit. Pág. 50

liberada em seguida. Contudo, os líderes estudantis mais importantes, como Luís Travassos (então presidente da União Nacional dos Estudantes), José Dirceu (presidente da União Estadual dos Estudantes), Vladimir Palmeira (presidente da União Metropolitana de Estudantes) e Antonio Guilherme Ribeiro Ribas, presidente da União Paulista de Estudantes Secundaristas) permaneceram encarcerados.

Magno José Vilela, historiador e ex-dominicano, afirma que Marighella era apontado como o líder da luta armada por ser o integrante da ALN que mais aparecia na mídia. “Na verdade, ele fazia só o primeiro contato com as pessoas que ele queria chamar para o grupo, e quem se encarregava de doutrinar os jovens e ensinar-lhes as regras para sobreviver na clandestinidade eram o Virgílio Gomes da Silva e o Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo. Eu era o responsável pelos contatos com o Toledo e, graças a documentos falsos que ele conseguiu para mim, quando a equipe do delegado Fleury fechou o cerco à Ordem dos Dominicanos, pude me refugiar e não ser preso. Mas acontece que, no Brasil, só fica famoso por ter feito resistência à ditadura quem foi torturado ou entrou para a política. Quem conseguiu escapar dos agentes do DOPS e não teve uma morte heróica acabou sendo apagado da história”, afirma, em entrevista à autora.

O exemplo mais evidente disso é que, enquanto as vidas de Marighella e de Carlos Lamarca são assunto constante de teses acadêmicas e produções cinematográficas, Joaquim Câmara Ferreira, o Toledo (1915-1970), fica sempre relegado à posição de coadjuvante. O primeiro trabalho acadêmico a seu respeito foi publicado em 2008, pelo historiador Luiz Henrique de Castro Silva, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Em sua dissertação de mestrado, chamada *O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho*⁷⁶, Castro Silva descreve que Câmara Ferreira dedicou mais de 40 anos de sua vida ao Partido Comunista Brasileiro. Esteve preso junto com Marighella na Ilha Grande, casou-se por procuração nessa prisão e por

⁷⁶ SILVA, Luiz Henrique de Castro. “**O revolucionário da convicção - Joaquim Câmara Ferreira: O Velho Zinho**”. Dissertação de mestrado em História defendida junto à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008

diversas vezes precisou deixar a família para se refugiar em aparelhos clandestinos.

Ao contrário de Marighella, que se deixava fotografar e era apontado pela imprensa como o “número 1” do terrorismo no Brasil, Câmara Ferreira era um abnegado militante de bastidor, desconhecido do grande público. Secretário de Agitação e Propaganda do PCB por vários anos, Câmara Ferreira sabia que uma parte fundamental do trabalho de conscientização das massas consistia em furar o bloqueio da grande imprensa, que acusava os militantes comunistas de serem ateus e cometerem atrocidades, como “comer criancinhas”. Conforme descreve Castro Silva, durante toda a sua vida como militante comunista, Câmara Ferreira foi responsável pela edição de jornais do PCB. Em 1946, o partido chegou a manter oito jornais diários em todo o País, tais como: a “Tribuna Popular” no Rio; “Hoje”, em São Paulo; “O Momento”, na Bahia; “Folha do Povo”, em Pernambuco; “O Democrata”, no Ceará; e a “Tribuna Gaúcha”, no Rio Grande do Sul”. Segundo o historiador Luiz Henrique Carvalho e Silva, naquela época a atividade de imprensa era um fator decisivo para afirmação do PCB e a difusão do movimento operário entre as massas trabalhadoras.

Na segunda metade dos anos 1940, Câmara Ferreira dirigia o jornal “Hoje”, editado em São Paulo. De acordo com Castro Silva, o jornal de orientação comunista empregava 47 pessoas, entre gráficos, redatores, revisores e seguranças, além do escritor Jorge Amado e do deputado estadual Estocel de Moraes. Em 3 de janeiro de 1948, a gráfica do jornal é fechada e depredada por ordem do governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Preso por fazer propaganda do PCB, Câmara sai do cárcere um ano depois e vai dirigir o jornal “Notícias de Hoje”, também de orientação marxista. Em 1953, Câmara Ferreira se tornaria uma figura de proa da Greve dos 300 mil, pois colocou o jornal “Notícias de Hoje” a serviço do movimento. Durante a greve, a tiragem da publicação passou de 5.000 exemplares diários para 25.000.

Em 1969, quando a imprensa apontou que o incêndio nos estúdios da TV Globo e da TV Excelsior, em São Paulo, haviam sido provocados por

“terroristas da ALN”, Câmara Ferreira divulgou um manifesto repudiando a acusação. Grande estrategista, ele ajudou a organizar o seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick e a redigir o manifesto publicado pelos jornais exigindo a libertação de 15 prisioneiros políticos. Terminada a ação, deixou o Brasil com a ajuda dos dominicanos, que o transportaram de São Paulo para a fronteira do Rio Grande do Sul. Passou apenas dois meses no exílio, na França, e em seguida voltou clandestinamente ao Brasil.

Em 23 de outubro de 1970, Câmara Ferreira foi apanhado pela polícia política em um aparelho no bairro paulistano de Indianópolis. Levado para um sítio que pertencia ao delegado Sergio Paranhos Fleury, teria sido submetido a torturas com choques elétricos. Segundo a versão da polícia, ele teria morrido no mesmo dia, vítima de ataque cardíaco. Tinha 57 anos de idade. Em entrevista a Castro Silva, o ex-militante da ALN Takao Amano descreve a diferença de perfis entre Câmara Ferreira e Marighella. “O Marighella só fazia os contatos e quem ia amarrando era o Toledo, por baixo, porque o Marighella era mais um relações-públicas. Ia pra lá, ia pra cá, falava. Era mais um agitador que um organizador. (...) Já o trabalho do Câmara Ferreira sempre foi um trabalho interno, né? Então quem aparecia era o Marighella. Mas, internamente, na ALN, o Câmara Ferreira teve uma importância igual ou até superior à do próprio Marighella.”

Até hoje a figura de Marighella é celebrada em livros e filmes. Em março de 2010, por exemplo, ele foi capa da revista do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e nesse mesmo ano o roteirista Orlando Senna, de *Central do Brasil*, começou a trabalhar no roteiro do filme *Marighella Vai ao Cinema*, projeto do cineasta paulistano Danilo Komniski.

Enquanto isso, a trajetória de Joaquim Câmara Ferreira permaneceu praticamente esquecida durante décadas. Em 14 de outubro de 2010, na Câmara Municipal de São Paulo, Câmara Ferreira recebeu o título de cidadão paulistano (in memoriam) e sua família organizou um debate em sua homenagem. Até então, o processo de anistia de Câmara Ferreira ainda não havia sido apreciado. Em 23 de outubro de 2010, exatos 40 anos após a sua

morte, Joaquim Câmara Ferreira foi anistiado em um ato solene durante a 46ª Caravana da Anistia, realizada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, subordinada ao governo federal. Diferentemente do que aconteceu com os familiares de Marighella e Lamarca, os filhos de Câmara Ferreira não receberam indenização pela morte do pai.

Capítulo 5

O combate da imprensa aos dominicanos

Conforme descrito nos capítulos anteriores, desde os anos 1960 a Ordem dos Dominicanos com apenas 100 frades e 800 monjas⁷⁷ (uma minoria em um universo de 12.000 sacerdotes e 40.000 freiras espalhados pelo País), se tornou uma das vozes mais atuantes na ala progressista da Igreja. Os dominicanos eram combatidos pela ala conservadora do clero, que os tachava de comunistas. Em mais de dois anos de pesquisas sobre a Ordem dos Dominicanos, cheguei à conclusão de que a bibliografia a respeito da atuação da Ordem no Brasil era escassa. Além dos livros do dominicano Frei Betto, lançados a partir de 1982, e de teses acadêmicas sobre o jornal *Brasil: Urgente*, havia muito pouco material sobre a Ordem dos Pregadores no Brasil. Nos livros de Elio Gaspari, Percival de Souza e Jacob Gorender sobre a ditadura, a principal fonte de informações sobre os dominicanos teriam sido cópias de seus depoimentos tomados à época de sua prisão por agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), em 1969.

Para tentar compreender como se foi constituindo a memória da atuação dos frades dominicanos na resistência à ditadura, tema do filme *Batismo de Sangue*, decidi debruçar-me sobre os artigos que a imprensa brasileira publicou sobre eles. Pesquisei o tema no Departamento de Documentação da Editora Abril (Dedoc) e no Arquivo da Agência Estado, do Grupo O Estado de S. Paulo. Pude obter cópias xerográficas de cerca de 50 artigos e editoriais publicados entre 1965 e 1981, ano de centenário de fundação da Ordem no Brasil. São textos das revistas *Realidade* e *Veja* e de jornais brasileiros de grande circulação, entre eles: *Jornal da Tarde*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S.*

⁷⁷ CABALLERO, Mara. **Dominicanos, Hoje Como Sempre**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro: 09/08/1978

Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo. Neste capítulo, procurarei demonstrar como a imprensa foi construindo a imagem dos frades dominicanos perante a opinião pública naquele período.

Em 1965, em um editorial, o jornal *O Estado de S. Paulo* chegou a pedir ao governo do general Humberto Castelo Branco a expulsão da Ordem dos Dominicanos do Brasil. “No texto, o Estadão dizia que ‘os dominicanos da Colina de Perdizes não eram nada católicos’”, afirma o frei Oswaldo Rezende, em entrevista à autora. As críticas também apareciam em jornais de Minas Gerais. Em entrevistas, Dom Geraldo Proença Sigaud, promovido a arcebispo de Diamantina, acusava os dominicanos do noviciado de Belo Horizonte de difundirem idéias marxistas e comunistas nos seminários e conventos e de assistir às transmissões da Rádio Moscou, diariamente, às 19h.

Em outubro de 1966, uma reportagem com cerca de dez páginas intitulada “Revolução na Igreja”, publicada na revista *Realidade* nº 7, afirma que naquela ano a Ordem dos Dominicanos havia sido assunto constante da mídia: “Os dominicanos nunca deixaram de difundir as novas idéias de participação ativa na Igreja e no processo de transformação social brasileira, promovendo conferências, palestras, editando livros. Mais recentemente, têm feito inúmeros pronunciamentos contra a situação decorrente da revolução de 31 de março, sendo citados quase que diariamente na imprensa”⁷⁸.

A partir de 1967, quando os dominicanos intensificam o seu contato com Carlos Marighella e se tornam uma célula de apoio à Ação Libertadora Nacional (ALN), os ataques da imprensa se intensificam. O Serviço Nacional de Informações (SNI), passa a monitorar os dominicanos.

Em abril de 1968, durante os festejos da Semana Santa, os frades de Perdizes convidam o cantor e compositor Geraldo Vandré, famoso por canções de protesto, para compor uma espécie de peça teatral sobre a Paixão de Cristo. Vandré utiliza o espaço para fazer seu protesto contra a ditadura. Ao som de instrumentos populares com violão e berimbau, o artista e os

⁷⁸ KALILI, Narciso. **Revolução na Igreja**. Revista *Realidade*. São Paulo: Editora Abril, outubro de 1966

dominicanos encenam uma peça chamada *A Paixão Segundo Cristino*. A imprensa aponta que o tal Cristino da encenação seria, na verdade, o estudante Edson Luís de Lima Souto, morto pela polícia em um protesto no restaurante Calabouço, no Rio de Janeiro, em 28 de março daquele ano.

Em 17 de abril, dia seguinte à encenação, em um duríssimo editorial, o *Jornal da Tarde* critica a Ordem dos Dominicanos, chamando o convento de “terreiro” e a peça encenada de “macumba⁷⁹”: “Depois de 468 anos de vida Cristã, a luz da Igreja começa a se apagar no Brasil. Em uma cerimônia celebrada no Convento dos Dominicanos, nesta Capital, Cristo é substituído por Luís. É um Cristo meio bobo, na medida em que não sabe por que e para que morreu e nem o que significará sua morte. Mas isso não diminui o esplendor litúrgico da festa realizada no Terreiro de São Domingos e talvez até venha a aumentá-lo. Basta ver a expressão mística das freirinhas, que assistiam compenetradas à tocantes cerimônias da macumba dominicana e ouviam quase em êxtase a profunda Teologia contida na *Paixão Segundo São Geraldo* (Vandré)”.

Logo depois, o editorial insinua, em tom sarcástico, que o ritual dos dominicanos teria profanado o templo católico. “Os organizadores da festa do Terreiro de São Domingos convidaram apenas os músicos de uma boate para tocar e esqueceram de uma moça que todos os dias, no fim do espetáculo dessa mesma boate, desce do alto em uma gaiola. Sua presença, descendo do altar, teria dado novo brilho à macumba dominicana. (...) É possível que os superiores do Terreiro de São Domingos, profundamente imbuídos de simbolismo litúrgico, tenham deixado para fazê-la descer no Dia de Pentecostes. Quanto a *São Geraldo* (Vandré), seu nome, para terminarmos em linguagem bíblica, está certamente no Livro da Vida.”

No dia em que o *Jornal da Tarde* publica esse editorial, o cardeal arcebispo de São Paulo e presidente da comissão central da CNBB, Dom Agnelo Rossi, expede uma nota oficial “lamentando e desaprovando” a cerimônia promovida pelos dominicanos. “Lamentamos que em importante

⁷⁹ **A paixão segundo São Geraldo**, *Jornal da Tarde*, São Paulo: 17/4/1968

paróquia desta cidade fosse introduzida uma inovação que, difundida pela imprensa, chocou a sensibilidade de nosso povo católico”, teria dito o cardeal arcebispo, segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*⁸⁰.

Para defender-se, o cantor Geraldo Vandré convoca uma entrevista coletiva. No dia seguinte, o jornal *Folha da Tarde* dá a sua versão para a entrevista do cantor⁸¹: “A peça sacra de Geraldo Vandré voltará aos palcos de São Paulo em local e hora já acertados, mas ainda desconhecidos, anunciou o próprio Vandré em entrevista coletiva à imprensa, no Convento dos Dominicanos. Vandré, que se mostrava irritado com um editorial de um vespertino, redigiu e assinou uma Carta ao Povo, juntamente com o frei Humberto Mariano, vigário das Perdizes, e frei Bernardo Vasconcelos, que teria orientado o cantor quanto à parte teológica da apresentação exibida na Sexta-Feira Santa”. Vandré, então, teria tomado a palavra e dito: “Não sou muito chegado à Igreja e se os dominicanos assumiram uma posição cristã, posso, agora, dizer que sou cristão (...) Quanto ao nome Luís, dado ao Cristo de minha peça, não quis relacionar com o estudante morto, mas se insistem na semelhança, aceito. Edson Luís de Lima Souto em nada deixou de ser um Cristo assassinado pelos fariseus da atualidade.” Vestido ‘à paisana’, ou seja, com trajes civis em lugar da batina, frei Humberto defendeu a cerimônia. “Realmente é a primeira vez que isso ocorre na Igreja, mas temos que aproveitar os elementos contemporâneos para apresentar a mensagem de Cristo. Ninguém mais indicado que Vandré, vivido e sofrido como o povo brasileiro, para, com a força de sua mensagem, fazer um paralelo entre a morte de Cristo e a de um homem do povo”. Para encerrar a entrevista, os repórteres teriam perguntado se não seria melhor os dominicanos terem chamado estrelas da época como Roberto Carlos e Chico Buarque. Frei Bernardo, co-autor da peça, então toma a palavra e diz: “Igreja não é auditório (...) Na Sexta-Feira Santa, o ofício da missa foi cumprido fielmente. A apresentação de Vandré foi paralitúrgica, o que é lícito em qualquer cerimônia santa”.

⁸⁰ **Cardeal faz admoestação.** O Estado de S. Paulo. São Paulo: 18/04/1968

⁸¹ **Apesar das críticas de Dom Agnelo e de um vespertino, a peça vai voltar à cena.** Folha da Tarde, São Paulo, 19/04/1968

Os ataques continuam por mais de uma semana. Em 25 de abril, o jornalista e católico ultramontano Lenildo Tabosa Pessoa, do *Jornal da Tarde*, publica um artigo criticando a Igreja pós-Concílio Vaticano II⁸². “Já não há mais nada que possa causar admiração da Igreja pós-conciliar, nem mesmo o fato de uma comunidade dominicana e um cantor popular reunirem a imprensa para darem uma solene resposta a um cardeal arcebispo. Afinal de contas, uma das grandes conquistas do providencial Concílio Ecumênico Vaticano II é precisamente a maioria dos leigos, não raro exercida de uma maneira que parece pressupor a minoridade das autoridades eclesiais constituídas. Contudo, na resposta dos dominicanos é mais do que evidente a alusão a duas Igrejas, a uma das quais pertence o purpurado enquanto os irmãos espirituais de Torquemada⁸³ se situam na outra. (...) Nestes nossos felizes tempos ecumênicos, a vantagem é poder escolher entre a Igreja constituída e a Igreja não-constituída, entre o falso e o verdadeiro cristianismo (...) O problema é saber qual das duas Igrejas consegue salvar, pela continuidade histórica, a própria apostolicidade e, supondo-se que Geraldo Vandrê e seus frades coadjutores pertençam ao verdadeiro Cristianismo, se a autoridade arquidiocesana em relação à qual eles fazem oposição pertence ao falso (...) A porção paulista da Barca de São Pedro ameaça soçobrar em meio às vagas da heresia e do escândalo.”

Uma nova onda de ataques aos dominicanos na imprensa teria lugar em 1969, quando agentes do DOPS passam a gravar os sermões das missas no Convento das Perdizes e divulgá-los na mídia. A imprensa também critica a decisão do prior de permitir que alguns frades residam fora do convento, em “repúblicas”. Em três artigos publicados no jornal *Folha de São Paulo*⁸⁴ entre o final de outubro e o início de novembro, Plínio Corrêa de Oliveira, o líder da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), exige “negociações oficiais entre o Itamaraty e a Santa Sé para que, pelos meios adequados, as autoridades eclesiásticas e as autoridades civis possam

⁸² PESSOA, Lenildo Tabosa. **A resposta ao cardeal**. Jornal da Tarde. São Paulo: 25/04/1968

⁸³ O termo é uma referência ao sacerdote dominicano Tomás de Torquemada (1420-1498), confessor da rainha Isabel, a Católica, que ocupou o cargo de inquisidor-geral da Espanha.

⁸⁴ OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Artigos publicados no jornal paulistano *Folha de S. Paulo* em 15/10, 26/10 e 02/11/1969

por cobro à fermentação comunista que lavra escandalosamente os meios católicos”. Nesses textos, ele pede também que o padre belga José Comblin⁸⁵, assessor da Juventude Operária Católica (JOC) e ex-professor do Estudantado Dominicano de Perdizes, então à frente de seminários rurais no Nordeste, seja expulso do Brasil, o que seria efetivamente feito em 1971.

Em 2 novembro de 1969, o convento dos dominicanos em Perdizes é invadido pela polícia e vários frades são presos. No mesmo dia, frei Fernando e frei Ivo são capturados no Rio de Janeiro por agentes do DOPS. É o início da Operação Batina Branca, que tem por objetivo fazer os dominicanos levarem a polícia ao encontro de Carlos Marighella, o líder da ALN.

Em entrevista à autora, em março de 2010, frei Betto explicou que a Operação Batina Branca era uma espécie de força-tarefa da polícia política. “Desde aquele tempo, a polícia brasileira já tinha esse costume de dar nomes esdrúxulos às suas investigações”, diz. “O nome Batina Branca era uma referência à cor do hábito dominicano”. Em linhas gerais, segundo frei Betto, a Operação Batina Branca teria sido uma força-tarefa planejada ao longo de meses e executada no prazo de uma semana. Na primeira fase da operação, a equipe do delegado Sérgio Paranhos Fleury montou campanha em frente ao Convento das Perdizes e à Livraria Duas Cidades para investigar quem eram os dominicanos que colaboravam com a ALN. Em outubro de 1969, a polícia prendeu Paulo de Tarso Venceslau, motorista de Marighella. Com ele, encontrou uma agenda de telefones contendo os contatos do Convento de Perdizes e os nomes dos freis Ivo e Fernando.

As investigações prosseguiram com a prisão do médico Antonio Carlos Madeira, militante do PCB e amigo dos freis Betto e Tito. Na noite de sábado, 1º de novembro, enquanto os freis Ivo e Fernando viajavam de ônibus para o Rio de Janeiro, onde pretendiam se encontrar com o ex-monge beneditino Sinval Itacarambi Leão, da editora Vozes, o Convento Dominicano das Perdizes é cercado pela polícia. Na tarde do dia 2, os policiais do DOPS prendem os freis Fernando e Ivo dentro de um ônibus no bairro do Catete, no

Rio, e os levam para ser interrogados por Fleury no Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Para revelar a Fleury como faziam para se encontrar com Marighella, os religiosos são submetidos a torturas até o fim da manhã da segunda-feira, 3 de novembro. Enquanto isso, em São Paulo, outros policiais do DOPS levavam presos o prior da Ordem dos Dominicanos, Edson Braga, o frei Giorgio Callegari, o noviço Tito de Alencar Lima e o ex-frei João Caldas Valença, que havia se desligado da Ordem e morava em um apartamento na Rua Rocha, no centro.

O convento dos dominicanos permaneceria ocupado pela polícia e incomunicável até a noite de terça-feira, 4 de novembro. Nesse dia, a equipe de Fleury levou o frei Fernando até a Livraria Duas Cidades. Com uma arma apontada para a cabeça, o sacerdote teria de esperar até que o contato da ALN lhe telefonasse. “Eu havia falado que Marighella costumava ligar-me no telefone do local de trabalho”, narra frei Fernando. “De fato, menos de uma hora depois, o telefone tocou e do outro lado alguém pronunciou a senha: ‘Aqui é o Ernesto. Nos vemos na gráfica esta noite’.”⁸⁶. Esse era o código que Marighella costumava utilizar quando queria se encontrar pessoalmente com os frades em um ponto na altura do número 800 da Alameda Casa Branca, nos Jardins.

Naquela noite o líder da ALN compareceu ao local combinado. E foi recebido a tiros por Fleury e outros 29 policiais, que haviam cercado o quarteirão e aguardavam Marighella com suas armas engatilhadas. “Dentro do carro, Ivo e eu escutamos uma saraivada de balas. Não vi Marighella tombar. Esperei que ali também fosse o nosso fim (...) Logo as portas foram abertas e nós, retirados do veículo. No meio da rua, jazia estirado o corpo de Marighella. No caminho para o DOPS, os policiais alardeavam que Ivo e eu éramos traidores.”⁸⁷

Enquanto Fernando e Ivo são levados para a carceragem do DOPS, Fleury aciona a imprensa para que o cadáver de Marighella seja fotografado.

⁸⁶ FERNANDO, Frei. **Diário de Fernando – nos cárceres da ditadura militar brasileira**. Op. cit. Pág. 39

⁸⁷ FERNANDO, Frei. Idem. Ibidem.

Segundo frei Betto, nesse momento tem início a última parte da Operação Batina Branca: divulgar que os responsáveis pela queda de Marighella nas mãos da polícia haviam sido os dominicanos. No dia 5, enquanto a polícia invadia o Convento Jesuíta de São Leopoldo (RS), onde frei Betto havia se refugiado, o nome do jornalista e religioso já estampava os jornais de todo o Brasil, em reportagens que diziam que ele era o “homem da fronteira, encarregado de levar os militantes comunistas para fora do país”.

Além disso, no Rio de Janeiro, os órgãos de segurança remeteram à CNBB um dossiê sobre o envolvimento dos dominicanos com os grupos guerrilheiros. “Com os jornais e emissoras de rádio e tevê falando do caso, iniciava-se a segunda fase da Operação Batina Branca, que consistia em isolar os dominicanos do resto da Igreja”, descreve Betto. “Convencidos de que as circunstâncias a morte de Marighella haviam posto a esquerda contra nós, os militares queriam cortar os laços que nos ligavam à Igreja.”⁸⁸

Durante o interrogatório, no Cenimar, no Rio de Janeiro, os freis Ivo e Fernando foram informados de que suas declarações seriam encaminhadas às autoridades católicas e ao governo militar. Para isso, suas confissões, obtidas sob tortura, foram gravadas em vídeo. Segundo relata frei Betto, “após o banho, Fernando e Ivo foram reunidos em outra sala, em frente a um aparelho de videoteipe, cortesia dos programas da Usaid [United States Agency for International Development]. O comandante Alfredo Poeck explicou que a gravação seria remetida ao presidente Médici e que eles deveriam responder de acordo com os esquemas preparados pelos técnicos, caso não quisessem voltar para o pau-de-arara. Os técnicos eram oficiais do Cenimar. Um deles fazia as perguntas e o outro ditava as respostas. Quando um dos frades dizia algo que não lhes agradava, a cena era repetida sob ameaças. **Mais tarde essa gravação foi exibida aos bispos da CNBB como ‘prova de nossa cumplicidade com o terrorismo’**”⁸⁹.

Nos dias 5 e 6 de novembro os jornais publicam inúmeras reportagens e editoriais reproduzindo a versão da polícia sobre o suposto envolvimento dos

⁸⁸ BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. Op. cit. pág. 123

⁸⁹ BETTO, Frei. **Idem. Ibidem**. Pág. 150-151

dominicanos na prisão e morte de Marighella. Em um editorial chamado *O beijo do Judas*⁹⁰, o jornal *O Globo*, do Rio de Janeiro, compara os dominicanos ao apóstolo que traiu Cristo: “Eles traíram a sua fé passando para o comunismo, depois traíram o comunismo entregando Carlos Marighella; são os novos Judas!”. A mesma metáfora seria utilizada pelo então governador de São Paulo, Roberto Abreu Sodré, e pelo diário paulista *O Estado de S. Paulo*.

O uso da mesma metáfora por diferentes veículos de comunicação demonstra que a versão oficial da polícia, de que os dominicanos seriam traidores de Marighella e da Igreja, foi encampada pela imprensa. Ou seja: a imprensa não só aceitou essa tese, como participou de sua construção.

No editorial *A sociedade traumatizada*, do dia 6 de novembro, o Estadão reafirma sua ojeriza pela ala progressista da Igreja e volta a pedir a expulsão da Ordem do Brasil:

“O sangrento episódio encerrado com o fuzilamento do chefe máximo do terrorismo em nosso país nada teve de inesperado. A lógica não permitia outro desfecho. A partir do momento em que a contestação do regime passou do terreno ideológico para o insurrecional, as cartas estavam marcadas: a vitória tinha de caber à parte mais forte e mais organizada. É uma simples questão de bom-senso. **O surpreendente, o inesperado, o imprevisto em tudo quanto acaba de se verificar, está na extensão da formidável rede de apoio que o terror político conseguiu obter dentro da Ordem de São Domingos. Embora fossem veementes os indícios de infiltração marxista em largos setores da Igreja, sempre foi difícil apontar um membro do clero como militante do comunismo. (...) Os grandes derrotados com o fim trágico de Carlos Marighella, antes de mais nada, são os padres progressistas, e, em particular, os famigerados irmãos pregadores da Rua Caiubi. (...) No púlpito eram a própria imagem do Cordeiro de Deus. A sua oratória sacra girava obcecadamente em torno da condenação da violência, da agressão do imperialismo ao povo do Vietnã, da pretensa brutalidade policial para com os estudantes (...). Cá fora, mas sem disporem das insígnias da Ordem,**

⁹⁰ **O Beijo do Judas.** O Globo. Rio de Janeiro: 05/11/1969

espalhavam a violência, planejavam assaltos, perpetravam atentados, armavam emboscadas com a mesma fria crueldade com que outrora quebravam os ossos dos infelizes acorrentados nos antros do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. (...) Não há dúvida: os dominicanos de São Paulo e seu templo estavam na moda. A televisão e a imprensa sensacionalista sabiam de cor o caminho do Convento das Perdizes. (...) **E no entanto, os dominicanos eram tão falsos como o apóstolo que denunciou o Mestre osculando-lhe a face.** (...) Ainda que o líder terrorista não nos mereça simpatia de espécie alguma, não se pode tomar ciência da conduta dos dominicanos que o entregaram sem um arrepiado de espanto e de repulsa. (...) **Há bastante tempo já, quando a esquerda clerical deu os primeiros passos na sua sementeira de ódio e violência, lamentamos aqui que não surgisse entre nós um governante como Pombal, dotado de energia necessária para reduzir ao seu verdadeiro papel aqueles sacerdotes incapazes de respeitar o bem-comum dos cidadãos.** (...) **A opinião nacional, de cujos sentimentos cristãos ninguém se pode duvidar, acha-se em verdadeiro estado de choque. A extensão e a profundidade dos delitos imputados a tão vasto círculo de ministros da Igreja Católica valeram por um trauma que é necessário aquietar.**”

Na mesma data, o *Jornal da Tarde* publica um artigo enumerando quantos “padres subversivos” haviam sido presos no Brasil desde março de 1964 e comparando os dominicanos ao padre colombiano Camilo Torres, que havia deixado o sacerdócio para tornar-se guerrilheiro. Em editorial assinado, Lenildo Tabosa Pessoa volta a enxovalhar os dominicanos, chamando-os de traidores⁹¹. **“Não se pode confiar nos dominicanos de Perdizes. O fato de não ter percebido isso a tempo custou ao líder comunista Carlos Marighella a sua vida (...) Nem todos os criminosos se sujeitam a trair de maneira tão covarde seus colegas. Os frades das Perdizes são vermelhos da cabeça aos pés e essa cor interior dos ilustres reverendos vem sendo denunciada há muito tempo. (...) Agora, porém, não há acusações, mas fatos selados à bala e lavados a sangue. O que dirá agora a CNBB?”**

⁹¹ PESSOA, Lenildo Tabosa. **O que dirá agora a CNBB?** *Jornal da Tarde*. São Paulo: 06/11/1969

Em 11 de novembro, Dom Agnelo Rossi distribui nota à imprensa condenando a participação de religiosos católicos na luta armada contra a ditadura. “Não podemos aceitar, por serem anti-evangélicos e até contrários ao bem-estar de nosso país, métodos de violência e de terrorismo. Menos ainda podemos concordar com a participação, na prática desses métodos, de sacerdotes, religiosos, seminaristas ou candidatos à vida religiosa. Devo repelir, porém, que a culpa pessoal de alguns, mesmo comprovada, seja generalizada para toda uma família religiosa, todo o clero e até toda a Igreja.”

Também por meio de nota, em 19 de novembro, o frei Vincent de Couesnogle, assistente do mestre geral da Ordem dos Dominicanos na França, e o prior da Ordem no Brasil, frei Domingos Maia Leite, fazem a defesa dos dominicanos brasileiros presos. “Lamentamos que diante da opinião pública se tenha promovido a difamação de pessoas cuja culpa não está ainda judicialmente comprovada, conforme princípio reconhecido pela Declaração Internacional dos Direitos Humanos (...) A fim de garantir a defesa de nossos religiosos, apelamos às autoridades brasileiras no sentido de assegurar a seriedade das investigações, a objetividade do processo, os direitos dos acusados à defesa. Não tememos a verdade e pedimos que tudo seja feito a fim de que ela venha à luz.”

O caso ganha repercussão internacional. Em 21 de novembro, o jornal londrino *Daily Telegraph* publica que “pelo menos 17 dominicanos estão presos no Brasil, sob a acusação de terrorismo, pois consideram que o atual governo brasileiro é irremediavelmente reacionário”. Em 7 de dezembro, a revista católica francesa *La Documentation Catholique*⁹² publica uma carta que vários provinciais e destacados membros da Ordem dos Pregadores haviam enviado ao cardeal Maurice Roy, presidente da Comissão Pontifícia Justiça e Paz, no Vaticano. O texto é uma defesa contundente da ala progressista da Igreja no Brasil:

“A imprensa mundial tem feito eco às informações relativas à implicação de nossos irmãos da província dominicana no Brasil nos acontecimentos que

⁹² **La Documentation Catholique**, nº 1552. Paris: 07/12/1969. Tradução de Gustavo Corção.

cercaram a morte do líder político Carlos Marighella. **Essas informações parecem suspeitas por várias razões: elas foram difundidas por órgãos inteiramente submetidos à censura do regime local; elas contêm inverossimilhanças; elas misturam, com as acusações políticas, considerações relativas aos costumes e assim extravasam as difamações de pessoas; elas são muito evidentemente úteis aos interesses do regime, favorecendo a divisão entre as forças que compõem a oposição e até mesmo no interior da Igreja.** Chamamos a atenção de Vossa Eminência, e por seu intermédio a atenção do Papa e da opinião católica mundial, para o fato de que **não se pode limitar a esses dominicanos a parte que tomam os cristãos no Brasil nos movimentos que se opõem ao regime atualmente no poder. Os membros do laicato jovem e dos movimentos de Ação Católica, os membros tanto do clero secular como do regular, sem falar nos meios protestantes, engajam-se em um número cada vez maior. A hierarquia, cuja legítima prudência é bem conhecida, viu-se ela mesma obrigada, como sabemos, a denunciar o caráter ditatorial daquele regime. Nessas condições, nós pensamos, com firme convicção, que toda a tentativa que procure dissociar o caso de nossos irmãos dominicanos daquele da Igreja em seu conjunto e de sua presença na realidade brasileira atual redundaria em cairmos na armadilha preparada pelo poder e criaria um precedente que tornaria (...) mais fácil a ulterior eliminação de outros setores da Igreja, inclusive os bispos que não estejam de acordo com essa vontade repressiva, a começar pelo conjunto da província dominicana no Brasil.”**

Em fevereiro de 1970, o conservador Gustavo Corção publica no jornal *O Estado de S. Paulo* uma réplica a essa carta, em que rebate as acusações contra o governo brasileiro e diz que os dominicanos tinham por objetivo implantar o comunismo no Brasil, a partir de instruções da Ordem dos Pregadores na França. “Estamos diante de um exemplo de corrupção vinda de cima para baixo (...) Para os senhores provinciais o teólogos dominicanos franceses o regime brasileiro é intrinsecamente tão mau, ímpio, monstruoso e desumano que justifica uma revolução socialista ou comunista (...) Mas foram

os governos anteriores a 1964 que arruinaram o Brasil e que, além da miséria econômica, trouxeram a infiltração comunista. E foi o atual regime que salvou o Brasil do comunismo e que procurou debelar o flagelo da inflação. Por que misterioso motivo concentram os senhores provinciais e teólogos toda a animosidade contra o atual regime?”⁹³

As acusações contra os dominicanos seguem no mesmo tom até a data de seu julgamento, em 13 e 14 de setembro de 1971. Durante o período em que os freis Tito, Ivo, Fernando e Betto permaneceram presos no Presídio Tiradentes, as denúncias de maus-tratos na cadeia chegavam a público por meio do advogado Mario Simas e do prior da Ordem, Edson Braga. “Como não havia habeas-corpus e os acusados de crimes contra a Segurança Nacional poderiam ficar meses ou anos presos sem acusação formal, a única coisa que um advogado de presos políticos podia fazer era dar publicidade ao que acontecia com eles na prisão”, afirma Mario Simas⁹⁴, em entrevista à autora. Por isso, ao lado do prior, o defensor dos dominicanos ajudou a divulgar o relato de Tito de Alencar Lima sobre as torturas e sevícias sofridas nos porões do DOPS. Enviada para a sede da Ordem dos Pregadores, na França, a carta ditada por Tito foi divulgada na imprensa européia e ganhou um prêmio internacional de jornalismo. Logo depois, em uma conferência em Paris, o cardeal-arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara, utilizou a tribuna para denunciar as torturas sofridas por estudantes, trabalhadores e membros da Igreja nos porões do DOPS de vários Estados brasileiros, e na sede da Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo.

No total, o processo da Justiça Militar sobre a ALN citou 137 pessoas, entre religiosos, militantes da ALN e civis acusados de cooperar com a organização. Os frades dominicanos Tito, Ivo, Fernando e Betto foram condenados a quatro anos de prisão. Na época de seu julgamento, em setembro de 1971, a imprensa brasileira voltou a chamá-los de “terroristas” e “traidores da Igreja, da pátria e de Carlos Marighella”. O advogado Mario Simas tentou reverter essas acusações diante do Tribunal de Justiça Militar. “Como

⁹³ CORÇÃO, Gustavo. **Ainda a carta dos dominicanos**. O Estado de S. Paulo. São Paulo: 14/02/1970

⁹⁴ SIMAS, Mario. Entrevista à autora, em São Paulo, em setembro de 2009

defensor dos frades, eu tentei desmontar a tese divulgada pelo DOPS para a imprensa de que Marighella teria sido morto dentro do carro, com a conivência dos freis Fernando e Ivo”, afirma. “Os laudos periciais mostram que os tiros foram dados à curta distância, com Marighella ainda na rua, e que ele foi transportado para dentro do veículo já morto”.

Esse detalhe é importante porque ajuda a desmontar a versão da polícia para o assassinato de Marighella. “Para incriminar os dominicanos, Fleury divulgou que Ivo e Fernando teriam atraído Marighella para o banco de trás do Fusca, de onde ele não poderia sair para se defender dos tiros”, afirma Simas. “A imprensa acreditou nessa tese, mas eu desfiz essa farsa no julgamento.”

Contudo, o estigma de traidores e subversivos perseguiria os dominicanos por muito tempo. Até mesmo o militante comunista Jacob Gorender, amigo de Marighella, reproduz em seu livro *Combate nas Trevas* a versão do crime divulgada pela polícia. O golpe sobre a reputação dos dominicanos foi devastador. “Após a morte de Marighella e a prisão de nossos confrades, o noviciado da Ordem dos Dominicanos no Brasil ficou sem receber nenhum candidato a noviço durante dez anos”, afirma frei Oswaldo, em entrevista à autora. “Entrar ali, no tempo da ditadura, era como assinar atestado de comunista”, completa. Além disso, como resultado da campanha de difamação contra a Ordem dos Pregadores, em 1970 o Estudantado Dominicano de Perdizes encerrou suas atividades.

De acordo com uma reportagem do *Jornal do Brasil*⁹⁵, já em 1978, o número de frades da Ordem dos Pregadores no Brasil havia caído de 100 para 55. Por falta de candidatos ao noviciado, o convento da Ordem em Belo Horizonte acabou sendo transferido do bairro da Serra, uma área nobre da capital, para o bairro de Aarão Reis, na periferia da cidade, onde os religiosos remanescentes passaram a atuar em pastorais dedicadas exclusivamente ao

⁹⁵ CABALLERO, Mara. **Dominicanos, Hoje como Sempre.** Op. cit.

trabalho social. Mais tarde, esse trabalho se tornaria uma das primeiras Comunidades Eclesiais de Base⁹⁶.

Os freis Ivo, Fernando e Betto permaneceram na prisão até 4 de outubro de 1973. Com a imprensa brasileira sob censura, os religiosos só tiveram chance de contar a sua versão da história muitos anos depois. Em 1978, os três lançaram o livro autobiográfico *O canto da fogueira - Cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. A obra era uma transcrição das mensagens que os três remeteram a amigos e familiares no período em que estavam encarcerados no Presídio Tiradentes. Com forte cunho religioso, o livro descrevia basicamente o dia-a-dia dos frades no presídio e não alcançou grande repercussão.

Foi somente após a aprovação da Lei da Anistia, em agosto de 1979, que frei Betto decidiu publicar a sua versão para o envolvimento dos frades dominicanos com a luta armada no Brasil. Lançado pela editora Civilização Brasileira em 1982, o livro *Batismo de Sangue* foi a primeira obra a desmentir a versão oficial divulgada pelo governo militar de que os frades dominicanos haviam traído Carlos Marighella. Desde a sua primeira versão, trazia o laudo apresentado pelo advogado Mario Simas que desmontava a versão da polícia.

Vencedor do Prêmio Jabuti de 1982, o mais conceituado da literatura brasileira, *Batismo de Sangue* tornou frei Betto famoso. Em 2010, o livro estava em sua 14^a edição, tendo vendido mais de 300.000 exemplares. Amparado pelo sucesso desse best-seller, Betto abraçou a carreira de escritor e já publicou mais de 50 livros. A maioria deles fala sobre Teologia, movimentos sociais e a Ordem dos Dominicanos. Seu livro mais vendido é *Fidel e a Religião* (São Paulo: Brasiliense, 1986), que vendeu 3 milhões de exemplares.

⁹⁶ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) são resultado de um movimento liderado por sacerdotes católicos progressistas. Elas são eclesiais porque estão unidas à Igreja. São de base porque são constituídas de pessoas das classes populares. Localizam-se em geral na zona rural e na periferia das cidades. Organizam-se em torno das paróquias ou capelas por iniciativa de leigos, padres ou bispos. Segundo Frei Betto, as CEBs são uma nova forma de organizar a pastoral. Tradicionalmente, as pastorais da Igreja Católica é organizada em torno das paróquias. As CEBs permitem que a organização paroquial se dê através de comunidades menores, onde os membros podem estabelecer laços comunitários entre si. Durante a ditadura militar as CEBs impulsionaram a criação de clubes de mães, associações de moradores, inserção no movimento operário e outras iniciativas que fortaleceram o movimento social.

O mais recente é a biografia do frei Fernando de Brito, chamada *Diário de Fernando – Nos Cárceres da Ditadura Militar Brasileira*, lançado pela editora Rocco em 2009. Aliado histórico do PT, entre 2003 e 2004, os dois primeiros anos de mandato de Luiz Inácio Lula da Silva, exerceu a função de assessor especial da Presidência da República e consultor do Programa Fome Zero.

Quanto aos demais dominicanos envolvidos com a ALN, nenhum alcançou a fama obtida por frei Betto. Entre 1967 e 1969, quando o Convento de Perdizes e a Livraria Duas Cidades passaram a ser ainda mais visados pela polícia política, vários dominicanos tiveram de fugir.

- O prior Francisco de Araújo, que havia sido preso por fazer um ato pela paz, deixou a Ordem e constituiu família.

- Preso e torturado, João Antônio Caldas Valença (ou frei Maurício) permaneceu mais de um ano no Presídio Tiradentes. Ao ser libertado, deixou a Ordem dos Dominicanos e foi viver na Bahia.

- O frade italiano Giorgio Callegari exilou-se em Paris, voltou ao Brasil após a Anistia e em 1986 fundou a Colônia Veneza, uma entidade para crianças carentes em Peruíbe, São Paulo.

- Magno José Vilela, responsável pelos contatos com Joaquim Câmara Ferreira, permaneceu escondido em São Paulo durante quase um ano, até conseguir fugir para o Chile e de lá para Paris, onde foi viver no convento dominicano de Le Saulchoir. Anos depois deixou a Ordem, tornou-se professor universitário e constituiu família. Hoje vive em São Paulo e leciona na Escola Dominicana de Teologia (EDT), no Centro Universitário Salesiano (Unisal) e na Faculdade de São Bento.

- Luiz Felipe Ratton Mascarenhas partiu para o exílio e só voltou ao Brasil após a aprovação da Lei da Anistia. Abandonou a Ordem, constituiu família e hoje é professor universitário em Sete Lagoas (MG).

- Depois de sair da prisão em 1974, Frei Ivo formou-se em Filosofia e abandonou a Ordem dos Dominicanos. Anos depois, constituiu família, fez

doutorado na França e tornou-se professor de Sociologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

- Também libertado em 1974, Frei Fernando de Britto continuou atuando como sacerdote e engajou-se em movimentos sociais. “Saindo da prisão fui trabalhar na Diocese de Goiás com as comunidades de base juntamente com o bispo dominicano D. Tomás Balduino”, descreve o sacerdote, em entrevista à autora⁹⁷. “Participei da fundação da Comissão Pastoral da Terra, fundei e sou fui primeiro coordenador da CPT de Goiás. Após 10 anos fui para a Diocese de Volta Redonda com o bispo D. Valdir Calheiros. Fui eleito coordenador da CPT do Rio de Janeiro, fundei e fui o primeiro coordenador da CPT da Diocese de Volta Redonda. Após oito anos, voltei para Goiânia e trabalhei com a formação sindical e fui assessor da Federação dos Trabalhadores Rurais. Desde 1996 resido no município de Conde, pertencente à Diocese de Alagoinhas, na Bahia. Aqui fundei a Pastoral Afro na Diocese, trabalho com o diálogo inter-religioso principalmente com as religiões afro-brasileiras, e fundei a Casa de Cultura para a educação pela arte de jovens e adolescentes”.

Depois de anos no exílio, frei Carlos Josaphat e frei Oswaldo Rezende voltaram para o Brasil e ajudaram a refundar a Escola Dominicana de Teologia (EDT). Reaberta em 1994, a instituição funciona na Rua São Daniel, no Alto do Ipiranga, no mesmo prédio onde ficava a Unilabor, a fábrica de móveis que os dominicanos fundaram nos anos 1960.

A Escola Dominicana de Teologia começou com 15 alunos e hoje tem pouco mais de uma centena, a maioria leigos (ou seja, a EDT não é mais voltada exclusivamente para a formação de sacerdotes). Desde 2008, o curso de Bacharelado em Teologia da EDT é reconhecido pelo Ministério da Educação.

Em maio de 2010, de acordo com o frei Marcelo Alves, a Ordem dos Dominicanos no Brasil contava com pouco mais de 50 membros, em sua maioria sexagenários. Em abril de 2011, o noviciado da Ordem em Uberaba (MG) contava com 12 noviços.

⁹⁷ BRITO, Fernando. Entrevista concedida por e-mail à autora em 11 de junho de 2010

Capítulo 6

De guerrilheiro a cineasta: Helvécio Ratton e a produção de *Batismo de Sangue*

Na época da estreia de *Batismo de Sangue* nos cinemas, em abril de 2007, vários críticos viram no filme como uma obra de um ex-guerrilheiro tentando transmitir ao público a visão de sua geração sobre o período da ditadura. Isso porque Helvécio Ratton é um ex-militante de esquerda que teve envolvimento pessoal com os personagens retratados na obra de frei Betto. Primo de um dos frades dominicanos que aparecem no livro (Luiz Felipe Ratton Mascarenhas, ex-dominicano preso no Congresso da UNE em Ibiúna, em 1968, e hoje professor universitário), ele também integrava o movimento estudantil em Belo Horizonte. Aos 17 anos decidiu entrar para o grupo armado Colina (Comando de Libertação Nacional), posteriormente rebatizado de VAR-Palmares.

Nessa organização, que fazia parte do movimento de luta armada que tentava derrubar o regime militar, Ratton conviveu com militantes que se tornariam petistas famosos, como Dilma Rousseff (ministra de Estado nos dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e presidente da República desde 1º de janeiro de 2011) e Fernando Pimentel (duas vezes prefeito de Belo Horizonte pelo PT e atual ministro do Desenvolvimento).

Em 1969, quando um de seus companheiros caiu, Ratton fugiu para o Rio de Janeiro e passou a viver na clandestinidade, sob o codinome Clemente. Em sua biografia, escrita por Villaça⁹⁸, Ratton conta que em julho daquele ano ajudou a transportar parte dos 2,8 milhões de dólares roubados do cofre da amante do ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros, do Rio de Janeiro

⁹⁸ VILLAÇA, Pablo. **Helvécio Ratton, o cinema através das montanhas**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/TV Cultura, 2005

até Brasília, a fim de distribuir o dinheiro entre aparelhos ligados ao grupo. Condenado a um ano e meio de prisão, em julho de 1970 Rattton fugiu para o Chile, país que à época abrigava centenas de exilados brasileiros.

Em Santiago, Rattton decidiu trabalhar com cinema. Foi funcionário contratado da Chile Filmes (espécie de Embrafilme) durante dois anos, tendo colaborado na produção de curtas-metragens sobre a situação social e política do Chile no governo socialista de Salvador Allende. Em 1971, chegou a ter rápido contato com frei Tito, que havia sido banido do Brasil. Após o golpe militar que derrubou o presidente chileno, voltou para o Brasil e acabou preso durante 40 dias no DOI-CODI no Rio de Janeiro.

Nesse período, conta ter sido submetido a constrangimento e tortura psicológica, por ter sido obrigado a ficar a maior parte do tempo isolado em uma cela solitária, totalmente nu e com a cabeça coberta por um capuz. Nos interrogatórios, a polícia perguntava sobre sua atuação política no Chile e na VAR-Palmares, em 1968-69. “Meu trunfo é que eu não tinha o que entregar, pois fora preso quatro anos depois de ter sido identificado por eles e qualquer coisa que eu soubesse já teria acabado”, descreve Rattton, em entrevista à autora.

A experiência no cárcere, contudo, teria sido decisiva em sua opção de colocar em *Batismo de Sangue* cenas de tortura física e psicológica. Ao final de 40 dias, ele foi liberado pelo DOI-CODI e mudou-se para Belo Horizonte, decidido a estudar Psicologia e trabalhar com cinema publicitário.

Rattton ganhava a vida fazendo comerciais e filmes institucionais. Seu primeiro trabalho autoral foi um curta-metragem de animação chamado *Criação* (1978), sobre uma galinha que bota um ovo semelhante ao planeta Terra e, assustada ao ver como os homens se digladiam em guerras e injustiças, decide esmagá-lo. Em 1980, lançou um documentário chamado *Em nome da razão*, sobre o hospício de Barbacena, que abrigava 5.000 homens, mulheres e crianças em situação lastimável. “Foi com esse filme que decidi abraçar o cinema e abandonar o mundo dos consultórios”, diz Rattton.

Em 1981 e 1982, realizou alguns curtas-metragens sob encomenda do governo de Minas Gerais. O primeiro, *Cidadão Favelado*, falava sobre o processo de legalização dos lotes ocupados nas favelas de Belo Horizonte. Os outros dois – *João Rosa* e *Um Homem Público*, falavam, respectivamente, sobre Guimarães Rosa e sobre o político mineiro Milton Campos. Nesse ponto é importante ressaltar que esses trabalhos ajudaram o diretor a ser identificado como um cineasta mineiro, que retrata na tela sua cidade e seu Estado. Essa fama seria muito útil anos depois, quando Ratton precisou recorrer a empresas mineiras para patrocinar seus filmes de ficção.

A estréia de Ratton como diretor de longas-metragens deu-se em 1986, com o filme *A Dança dos Bonecos*, que discutia a questão de as crianças estarem abandonando os brinquedos artesanais por jogos eletrônicos e outras modernidades. A partir daí, Ratton passaria a ser conhecido como diretor de filmes infantis. Por causa disso, foi convidado pelo cartunista Ziraldo para levar para a tela a história de seu personagem mais famoso. Lançado em 1995, *O Menino Maluquinho* atraiu 600 mil espectadores, identificou definitivamente Ratton como um diretor de filmes infantis e permanece até hoje como a sua obra com maior sucesso de público. Depois dele, viriam *Amor & Cia.* (1998), adaptação de uma novela de Eça de Queiroz; e *Uma Onda no Ar* (2002), inspirado na história da Rádio Favela de Belo Horizonte, que aborda temas como a injustiça social e o racismo.

Os prêmios obtidos por esses filmes no exterior ajudaram Ratton a obter apoio financeiro para filmar *Batismo de Sangue*. O projeto surgiu em 2002, quando frei Betto lançou uma nova edição de seu livro de memórias e entregou a Ratton um exemplar, com a dedicatória “Helvécio, coragem! A realidade extrapola a ficção!”, ou seja, um convite para que ele adaptasse o livro para o cinema.

O processo de produção do filme começou em 2003, com a manufatura do roteiro, escrito por Ratton em parceria com a jornalista Dani Patarra, filha do jornalista Paulo Patarra, que foi chefe de frei Betto na revista *Realidade*, nos anos 1960. As filmagens foram realizadas em Belo Horizonte, em Sabará (MG),

e na França no ano de 2005. Lançado pela Globo Filmes em 20 de abril de 2007, *Batismo de Sangue* entrou em cartaz em 25 salas de cinema de todo o País e, segundo Ratton, atraiu 100.000 espectadores. De lá para cá, foi lançado em DVD e tem sido exibido em festivais de cinema, escolas e congressos estudantis.

Como dito anteriormente, o fato de ex-guerrilheiros haverem chegado a postos importantes na política nos anos de produção do filme, e a sua simpatia por produções que retratam a sua luta, podem ter facilitado a captação de recursos para *Batismo de Sangue*. Basta lembrar que entre 2004 e 2006 foram produzidos pelo menos sete filmes de ficção sobre o tema. No total, Ratton obteve o apoio de mais de vinte patrocinadores, a maior parte empresas estatais ligadas ao governo federal ou ao Estado de Minas Gerais: Petrobrás, Eletrobrás, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Furnas, Governo do Estado de Minas Gerais, Companhia de Gás de Minas Gerais, Companhia de Energia de Minas Gerais, Usiminas, Acesita, MBR, Fumec e Infraero. Até mesmo a prefeitura de Belo Horizonte, na época a cargo de Fernando Pimentel (PT), amigo de Ratton desde os tempos da VAR-Palmares, patrocinou o filme, que teve orçamento de 5 milhões de reais.

Segundo Xavier⁹⁹, desde 1993, quando começam a se formar as bases do Cinema da Retomada, a tônica do financiamento a produções audiovisuais tem sido a do pragmatismo. “A nova forma de apoio à produção favoreceu tal clima, pois estabeleceu um guarda-chuva generoso que abriga a variedade. **A Lei do Audiovisual – esquema de isenção fiscal que faculta às empresas um mecenato feito às custas do próprio governo – tem sido o grande suporte do cinema, oferecendo uma moldura para liberdade de estilo, desde que se tenha acesso mundano, e de classe, aos canais para captar recursos junto às empresas ou governos locais que procuram favorecer a descentralização.** A escolha entre a inserção no circuito do cinema de arte ou tentativa de comunicação com o grande público depende fundamentalmente

⁹⁹ XAVIER, Ismail. **Do Golpe Militar à Abertura: a Resposta do Cinema de Autor.** In: O Cinema Brasileiro Moderno. São Paulo: Paz e Terra, 2001

dos realizadores, pois não há pressão imediata por retorno de capital, valendo mais a convicção pessoal que dirige o projeto numa direção ou noutra.”

O fato é que o diretor de *Batismo de Sangue* soube aproveitar o momento histórico favorável à revisão do período da ditadura militar (1964-1985) por meio do cinema e criou um roteiro atraente para os patrocinadores. O longa-metragem pode não ter sido um sucesso de bilheteria, mas teve grande repercussão na imprensa, na época da estreia. Pelo menos entre os estudantes politicamente engajados, também causou comoção. No final de 2007, a UNE comprou 150 sessões, para exibir em seus congressos, como exemplo da importância do movimento estudantil nos anos 1960 e 1970.

Capítulo 7

Significações da narrativa no filme *Batismo de Sangue*

Baseado no livro *Batismo de Sangue*, publicado por Frei Betto, em 1982, o longa-metragem homônimo faz um recorte do período histórico retratado na obra literária. Enquanto o frade/escritor centra seu foco na figura de Carlos Marighella (1911-1969), líder político de esquerda, mentor da luta armada no Brasil e fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN), o cineasta optou por destacar uma figura que, no livro, aparece de maneira marginal e torná-la um herói. Trata-se do frade Tito de Alencar Lima (1945-1974), membro da Ordem dos Dominicanos, estudante de Filosofia e integrante do movimento estudantil. No filme, ele personifica o sofrimento das classes oprimidas diante do poderio descomunal da repressão, representada pelo delegado Sergio Paranhos Fleury, da seção paulista do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Se, no livro, Marighella é o personagem principal, assunto de 256 páginas, e Tito é retratado em um dossiê de 30 páginas com o sugestivo título de *Tito, a Paixão* – uma indicação de que o sofrimento do jovem frade é comparável à via-crúcis de Jesus Cristo – no filme, a importância desses personagens se inverte. Tito é o protagonista e as torturas físicas e psicológicas que ele e seus companheiros dominicanos sofrem nas mãos dos militares tornam-se a parte mais importante do enredo. Marighella, por outro lado, torna-se coadjuvante e praticamente irreconhecível. Esse tipo de recorte é uma estratégia comum no cinema moderno. Um exemplo famoso é o filme *Vidas Amargas* (*East of Eden*, Estados Unidos, 1954), de Elia Kazan, em que o roteirista Paul Osborn só utiliza a segunda parte do livro *A Leste do Éden*, de John Steinbeck, inspirado na história bíblica de Caim e Abel.

Ao construir o roteiro de *Batismo de Sangue*, o diretor, produtor e co-roteirista Helvécio Rattton optou por destacar aquilo que lhe pareceu mais ter maior carga dramática: o martírio de Tito, que enlouquece por causa das torturas sofridas na prisão no Brasil. Banido do País, ele parte para o exílio na França e, sem conseguir se recuperar, acaba cometendo suicídio. No caso, contar essa história repleta de dor e drama lhe pareceu mais emocionante do que narrar a trajetória de um dirigente de organização morto em meio ao processo político (Marighella foi assassinado em 1969) ou falar do dia-a-dia dos demais dominicanos envolvidos com a ALN, que permaneceram encarcerados de 1969 a 1973.

Batismo de Sangue foi o penúltimo¹⁰⁰ de uma leva de cerca de uma dezena de filmes de ficção brasileiros sobre a luta armada a estrear nos cinemas. Na filmografia ficcional produzida nesse período, que vai de 1993 até 2010, as histórias sobre guerrilheiros são contadas como enredos de ação, com “mocinhos” e “vilões”. No caso de *Batismo de Sangue*, em que os protagonistas são os frades dominicanos, eles é que assumem o papel de heróis. Por seu caráter religioso, eles se tornam “heróis da fé”. Tito, que no filme é elevado a personagem principal, assume feições de mártir. Sua história de vida torna-se, portanto, hagiográfica.

A intenção do cineasta é contar a história sob a ótica dos religiosos. Para fazer o filme, Rattón contou com a colaboração da historiadora Stela Grisotti e fez longas entrevistas com quatro pessoas: Carlos Alberto Libânio Christo, o frei Betto; o frei Fernando de Brito; o frei Oswaldo Rezende e o ex-frade Yves do Amaral Lesbaupin, o frei Ivo (ele até faz uma pequena participação no filme, interpretando um certo Padre Bosco, que aparece conversando com a secretária da livraria Duas Cidades). Os quatro fizeram inclusive workshops com os atores do longa-metragem, para passar a eles o seu testemunho de vida, ou seja, a sua versão para os acontecimentos.

Segundo Bonitzer¹⁰¹, politicamente e ideologicamente, a questão do ponto de vista que um filme reflete é crucial: “Todo filme produz um discurso, que pode ser implícito ou explícito. Por meio da montagem, organiza-se o seu ponto de vista, articula-se o seu discurso. E é o público que, em última análise profere a verdade.”

Ao descrever os dominicanos como mártires que deram a vida ou foram para a prisão em nome de uma causa humanitária – livrar o País do jugo da ditadura militar –, o objetivo do filme é levar ao grande público uma versão diferente da estabelecida pela ideologia dominante. Se, no imaginário coletivo, alimentado pela versão oficial da História produzida pelos pelo governo militar, os dominicanos tornaram-se conhecidos como traidores da pátria e comunistas, o esforço do filme *Batismo de Sangue* é limpar a sua reputação, descrevendo-os como cristãos exemplares, perseguidos injustamente e martirizados. Trata-se de combater uma ideologia com outra ideologia.

¹⁰⁰ Até outubro de 2010, o último filme de ficção brasileiro a retratar o período da ditadura militar (1964-1985) havia sido *Em Teu Nome...*, do cineasta gaúcho Paulo Nascimento, sobre a história de João Carlos Bona Garcia, militante da VPR banido do país em janeiro de 1971, junto com outros 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

¹⁰¹ BONITZER, Pascal. **Les silences de la voix**. Revista Cahiers du Cinema, nº 256 – Paris. Fev/Mar 1975

Na sinopse divulgada na época de lançamento do filme *Batismo de Sangue*, é possível notar como a ação é centrada nos frades:

Em São Paulo, no final dos anos 1960, o convento dos frades dominicanos torna-se uma trincheira de resistência à ditadura militar que governa o Brasil. Movidos por ideais cristãos, os frades Betto, Oswaldo, Fernando, Ivo e Tito passam a apoiar o grupo guerrilheiro Ação Libertadora Nacional (ALN), comandado por Carlos Marighella.

Em 1969, frei Oswaldo se exila na França enquanto Frei Betto segue para um convento no sul do Brasil, onde ajuda perseguidos políticos a passarem pela fronteira. Vigados pela polícia, frei Fernando e frei Ivo acabam presos e torturados. A polícia descobre como são feitos os contatos entre Marighella e os dominicanos e prepara uma emboscada para matá-lo. O convento é invadido, e frei Tito é preso. Em Porto Alegre, frei Betto também é preso e os dominicanos são transferidos para um presídio paulista.

Frei Tito é interrogado e sofre terríveis torturas. Meses depois, um grupo guerrilheiro sequestra o embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher, e exige a libertação de 70 presos, entre eles, frei Tito. Contra sua vontade, Tito é mandado para o exílio e vai viver na França. Mesmo longe do Brasil, ele não consegue ficar livre de seu carrasco. Por onde passa, acredita estar sendo vigiado e ameaçado. Com o intuito de por fim ao seu martírio e se livrar de seus perseguidores, o frade comete suicídio.

Eis a ficha técnica do filme:

Batismo de Sangue

(Brasil, 2006)

Direção e produção: Helvécio Ratton

Roteiro: Helvécio Ratton e Dani Patarra

Pesquisa: Stela Grisotti

Fotografia e câmera: Lauro Scorel

Montagem: Mair Tavares

Direção de arte: Adrian Cooper

Figurino: Marjorie Gueller e Joana Porto

Música: Marco Antônio Guimarães

Som: José Moreau Louzeiro e David Miranda

Produção executiva: Guilherme Fiúza e Tininho Fonseca

Distribuição: Downtown Filmes e Globo Filmes

Elenco principal:

Caio Blat (frei Tito)

Daniel Oliveira (frei Betto)

Léo Quintão (frei Fernando)

Odilon Esteves (frei Ivo)

Ângelo Antônio (frei Oswaldo)
Marku Ribas (Carlos Marighella)
Cassio Gabus Mendes (Delegado Sergio Paranhos Fleury)
Jorge Emil (frei Diogo, prior da Ordem dos Dominicanos)
Murilo Grossi (policia Raul Careca)
Renato Parara (policia Pudim)
Marcelia Cartaxo (Nildes, irmã de frei Tito)

A seguir, procederemos à análise de algumas cenas-chave do filme *Batismo de Sangue* e pontuaremos em cada uma delas a estratégia narrativa empreendida pelo cineasta Helvécio Ratton. As cenas foram divididas pela autora em chaves temáticas identificadas por títulos em letras maiúsculas. **Para diferenciar o que é enredo do que é análise, neste capítulo, tudo o que for descrição do que se passa na tela será grafado em itálico.**

A CENA DE ABERTURA

A história começa com o seguinte letreiro: Entre 1964 e 1985, o Brasil viveu sob uma ditadura. As liberdades democráticas foram suprimidas e toda oposição ao regime militar era reprimida com violência. Os agentes da repressão, militares e policiais, não tinham limites: em nome da “Segurança Nacional”, tudo era permitido.

Em seguida, a câmera focaliza frei Tito em um convento dominicano na cidade de Eveux-sur-Abresle, perto de Lyon, na França, em agosto de 1974. Abatido e visivelmente transtornado, o religioso aparece tendo uma alucinação em que o delegado Fleury lhe oferece a mão enquanto grita, em tom ameaçador: “Beija a mão do papa, beija!” O frade sacode a cabeça, como que tentando se livrar do mau pensamento. Em seguida passa uma corda em volta de seu pescoço e se suicida.

Nessa sequencia inicial, o diretor mostra do que vai tratar o filme: é a história de um jovem sofrido e perturbado, que comete suicídio no período da ditadura militar no Brasil, onde toda oposição era reprimida violentamente. Desse momento em diante, a história se desenvolve em forma de flashback, de modo a esclarecer o que teria levado o personagem a cometer essa atitude.

Ao longo de 103 minutos, o espectador é levado a acompanhar a viacrúcis do religioso em um enredo que sacraliza a oposição à ditadura. Enquanto acompanhamos a trajetória de frei Tito, o envolvimento dos dominicanos com a luta armada é mostrado em um enredo paralelo.

A APRESENTAÇÃO DOS PERSONAGENS

Uma sequência de pouco mais de dez minutos, logo no início do filme, dá o tom de como será retratado o engajamento dos dominicanos na resistência à ditadura. A cena começa com a legenda “São Paulo, 1968” e retrata o primeiro encontro entre os frades e o líder da ALN, Carlos Marighella.

Vendados, Tito, Fernando e Ivo são conduzidos a uma fábrica abandonada. Lá dentro, os dominicanos Oswaldo e Betto estão à sua espera. Os jovens são recebidos por um guerrilheiro com uma metralhadora nas mãos. Mas o clima não é de medo, e sim de expectativa e entusiasmo. Em seguida, o trio é apresentado a um certo “Professor Menezes” (um codinome utilizado por Carlos Marighella). Oswaldo entrega ao professor um bolo de notas de dinheiro, que diz ser fruto de doações, e o Marighella afirma que quantia é suficiente para comprar um Fusca para transporte de membros da organização. Nesse momento, Marighella explica o que grupo de luta armada espera dos religiosos:

– O apoio de vocês chega em um momento crucial para a ALN. Contamos com vocês para esconder companheiros e fazer contatos.

Tito, então, pergunta:

– Mas e o povo?

Ao que Marighella responde, em tom professoral:

– A consciência do povo vai brotar mesmo é da luta armada, do próprio combate.

Antes de sair, Marighella entrega aos jovens um embrulho contendo livros. Tito abre o pacote e lê em voz alta os títulos das obras: “Mini manual do guerrilheiro urbano”, “A crise brasileira”, “Por que resisti à prisão”, “Teoria e ação revolucionária” e “Os lírios já não crescem em nossos campos”.

A cena termina em tom profético, com Tito lendo um trecho do mais famoso poema de Marighella:

– E que se eu, por ti, torturado for, possa morrer sorrindo ao sussurrar seu nome: liberdade!

Em seguida a câmera corta para a parte externa do Convento das Perdizes, em São Paulo, onde se lê uma pichação: “Padres Comunistas!”.

Sem ter algum conhecimento prévio sobre as organizações de luta armada que existiam no Brasil nos anos 1960-1970, é impossível o espectador atinar para a importância desse encontro para a trajetória dos dominicanos e a

de Marighella. A pichação no muro do Convento das Perdizes também soa ininteligível, uma vez que, até então, não se sabe absolutamente nada sobre a atuação política dos frades.

Conforme Lebel¹⁰², “ao forçar os elementos da realidade que inclui na ficção a tornarem-se signos específicos, o cinema não somente transforma em signos objetos aparentemente amorfos, mas, igualmente, põe-nos perante signos que incluem esse real socializado e obriga-nos a lê-los para podermos compreender sua própria ficção, dentro da qual esses signos estão integrados de um modo específico”.

Ou seja, essa sequência introdutória, que teria o objetivo de explicar a ligação entre os jovens dominicanos e a ALN, produz um efeito muito pouco esclarecedor. Isso porque, ao longo das últimas décadas, no processo de luta política entre os governos militares e os membros da sociedade que faziam oposição à ditadura, as trajetórias de Carlos Marighella e a dos frades dominicanos foi praticamente abafada pela historiografia oficial. No século XXI, o brasileiro médio não tem a menor idéia de quem foram eles.

Como, então, provocar identificação entre o público e os personagens, dos quais nada se sabe? A opção feita pelo diretor foi a de ressaltar o caráter religioso dos jovens dominicanos, em lugar de sua atuação política. No filme, com exceção de uma frase dita por Tito – “Não acredito em mais nada: Cristo, Marx, Freud, nada” – os frades nunca se declaram a favor da luta armada ou do comunismo. A impressão de que os jovens frades agiam por convicção religiosa é reforçada pela sequência seguinte.

O QUE LEVA OS DOMINICANOS A AJUDAREM A ALN

Durante a missa de domingo na capela do Convento das Perdizes, com todos os frades e noviços vestindo o hábito branco de dominicanos, o personagem frei Diogo, prior da Ordem dos Pregadores, faz a homilia:

- Para ser um bom cristão não basta vir à missa de domingo. Nós, cristãos, não podemos engolir a ditadura de cabeça baixa. A ditadura é conivente com a má distribuição da riqueza e com a exploração do povo pobre. Nós, cristãos, devemos encontrar a nossa própria maneira de agir.

Nesse momento, uma fiel vem avisar que há um policial gravando o sermão. Frei Ivo, então, toma o microfone e anuncia à platéia:

¹⁰² LEBEL, Jean-Patrick. **Cinema e Ideologia**. Lisboa: Editorial La Stampa Ltda, 1972 – 2ª edição, 1975

- *Aquele senhor ali no canto, com o gravador na mão, é policial do DOPS. O nome dele é Raul Careca. Será que ele veio aqui para rezar, ouvir a palavra de Deus? Ou está aqui para nos vigiar e depois mandar prender?*

Em seguida, o policial descoberto foge, gritando:

- *E você é um comunista desgraçado que usa a batina e o nome de Deus para pregar a desordem! Pregar a subversão!*

A cena seguinte mostra o jardim do convento, onde frei Diogo reúne os jovens frades para aplicar-lhes um sermão:

- *Bom, eu chamei vocês aqui porque nós temos de nos perguntar até onde nós podemos ou devemos ir. E vocês estão indo longe demais. Vocês sabem o perigo que estão correndo?*

Ao que Tito responde:

- *Mas a opção pelos pobres é uma exigência do trabalho apostólico, frei Diogo. Estamos defendendo a causa dos humilhados, de homens e mulheres de pés descalços. Auxiliar os perseguidos é uma tradição da Igreja.*

E Oswaldo diz:

- *São Tomás de Aquino já dizia que em caso de tirania evidente e prolongada o povo tem o direito de se defender.*

E Betto acrescenta:

- *Paulo VI dizia algo bem parecido: esgotadas todas as possibilidades, é legítimo o uso da violência.*

E Fernando completa:

- *E se queremos mudar alguma coisa, temos de ir além das palavras e dos estudos.*

Por fim, Ivo comenta:

- *Nós não pegamos em armas, nós não assaltamos. Só estamos dando o nosso apoio.*

Dessa cena, depreende-se que os frades dominicanos agiam movidos exclusivamente por seus ideais cristãos de solidariedade aos oprimidos e não sujavam suas mãos com sangue, tarefa desempenhada pelos “guerrilheiros profissionais”, como podem ser descritos os demais membros da ALN.

Essa sequência é a primeira a mostrar que a atuação dos dominicanos na resistência à ditadura já havia despertado a atenção da polícia política

(representada pela presença do policial Raul Careca, do DOPS, na missa promovida pelos dominicanos). Contudo, é curioso notar como o prior, que no púlpito incitara os fiéis a tomar partido contra o governo militar, no momento seguinte reprime os jovens frades por estarem cumprindo esse mandato. Ou seja: atacar o regime militar com palavras de ordem é permitido. Partir para ações práticas, não.

Em seguida, na cena do jardim, quando era de se esperar que os frades, com todo o ímpeto de sua juventude e idealismo – afinal, estamos no ano de 1968, o dos protestos de estudantes em Paris, da morte de Ernesto Che Guevara, da passeata dos Cem Mil, dos festivais de música popular onde pululavam canções de protesto ao regime militar – deixassem clara a sua posição política, os cinco recorrem a citações de teólogos para dizer que agem exclusivamente pautados pela solidariedade com os oprimidos. O espectador, mais uma vez, é levado a pensar que eles agem por motivos religiosos, e não por convicção política.

Daí por diante, o roteiro leva o espectador a crer que socialistas são os outros – os dominicanos são apenas cristãos. É como se a luta dos religiosos tivesse um sentido transcendente, de salvação de toda a população brasileira oprimida, em nome de Deus. O objetivo de por fim a uma ditadura militar e instalar o regime socialista, principal bandeira dos militantes de esquerda no Brasil daquele período, não é sequer mencionado.

O esvaziamento do sentido político das atitudes dos personagens serve a um propósito maior: o de monumentalizar a imagem dos frades como “heróis da fé”. Segundo Le Goff¹⁰³, o processo de monumentalização pode ser entendido como destacar um documento dentre os inúmeros produzidos durante o processo histórico e elevar a sua importância, transformando-o em monumento, no duplo significado de elevação moral e de edificação. “A história dos nossos dias tende para a descrição intrínseca do monumento. O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da sociedade, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. (...) O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, uma imagem de si próprias.”

De forma geral, no filme *Batismo de Sangue*, a atuação dos dominicanos na luta armada e no movimento estudantil é mostrada sem profundidade. A estratégia do diretor é reforçar o caráter cristão dos frades, desconstruindo a imagem de padres comunistas que os governos militares lhes impingiram.

¹⁰³ LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora Unicamp, 1990. Págs. 547-548

Conforme explica Napolitano¹⁰⁴, uma operação central em filmes históricos é a monumentalização ou demolição de monumentos: “Como parte das estratégias de representação que dão sentido aos filmes históricos, a questão da monumentalização de eventos e personagens (**ou da sua desconstrução enquanto monumentos**) tem um papel central na escrita fílmica da história. Nesse processo, ocorre um diálogo específico entre obras cinematográficas, tradições historiográficas e memória social.”

A desconstrução da trajetória de frei Tito enquanto líder estudantil é levada ao extremo, como sugere a sequência destacada abaixo.

O PAPEL DE CADA DOMINICANO NA RESISTÊNCIA

Logo após o primeiro encontro entre Marighella e os dominicanos, a ação se transfere para a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, que na época funcionava na Rua Maria Antônia. Tito está assistindo a uma aula quando um aluno entra na sala chamando-o para participar de uma reunião com integrantes do movimento estudantil. Frei Oswaldo, que participa do encontro, lhe pede indicação de um lugar onde se poderia realizar um congresso da UNE, que reunirá estudantes e lideranças de todo o País (referência ao 30º Congresso, em Ibiúna, que reuniu cerca de 920 estudantes e terminou reprimido pela polícia, com a prisão de todos os estudantes, entre eles José Dirceu, então presidente da União Estadual de Estudantes, e Luís Travassos, membro da Ação Popular e então presidente da União Nacional dos Estudantes. O episódio representou o desmantelando o movimento estudantil).

A câmera corta para a Livraria Duas Cidades, no centro de São Paulo, onde frei Fernando inicia um dia de trabalho (mais adiante, o público saberá que pelo telefone dessa livraria os frades faziam contato com Marighella).

Em seguida, aparece a redação de um jornal, onde frei Betto é informado que vários jornalistas serão presos, inclusive seu amigo Paulo (Patarra, então chefe de redação da revista Realidade, da editora Abril). Preocupado, Betto vai até a casa de Paulo e consegue salvá-lo instantes antes de a polícia chegar, de armas na mão.

Novo corte e chega ao convento uma militante de esquerda que precisa ser levada a Santos no fusca comprado com o dinheiro das doações e frei Ivo se prontifica a levá-la.

¹⁰⁴ NAPOLITANO, Marcos. A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Danton In: CAPELATO, Maria Helena e outros (orgs.). História e cinema: dimensões históricas do audiovisual. São Paulo, Alameda Editorial, 2006, p.83

A cena seguinte mostra frei Tito alegre em seu quarto no convento, datilografando uma poesia e ouvindo uma marchinha de carnaval no rádio. É a canção “Noite dos Mascarados”, de Chico Buarque, lançada em 1966:

- Eu sou seresteiro/Poeta e cantor/O meu tempo inteiro/Só zombo do amor/Eu tenho um pandeiro/Só quero violão/Eu nado em dinheiro/Não tenho um tostão/Fui porta-estandarte/ Não sei mais dançar/Eu, modéstia à parte/Nasci pra sambar/Eu sou tão menina/Meu tempo passou/Eu sou Colombina/Eu sou Pierrot/Mas é Carnaval...

Em seguida, a câmera mostra Tito em visita ao sítio em Ibiúna onde será realizado o Congresso da UNE. Apesar dos riscos envolvidos nessa operação, a postura de Tito é de tranqüilidade. Quando o dono do sítio pergunta se virão muitos estudantes e em seguida se corrige, dizendo que “é melhor nem saber”, Tito olha as montanhas e degusta uma xícara de chá, enquanto o sol banha o seu rosto.

De caráter explicativo, toda essa sequencia serve para demonstrar a forma como os personagens atuavam na resistência à ditadura. Nessa parte do enredo, a figura de Tito é mostrada sob o signo da poesia. E, nas entrelinhas, o cineasta leva o público a pensar que Tito era o menos engajado dos quatro dominicanos, e acabou sendo arrastado para essa luta sem saber a gravidade do que estava acontecendo.

Betto e Fernando se ocupam de afazeres “sérios”, como o trabalho na livraria e no jornal, e Ivo se arrisca a transportar perseguidos políticos, Tito segue com sua rotina de estudante. A fisionomia despreocupada do personagem denota que ele ainda não tem consciência que, do lado de fora do convento, a situação política é de opressão e medo.

Em primeiro lugar, Tito parece entrar para o movimento estudantil por acaso – estava lá quieto no seu canto quando um colega vem chamá-lo para uma reunião. Além disso, enquanto

Nessa primeira metade do filme, o diretor constrói a imagem do personagem Tito como um jovem alegre e esperançoso, que concilia a vida religiosa no convento de Perdizes com a rotina de estudante de Filosofia na USP e pequenos prazeres como tocar violão e ouvir samba no rádio. A sua despreocupação – ou alienação, para usar um termo bastante em voga na época – contrasta com o engajamento dos colegas.

Um exemplo disso é a cena em que três dos dominicanos estão na casa de amigos para ver pela televisão a transmissão da chegada da primeira missão tripulada da Nasa à Lua, em 20 de julho de 1969.

Ivo, Fernando e Tito aparecem em uma sala de estar repleta de jovens. Todos estão diante da televisão, que transmite ao vivo a chegada da missão Apolo 11 à Lua. Tito está na janela, dedilhando seu violão. Ivo e Fernando estão no sofá, comendo pipoca, bebendo café e acompanhando a transmissão.

Fernando acende um cigarro e diz:

- A Ciência está transformando a história humana depressa demais.

Ao que Ivo responde:

- Eu acho bacana, mas com tanta gente passando fome no mundo, os americanos gastam bilhões para passear na Lua!

Fernando comenta:

- Eu não acho certo!

Ao que Tito, bem-humorado, começa a tocar o samba "Lunik 9", lançado por Gilberto Gil em 1966:

- Talvez não tenha mais luar pra clarear minha canção/O que será do verso sem luar?/O que será do mar, da flor, do violão?

Todos riem e começam a cantar o samba junto com Tito.

Aqui se percebe que o diretor pretende desconstruir a imagem de que os jovens envolvidos na resistência à ditadura eram pessoas insensíveis, que passavam o tempo todo falando de política e ouvindo canções de protesto. Contudo, o otimismo de Tito, e o repertório que ele toca, soam irreverentes demais em meio ao clima de preocupação demonstrado pelos colegas. O processo de negação de imagens e símbolos prevalentes na chamada estética da opressão¹⁰⁵ é evidente.

De acordo com Ferro, "as sociedades descolonizam suas histórias utilizando-se frequentemente dos mesmos instrumentos dos colonizadores, e assim constroem uma história que é o inverso daquela que lhes foi imposta no passado. Dessa forma, hoje, em todas as Nações ou em quase todas, sobrepõem-se ou enfrentam-se várias histórias (...) A memória coletiva e a história oficial enfrentam-se assim numa verdadeira prova de força que testemunha os problemas suscitados pela História"¹⁰⁶.

¹⁰⁵ ÂNGELO, Ivan. "Nós, que Amávamos Tanto a Literatura". In: . Sosnowski, Saul e Schwartz, Jorge (orgs.) **Brasil: O Trânsito da Memória - O Papel Político dos Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Edusp, 1994. Nesse texto, o termo "Estética da opressão" é usado pelo cronista para descrever os livros, filmes e peças de teatro de caráter engajado.

¹⁰⁶ FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. São Paulo: Ibrasa, 2010.

MUDANÇA DE TOM

Esteticamente, *Batismo de Sangue* é inspirado no filme *A Batalha de Argel* (1966), de Gillo Pontecorvo. De acordo com Ratton, conforme se fecha o cerco aos dominicanos, a atmosfera do filme vai ficando mais sombria. Segundo o diretor de fotografia Lauro Escorel, “na primeira metade da projeção, o filme conta com cores mais quentes, que refletem a alegria daqueles jovens em função do engajamento, do prazer de fazer as coisas coletivamente, de pensarem juntos um futuro melhor para o país. Até ali, eles acreditam que podem mudar tudo, que vão mudar o mundo com a força de suas convicções. A partir da segunda metade, porém, o filme mergulha junto com eles nos subterrâneos da ditadura e a paleta vai esfriando, as cores vão sendo drenadas juntamente com todo aquele otimismo juvenil”¹⁰⁷. Após as cenas de tortura, que lembram os métodos usados pela polícia francesa no filme de Pontecorvo, o tom predominante é o cinza.

O diretor de fotografia Lauro Escorel também descreve o filme *A Batalha de Argel* como inspiração para compor atmosfera de *Batismo de Sangue*. Segundo ele, “a luz fria do inverno europeu se contrapõe às cores quentes do início no Brasil. Essas mesmas cores vão desaparecendo à medida que as sombras vão se impondo. O filme chega quase ao preto-e-branco de alto contraste no ápice do sofrimento infligido aos frades”.

Na cena descrita a seguir, o personagem Tito tem seu primeiro choque de realidade quando o Congresso da UNE em Ibiúna é descoberto. Como se sabe, naquela época a UNE já estava na ilegalidade e o governo militar havia proibido qualquer forma de associação política, inclusive o movimento estudantil.¹⁰⁸ A partir daí, a fotografia vai mudando dos tons pastéis para tons sombrios. A trilha sonora também fica mais pesada, com sons que lembram rangidos de portões de celas. O jogo de claro-escuro, bastante previsível, visa a guiar o entendimento do público no sentido que a repressão vai ficando mais pesada. São os primeiros indícios de que Tito começa a ter alguma consciência de que o que está fazendo é arriscado.

¹⁰⁷ ESCOREL, Lauro. Depoimento publicado no folder **Batismo de Sangue: É Melhor Morrer do que Perder a Vida**. Belo Horizonte: Quimera Filmes, 2006

¹⁰⁸ Em abril de 1964, a União Nacional dos Estudantes (UNE) teve incendiada a sua sede, na cidade do Rio de Janeiro. Em 27 de outubro do mesmo ano, um decreto assinado pelo presidente Castelo Branco extinguiu a entidade. Em 9 de novembro, foi sancionada a Lei Suplicy (4.464/64), que proibiu atividades políticas estudantis. Porém, os estudantes continuam organizando reuniões clandestinas, protestos e passeatas. Além disso, uma vez por ano, reúnem-se para eleger dirigentes e votar propostas. Em 1966 e 1967, o congresso nacional dos estudantes foi realizado dentro de conventos. Em 1968, por meio dos frades dominicanos de Perdizes, a UNE alugou para o evento um sítio em Ibiúna, no interior de São Paulo.

POR QUE TITO É O QUE MAIS SOFRE?

Tito vai para o Congresso da UNE em Ibiúna e a reunião clandestina acaba descoberta pela polícia. Ao lado dos 920 estudantes, Tito é preso e fichado. Ele presencia a prisão de colegas e os safanões distribuídos pelos policiais enquanto embarcam os jovens em caminhões e camburões. Trazido para a sede do DOPS, em São Paulo, o frade cearense é alvo de preconceito. No momento do interrogatório, o policial Pudim lê seu documento de identidade e, usando um tom sarcástico, pergunta:

- Tito de Alencar Lima. Você é nordestino, é? Tá fazendo o que em São Paulo, ô, cabeça-chata?

E Tito responde, com sotaque carregado:

- Eu estudo Filosofia na Universidade de São Paulo.

- Filosofia, é? Mas não era isso que você estava fazendo lá em Ibiúna. Não é? Não é?

Tito assina seu depoimento e sai da delegacia. À porta, um casal de estudantes lhe diz:

- Não se preocupa não, companheiro. Mais cedo ou mais tarde a gente vence!

Em entrevista à autora, em novembro de 2007, o cineasta Helvécio Rattón afirmou que, nessa sequência, o objetivo era demonstrar que Tito teria sido perseguido pelos agentes da repressão não apenas por sua militância política, mas por fazer parte de uma minoria oprimida. “De todos os dominicanos, ele foi o que sofreu mais torturas porque não tinha ninguém que o defendesse. Fernando e Ivo eram filhos de profissionais de classe média do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte e Betto era sobrinho de general [José Carlos Campos Christo, general da reserva]. Já Tito não tinha ninguém por ele: sua família vivia no Ceará e ele não tinha padrinhos poderosos.”

De acordo com Furharmmar e Isaksson, essa estratégia narrativa tem um objetivo claro: fazer o público tomar o partido desse herói martirizado. “Frente a um conflito na tela, quase automaticamente nos inclinamos para o partido quantitativamente inferior. Um enredo típico de filme é a história do

indivíduo solitário lutando contra ou fugindo de uma força coletiva superior. Esse processo é rotulado pelos psicólogos como identificação com o herói”¹⁰⁹.

A DESMORALIZAÇÃO DOS FRADES PERANTE A OPINIÃO PÚBLICA

Helvécio Rattton construiu um roteiro em que tenta demonstrar que o envolvimento dos dominicanos na captura e morte de Marighella fazia parte de um plano orquestrado pelo governo militar. Os objetivos do governo militar, ao qual o DOPS era subordinado, eram o de colocar a opinião pública contra os dominicanos e também o de provocar a cisão entre a Ordem dos Pregadores e o restante da Igreja. Essa questão foi discutida mais detalhadamente no capítulo sobre como a imprensa atacava os frades dominicanos.

No filme, a questão da desmoralização pública dos dominicanos aparece nas sequências que mostram a Operação Batina Branca, organizada pela equipe do delegado Sergio Paranhos Fleury para fazer os dominicanos levarem-no ao encontro de Carlos Marighella.

O cerco começa com a prisão de Fernando e Ivo no Rio de Janeiro. Levados para o Centro de Informações da Marinha (Cenimar), os dois religiosos são torturados para revelar como fazem para encontrar o líder da ALN. Enquanto isso, em São Paulo, o Convento da Perdizes é invadido pela polícia e Tito é preso e levado para a carceragem do DOPS.

Sem ter sido avisado da prisão de seus aliados dominicanos, Marighella marca um encontro com frei Fernando para as 8 da noite, na Alameda Casa Branca. Ao chegar, o líder da ALN é surpreendido pelo cerco da polícia e executado com vários tiros à queima-roupa.

Terminada a execução, Fleury ordena aos seus subordinados que levem o cadáver de Marighella para dentro do carro dos dominicanos. Em seguida, manda chamar a imprensa para fotografar a cena. Ivo e Fernando são levados para um camburão. De volta ao seu gabinete, tendo atrás de si o retrato do presidente militar Emilio Garrastazu Médici e uma placa onde se lê a frase “Contra a Pátria não há direitos”, Fleury fala com alguém ao telefone:

- Isso mesmo general! A missão foi um sucesso!

Sentados à sua frente estão os frades Fernando e Ivo, algemados e de cabeça baixa. Então Fleury caçoa deles:

- Os dominicanos estão aqui comigo. Estão rezando o Pai Nosso (risos)

¹⁰⁹ FURHAMMAR, Leif & ISAKSSON, Folke. **Cinema e política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Pág. 184

Em seguida, o policial Pudim vem chamar Fleury:

- Papa, estão todos te esperando para o brinde!

Na cena seguinte, aparece frei Betto no Rio Grande do Sul. Enquanto ele toma um café num bar, o telejornal Repórter Esso anuncia:

- Atenção senhoras e senhores. O líder do terror Carlos Marighella foi morto em confronto com a polícia hoje em São Paulo.

A câmera volta a mostrar o DOPS. Fleury e seus subordinados descem até a carceragem. Com ar de triunfo, eles cantam:

- Oleeeeê, olaaaaá... O Marighella de fodeu foi no jantar (sic).

- Matamos o chefe de vocês! Cortamos a cabeça da cobra!

- A guerra acabou e vocês perderam!

Os presos protestam, dizem não acreditar. Então Fleury exhibe para eles várias fotos de Marighella morto. O policial Raul Careca empurra Fernando e Ivo contra as grades, e pergunta, com ar exultante:

- Quem entregou, Papa, quem entregou?

Ao que Fleury responde, mostrando as fotos do cadáver:

- Quem entregou foram os dominicanos aqui.

Em seguida, Fernando e Ivo são jogados para dentro da cela onde Tito está preso. Com ar se sarcasmo e deboche, Fleury oferece a Tito uma Bíblia e um rosário, dizendo:

- Quer rezar pelo Professor Menezes? Acho que ele deve estar precisando (risos).

Toda essa sequência mostra que a operação de captura e morte de Marighella teve uma forte conotação de espetáculo. Além de cercar todo o quarteirão da Alameda Casa Branca, nos Jardins, para armar uma emboscada para o líder da ALN, Fleury manipulou a cena do crime, de modo a parecer que Marighella havia sido morto dentro do automóvel dos dominicanos. Ou seja, com essa encenação, Fleury fez a mídia e, conseqüentemente, a opinião pública, acreditarem que além de haverem atraído Marighella para uma armadilha, os jovens frades teriam dificultado a sua defesa, ao aprisioná-lo no banco de trás do próprio carro.

Baseada nos laudos periciais mostrados pelo advogado Mario Simas durante o julgamento dos dominicanos, essa cena é importantíssima porque

desmente a farsa montada pela equipe de Fleury. É um dos momentos em que o filme de Helvécio Rattton efetivamente se torna um instrumento de contestação da história oficial sobre os Anos de Chumbo no Brasil.

O CALVÁRIO DOS DOMINICANOS

A partir da metade do filme, ganham especial importância as cenas de tortura, que mostram o sadismo de Fleury e de sua equipe. No total, o filme *Batismo de Sangue* exibe mais de vinte minutos de cenas de violência, que mostram as torturas sofridas por Ivo, Fernando, Tito e outros presos nas celas do DOPS.

Ainda nas dependências do Cenimar, Fleury surra ostensivamente Ivo e Fernando e diz que, se eles não o levarem até Marighella, irá “acabar com a reputação dos dominicanos no Brasil”. Nos porões do DOPS, em São Paulo, Tito é torturado por um policial vestindo batina e paramentos. Os torturadores à sua volta dizem que os padres não se casam porque são homossexuais e que os dominicanos são comunistas. Chamando Tito de traidor, Fleury estende a mão e lhe ordena que beije seu anel, tratamento que só costuma ser dado com autoridades eclesiásticas como bispos, cardeais e o próprio Papa. Em determinado momento, os torturadores ordenam que Tito abra a boca para receber a hóstia sagrada. Em vez disso, o frade recebe choques na língua.

Concorde-se ou não com a opção de mostrar cenas de tortura com alto grau de realismo, o fato é que Rattton não inventou esses acontecimentos: simplesmente transcreveu-os literalmente do livro, com riqueza de detalhes. Um questionamento possível é perguntar-se por que o diretor optou por dar mais importância ao sofrimento físico dos personagens do que à sua trajetória de militantes. Mais uma vez, a intenção parece ser despertar identificação pelas figuras de Tito e dos demais frades dominicanos, dentro da estratégia de identificação com o herói. Como evidencia a história de vários santos católicos, o martírio é algo digno de admiração para os cristãos e tem como efeito a elevação do sofredor de torturas ao status de mártir.

A OPOSIÇÃO ENTRE CRISTIANISMO E COMUNISMO

Uma das sequências com maior significação religiosa é aquela em que os jovens dominicanos realizam uma missa na carceragem do DOPS. Tito, Ivo, Betto e Fernando usam bolachas Maria e suco de uva para celebrar a Eucaristia, enquanto os demais presos assistem por trás das grades.

Com a Bíblia nas mãos, Tito lê um trecho do Evangelho:

- *Julgará os fracos com equidade. Fará justiça aos pobres da Terra. Ferirá o homem impetuoso com uma ordem de sua boca. E com um sopro de seus lábios, fará morrer o ímpio.*

Em seguida, Betto faz a homilia:

- *Não há conciliação possível entre opressores e oprimidos. Do lado de dentro dessas grades, encontram-se comunistas e cristãos. Foi o amor por nosso povo e a luta por Justiça que nos aproximou e nos uniu. Um dia, todos viverão como irmãos, em torno do mesmo pai. Haverá igual partilha de comida e de bebida, como aqui, nesta mesa eucarística.*

Em seguida, Ivo lê um trecho do Evangelho.

- *Bem-aventurados os que promovem a paz, porque serão chamados filhos de Deus. Bem-aventurados os que são perseguidos por causa da Justiça. Por que deles será o Reino dos Céus.*

Nesse momento, outros presos gritam:

- *E os traidores, vão para o céu também?*

- *Judas!*

Betto pede calma e outros presos manifestam suas intenções:

- *Eu queria que o [policial torturador] Pudim nos deixasse em paz.*

- *Que nada de mal aconteça à minha mulher e ao meu filho.*

- *Eu queria pedir ao Deus de vocês, que talvez seja nosso, que nos faça vencer essa luta um dia.*

Carregada de simbolismo, essa sequência serve para mostrar que mesmo depois de terem sido presos e submetidos a inomináveis torturas, os frades dominicanos não perderam a sua fé. Mais uma vez, como fica evidenciado na fala de Betto, é possível notar que os dominicanos são diferentes dos comunistas, pois acreditam em Deus.

Mesmo sendo chamados de traidores e de “Judas” pelos companheiros de cela, os jovens religiosos não se enfurecem. Na ótica maniqueísta impressa ao roteiro do filme, demonstrar ódio e maldade é exclusividade dos policiais, carcereiros e torturadores.

Com o objetivo de fazer o espectador “perdoar” os frades pelo “pecado” de terem colaborado com a luta armada, o diretor decidiu purificar a imagem dos dominicanos, despindo-os de qualquer nuance de rebeldia ou revolta, e

concentrar a maldade e o autoritarismo nas figuras dos personagens Fleury e seus comandados, os policiais Raul Careca e Pudim.

Esse tipo de abordagem é muito comum no cinema que se pretende revolucionário ou engajado. No intuito de conquistar o espectador para a causa, conforme Furhammar e Isaksson¹¹⁰, os conflitos sociais são resolvidos ou disfarçados e ocorre uma grande simplificação: “o outro lado fica totalmente mau, a própria causa é indiscutivelmente justa e todos se juntam em volta dos símbolos da unidade”.

No final da cena, quando um dos militantes comunistas pede a Deus que “um dia Ele lhes permita vencer essa luta”, fica evidente que até mesmo quem não tem religião acredita que, naquele momento, o fim da ditadura militar não é algo que está nas mãos dos homens. Depende também da intervenção divina.

O ‘BATISMO DE SANGUE’ DE TITO

A expressão que dá título ao livro de frei Betto e ao filme de Helvécio Raton é uma alusão ao calvário de Jesus Cristo. A exemplo do cordeiro de Deus, que foi massacrado e deu a sua vida pela salvação da Humanidade, o religioso dominicano é torturado e martirizado por ter ousado participar da resistência à ditadura militar. É o “batismo de sangue” de frei Tito.

No filme, o sofrimento do personagem começa quando ele é preso no convento e levado para a carceragem do DOPS. Quando Tito chega à cela, se depara com os amigos Fernando e Ivo desfigurados pela tortura. Ele se compadece e sofre profundamente ao ver o estado dos amigos e de outros colegas de cela. A cada vez que os policiais entram na carceragem trazendo um preso machucado por sessões de tortura, Tito se contorce de dor, chora e aperta o terço entre os dedos.

Questionado sobre o porquê de Tito se culpar, se não havia sido ele o delator de Marighella, Helvécio Raton respondeu, em entrevista à autora: “Tito era o mais sensível do grupo e sentia a dor de todos os outros”.

O sofrimento emocional de Tito ganha dimensões ainda mais trágicas quando o religioso é levado para o DOI-CODI¹¹¹.

¹¹⁰ FURHARMMAR, Leif & ISAKSSON, Folke. **Cinema e Ideologia**. Op. cit. Pág. 187

¹¹¹ A sigla DOI-CODI refere-se ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna, um órgão de inteligência e repressão do governo brasileiro durante o regime inaugurado com o Golpe civil-militar de 1964. Destinado a combater supostos inimigos internos, sua filosofia de atuação era pautada na Doutrina de Segurança Nacional, formulada no contexto da Guerra Fria nos bancos do National War College, instituição norte-americana, e aprofundada, no Brasil, pela Escola Superior de Guerra (ESG).

Após a morte de Marighella, os dominicanos são transferidos da carceragem do DOPS para o Presídio Tiradentes, na zona norte de São Paulo. Eles são bem-recebidos pelos outros presos e se adaptam facilmente ao cotidiano na cela, onde convivem mais de 50 homens. Aos fins de semana, recebem visitas de parentes, do prior da Ordem e do advogado Mario Simas.

Certo dia, um prisioneiro que vem entregar o almoço revela que a polícia havia prendido o dono do sítio em Ibiúna onde havia sido realizado o Congresso da UNE. A câmera corta para outra cena. Tito é retirado da cela e um oficial do Exército lhe diz: "Agora você vai conhecer a sucursal do inferno!". Prevendo o seu martírio, os colegas de cela protestam. Perguntam para onde Tito está sendo levado e chamam os policiais de assassinos.

Dias depois, o advogado, o prior e a irmã de Tito (Nildes), vêm visitar os frades presos.

Com ar preocupado, frei Diogo diz:

- Há três dias estamos para baixo e para cima procurando por Tito, e nada. É um calvário!

O advogado Mario Simas acrescenta:

- Recebi um telefonema anônimo dizendo que o Tito está no DOI-CODI, um órgão que o Exército acaba de criar.

E Nildes, que veio do Ceará para saber do paradeiro do irmão, lamenta:

- O que será que estão fazendo com o meu maninho?

Na cena seguinte, a câmera mostra Tito estirado em uma cela imunda e desfigurado pelos maus-tratos. Ele amola uma lata no chão para tentar cortar os pulsos com ela, mas não consegue. Em seguida, se levanta e pede ao policial que monta guarda à sua porta uma lâmina para fazer a barba. Quando o policial se vira, Tito tenta o suicídio cortando o braço com a lâmina. É socorrido e levado ao Hospital Militar, onde o mesmo oficial do Exército que o havia torturado ameaça:

- Você vai ser expulso da Igreja, seu padre suicida!

*Pode-se dizer que o enredo de *Batismo de Sangue* é construído como uma história romanesca, um drama de auto-identificação simbolizado pela aptidão do herói para transcender o mundo da experiência, vencê-lo e libertar-se dele no final, nem que seja por meio da morte. Massacrado para denunciar os companheiros, Tito prefere morrer ao fazer o papel de delator. Mas seu*

plano fracassa e ele passa a conviver com um medo maior que o das torturas: o de ser expulso da Igreja.

Nessa parte do enredo, o filme é absolutamente fiel à estrutura do capítulo *Tito, a Paixão*, escrito por frei Betto. Naquelas páginas, o frade-escritor conta pormenorizadamente a biografia de Tito, com ênfase na violência que sofreu após ser preso no Convento das Perdizes, em novembro de 1969:

- Ao chegar à Oban, fui conduzido à sala de interrogatórios. A equipe do capitão Maurício passou a acarear-me com duas pessoas. O assunto era o Congresso da UNE em Ibiúna, em outubro de 1968. Queriam que eu esclarecesse os fatos ocorridos naquela época. Apesar de eu declarar nada saber, insistiam para que eu confessasse. Pouco depois, levaram-me para o pau-de-arara. Dependurado, nu, com as mãos e pés amarrados, recebi choques elétricos de pilha seca nos tendões dos pés e na cabeça. Os seis torturadores davam-me telefones (tapas nos ouvidos) e berravam improperios. Após uma hora, fui retirado do pau-de-arara e descansei quinze minutos. Em seguida, o interrogatório reiniciou. As mesmas perguntas, cutiladas e ameaças. Quanto mais eu negava, mais fortes as pancadas.

No filme *Batismo de Sangue*, não só Ratton recria em estúdio todas as cenas de tortura descritas pelo jovem frade e também a sua primeira tentativa de suicídio, como inclui uma sequência dando conta da importância do relato do frade em uma época que, na imprensa brasileira, qualquer notícia contrária ao regime militar era censurada.

- Preciso dizer que o que aconteceu comigo não é exceção, é regra. A esperança desses presos políticos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal, diz o personagem.

Nessa fala, a intenção é mostrar que Tito foi um exemplo de coragem em um momento em que qualquer denúncia contra o regime militar era proibida.

Concorde-se ou não com a opção de mostrar cenas de tortura com alto grau de realismo, o fato é que Ratton não inventou esses acontecimentos: simplesmente transcreveu-os literalmente do livro, com riqueza de detalhes. Sobre o uso da violência em *Batismo de Sangue*, ver o artigo “Reiterar a Dor”, escrito pelo historiador Marcos Antonio Silva, professor do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP), em março de 2011, logo após a leitura e defesa desta dissertação de mestrado. Com autorização do Prof. Silva, o artigo foi incluído no capítulo Anexos, ao final deste trabalho.

Um questionamento possível é perguntar-se porque o diretor optou por dar mais importância ao sofrimento físico dos personagens do que à sua trajetória de militantes. Mais uma vez, a intenção parece ser despertar identificação pelas figuras de Tito e dos demais frades dominicanos, dentro da estratégia de identificação com o herói martirizado.

O SENTIDO DA LUTA DE TITO

Dias após a tentativa de suicídio, Tito é levado de volta ao Presídio Tiradentes e escreve o relato das torturas a que foi submetido. O documento é transportado para fora da prisão pelo prior da Ordem dos Dominicanos e publicado pela imprensa internacional. Meses depois, o nome de Tito aparece entre os 70 presos políticos a serem trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado por um comando da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em dezembro de 1970.

Deprimido, Tito diz que não quer ser libertado.

- Eu não tenho medo de ser fuzilado. Eu não quero é ser banido do meu país. Não deveria estar em lista nenhuma, droga!

A câmera corta para o dia da soltura de Tito e dos outros presos políticos trocados pelo embaixador. Nu, Tito é fotografado pelos policiais do DOPS. Quando lhe perguntam a que organização política pertence, ele responde:

- Eu pertenço à Igreja!

Enquanto Tito e outros presos políticos deixam o presídio, os outros presos vão para as janelas e bradam um trecho do Hino da Independência:

- Ou ficar a pátria livre/Ou morrer pelo Brasil.

No início desta sequência, Tito parece ensaiar um certo posicionamento político. Quando ele diz que não quer ser libertado, é porque se solidariza com seus colegas presos e, nessas condições, aceitar esse privilégio da soltura seria como uma capitulação. Quando acrescenta que não teme o fuzilamento e não quer ser banido de seu país, está se colocando como um jovem idealista e patriota, que deseja continuar lutando pela liberdade de seu povo.

Nesse contexto, o banimento impediria o jovem dominicano de cumprir seu destino de mártir, representado pelo refrão do *Hino da Independência*: “Brava gente brasileira/longe vá temor servil/Ou ficar a pátria livre/Ou morrer pelo Brasil”.

Contudo, a cena termina num anticlímax. Quando questionado a que organização pertence, Tito diz apenas: “Eu pertenço à Igreja”. Ou seja, o personagem se recusa a se declarar partidário de alguma organização estudantil ou grupo de luta armada. E reafirma o sentido cristão de sua luta.

O ARREPENDIMENTO DE FREI TITO

A ação se transporta para o ano de 1971. Às margens do Rio Sena, em Paris, Tito caminha ao lado de frei Oswaldo.

Tito e Oswaldo caminham sozinhos e parece que são os únicos exilados naquela terra estrangeira. Em seguida a câmera corta para um café em Paris. Sentado de frente para Oswaldo, Tito faz uma reflexão sobre tudo o que lhe aconteceu:

- Em Roma, eu fui tratado como padre terrorista, Oswaldo. Agora eu entendo que a ditadura só poderá ser derrubada por meios democráticos. Essa não foi uma guerra do povo, e sim em nome do povo, o que é muito diferente. E o povo não participou porque a guerra não era dele.

Em seguida, Oswaldo se levanta para ir ao banheiro. Ao olhar na direção da janela, Tito vê um homem de terno branco lendo jornal. Imediatamente vem à sua cabeça a imagem de Fleury vestido com seu terno branco e gritando:

- Traidor da Igreja! Traidor do Brasil!

Aterrorizado, Tito sai correndo pela rua. Após essa cena, a câmera corta para uma sala de tribunal no Brasil, onde Betto, Fernando e Ivo são julgados por um Tribunal Militar. Ao final do julgamento, eles são condenados a quatro anos de prisão por “tentar implantar o comunismo e manchar a imagem da Igreja”.

Nesta sequência é curioso notar como o jovem Tito, que até então renegava a sua participação na resistência à ditadura, se coloca como um militante político tratado injustamente como terrorista. Essa imagem contrasta com a do religioso despolitizado que havia sido banido do Brasil.

De onde vem essa súbita convicção sobre o sentido político da resistência à ditadura?

E como uma pessoa perturbada a ponto de ver seu torturador em cada esquina poderia se preocupar com a conjuntura política do seu país?

Essa reflexão de frei Tito sobre a luta armada no Brasil teria sido encontrada entre os seus escritos, logo após a sua morte, em 1974.

Mas no filme, a ação é adiantada para mostrar que, após ter cumprido um ano de prisão e outros três de exílio, Tito chegou à conclusão de que a luta contra a ditadura havia sido uma utopia. Trata-se de uma reflexão que reflete o pensamento do próprio cineasta, o ex-guerrilheiro Helvécio Ratton. Embora tente trazer para o presente a discussão sobre o que foram os chamados Anos de Chumbo, o cineasta não consegue explorar uma relação mais aprofundada entre o presente e o passado recente do Brasil. Os acontecimentos narrados na fita carecem de contextualização e, por isso, não fornecem elementos suficientes para a discussão da memória da resistência à ditadura (1964-1985).

A SOLUÇÃO FINAL

Perturbado, Tito muda-se de Paris para o convento dominicano de La Tourette. Nessa parte do enredo, deparamos com o sofrimento psicológico do personagem, que alterna momentos de loucura e lucidez.

Mesmo no exílio, Tito revive o sofrimento do cárcere em alucinações e não consegue se livrar dos traumas sofridos. Em seu pensamento, vê a figura de Fleury gritando:

- Traidor da Igreja! Traidor do Brasil!

Também sofre alucinações de que Fleury está no convento e não o deixa entrar, sob pena de torturar toda a sua família no Brasil.

Um dia Tito recebe no convento a visita do dominicano Oswaldo. Deitado na cama de seu quarto, ele se mostra muito deprimido. Ele se sente culpado por estar em liberdade e diz que tudo perdeu o sentido. Quando o amigo pergunta se não quer rezar um pouco, Tito diz:

- Eu não rezo mais, Oswaldo. Não acredito em mais nada: Cristo, Marx, Freud, nada.

No inverno, a irmã mais velha de Tito vai visitá-lo. Encontra o irmão abatido, magro e muito deprimido. Em determinado momento, ele chora, dizendo:

- Quero meu país, minha língua, meu povo de volta. Foi por ele que eu lutei.

Dias depois, sem conseguir suportar a dor psicológica, Tito se suicida.

Após o gesto desesperado de Tito, aparece o seguinte letreiro: “assim externarei a lembrança de um passado sombrio”.

Essa frase é parte de um poema escrito por frei Tito em 12 de outubro de 1972 e recolhido pelo ex-frei Magno José Vilela no quarto que o frade ocupava no convento de Sainte Marie La Tourette, na França. Conforme entrevista de Magno José Vilela reproduzida no capítulo **Anexos**, ele era o amigo mais próximo de frei Tito e foi o último brasileiro a vê-lo com vida.

Foi Vilela quem forneceu os textos de Tito Alencar Lima para Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos, os editores do livro *Memórias do Exílio – 1964/??? – Volume I: De Muitos Caminhos*, publicado pela primeira vez em Lisboa, Portugal em 1976 e no Brasil dois anos depois. Nessa obra, o relato e os poemas de Tito e também o relatório de seu psiquiatra foram publicados em um capítulo chamado “Dossier Frei Tito”. Anos mais tarde, esse mesmo conteúdo foi reproduzido por frei Betto no livro *Batismo de Sangue*.

Eis a íntegra do texto escrito por frei Tito de Alencar Lima:

Poema

Quando secar o rio da minha infância

Secará toda dor.

Quando os regatos límpidos do meu ser secarem

Minh'alma perderá toda força.

Buscarei então paisagens distantes

Onde o ódio não tem teto para repousar.

Aí erguerei uma tenda junto aos bosques.

Todas as tardes me deitarei na relva

E nos dias silenciosos farei minha oração

Meu eterno canto de amor,

Expressão pura de minha mais profunda angústia.

Nos dias primaveris colherei flores para meu jardim da saudade.

Assim externarei a lembrança de um passado sombrio.

No filme *Batismo de Sangue*, “externar a lembrança de um passado sombrio” equivale a contar às novas gerações o que foram os Anos de Chumbo, sob o ponto de vista dos derrotados no processo de luta política ou dos herdeiros do Brasil pós-ditadura. A frase explica o suicídio de Tito, convidando o público a perdoá-lo.

Em última análise, é como se, em vez de ter se suicidado, Tito tivesse sido assassinado: a repressão o matou. Simbolicamente, o martírio do jovem frade representa o sofrimento de todas as vítimas do regime militar no Brasil. O fim trágico do personagem redime-o, assim como redime todos os brasileiros que ousaram participar da resistência armada à ditadura.

Capítulo 8

A disputa pela memória da resistência à ditadura

Desde a entrada em vigor da Lei da Anistia, em agosto de 1979, os militantes de grupos de esquerda envolvidos na luta armada contra o regime militar têm mantido embates sobre a memória daquele período. De acordo com o jornalista Ivan Seixas, membro do Fórum Nacional dos Ex-Presos Políticos, num primeiro momento, logo após a promulgação da Lei da Anistia, os próprios ex-guerrilheiros negavam que tivessem participado de ações armadas. “Ninguém admitia abertamente ter participado da guerrilha porque a lei dizia que quem tivesse participado de ações como roubo, assassinatos e sequestros não seria anistiado, ou seja, poderia responder criminalmente por esses atos”, afirma Seixas, em entrevista à autora¹¹².

De fato, em seu § 2º, a Lei Nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, prevê que “exceção-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Para não correrem o risco de serem presos assim que retornassem ao Brasil, vários ex-guerrilheiros que haviam sido investigados em inquéritos militares tentaram apagar sua história pregressa. “A maioria deles jamais admitiu publicamente a participação em crimes cometidos em nome de grupos políticos. Quando escreviam livros sobre sua participação na luta armada, eram memórias romanceadas, mudando fatos e nomes de pessoas”, afirma Seixas.

A maioria dessas obras é escrita em tom autorreferente e ficcional, e por isso não serve como registro histórico. Esse é o caso, por exemplo, do romance *O que é isso, companheiro?*, de Fernando Gabeira, e dos livros *Viagem à Luta Armada* e *Nas Trilhas da ALN*, escritos pelo músico Carlos Eugenio Paz, suposto sucessor de Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira no comando da ALN.

¹¹² SEIXAS, Ivan. Entrevista à autora em São Paulo em 29/09/2010

A construção da memória sobre a resistência da Ordem dos Dominicanos no Brasil à ditadura militar (1964-1965) também coube a um memorialista, o frei Betto. Contudo, *Batismo de Sangue*, de frei Betto, se propõe a fazer um relato jornalístico do que foi a participação dos jovens dominicanos na luta armada. Nesse livro, os personagens são identificados pelos nomes verdadeiros. Além disso, a obra traz fotos e laudos do advogado Mario Simas filho sobre as circunstâncias da execução de Marighella.

Depois do sucesso editorial de *Batismo de Sangue*, frei Betto se tornou praticamente o biógrafo oficial dos dominicanos brasileiros. A sua versão para o envolvimento dos dominicanos na luta armada tornou-se a predominante, e todos os estudos produzidos sobre a Ordem desde os anos 1980 citam sua obra como fonte de referência.

Entretanto, é preciso lembrar que a escrita da história da resistência à ditadura feita pelos integrantes da Ordem dos Dominicanos começou muito antes da publicação de *Batismo de Sangue*. E também é alvo de disputa.

A história desse movimento começou a ser escrita ainda nos anos 1970, quando brasileiros exilados na Europa passaram a denunciar publicamente as torturas nos porões da polícia política brasileira. O primeiro documento contundente a esse respeito foi o testemunho do frei Tito de Alencar Lima sobre as sevícias sofridas por ele na sede da Operação Bandeirantes (Oban), em fevereiro de 1970. Escrito à mão em folhas de caderno, o depoimento do religioso brasileiro foi transportado para fora do presídio e levado a público pelo então prior da Ordem dos Dominicanos no Brasil, Domingos Maia Leite. Para comprovar a veracidade das declarações de Tito, médicos presos na mesma cela que ele entregaram ao prior dominicano o relatório de um exame clínico geral feito no frade no dia 7 de dezembro de 1970.

Leite teria remetido os dois documentos para dominicanos exilados em Paris e estes se encarregaram de repassar o relato a veículos de comunicação. A primeira publicação a divulgá-los foi o jornal *Publik*, da Alemanha. Em seguida, o relato foi reproduzido pelas revistas *L'Europeo* e *Look*, tendo

merecido o prêmio de 1970 do *New York Overseas Press Club*, importante associação de jornalistas norte-americanos e estrangeiros nos Estados Unidos.

Após a morte de frei Tito, em agosto de 1974, na França, a Ordem dos Dominicanos na França decidiu republicar o seu relato na revista *Bulletin de Liaison de La Province Dominicaine de Lyon* – Ano 30 – Nº9 – Setembro de 1974. Ao lado da carta-denúncia de Tito, a publicação, destinada aos dominicanos de todo o mundo, trazia uma biografia do frade escrita por um amigo com quem tivera intensa convivência no exílio (o dominicano francês Xavier Plassat), bem como poemas e notas pessoais deixadas por Tito e recolhidos por Magno José Vilela, seu amigo desde a época do noviciado e o único dominicano brasileiro com quem manteve contato até os seus últimos dias de vida. Havia ainda um texto escrito por Jean-Claude Rolland, psiquiatra francês que tratou de Tito em Lyon.

Todo esse material foi originalmente publicado em francês, em outubro de 1974, no boletim interno dos dominicanos. Meses depois, o então frade Magno José Vilela pediu permissão à Ordem para transmitir esse material aos organizadores do livro *Memórias do Exílio – 1964/??? – Volume I: De Muitos Caminhos*, organizado por Pedro Celso Uchôa Cavalcanti e Jovelino Ramos e publicado em Portugal, em 1976. Foi a primeira vez em que o relato de Tito, bem como seus poemas e anotações pessoais, foram publicados em português. Esse livro foi lançado no Brasil em 1978.

Em 1982, ao publicar *Batismo de Sangue*, frei Betto incluiu o material publicado por Cavalcanti e Uchoa no capítulo *Tito, A Paixão*. Analisando os dois textos, é possível notar que o memorialista dominicano acrescentou aos originais de Tito suas próprias impressões sobre a vida e a trajetória do colega morto. Foi com base nesse material, que mescla o relato de Tito de Alencar Lima com as memórias de frei Betto, que foi construído o roteiro do filme *Batismo de Sangue*, de Helvécio Ratton.

Como já foi discutido, Ratton defende que seu filme é uma forma de explicar às novas gerações como a ala progressista da Igreja Católica no Brasil

se engajou no movimento de resistência à ditadura. Acontece, porém, que nem a crítica especializada e nem o público entenderam a obra dessa maneira.

Batismo de Sangue estreou no rastro de cerca de uma dezena de filmes recentes sobre o tema, como *Cabra-Cega* e *Zuzu Angel*. De acordo com Luiz Carlos Merten, crítico do jornal *O Estado de S. Paulo*, “é todo um período da história brasileira que vai sendo retraçado. A juventude utópica é colocada em discussão para outra juventude que, agora, é considerada consumista e alienada.”¹¹³

O filme não foi bem-recebido pela crítica. De forma geral, a maior parte dos jornalistas se debruçou sobre as cenas de tortura e não abordou as outras questões retratadas no enredo. Os ataques mais contundentes ao alto grau de realismo das cenas de tortura foram feitos pelo jornalista Inácio Araújo, do jornal *Folha de S. Paulo*, ainda em novembro de 2006, quando o filme foi exibido pela primeira vez para o público, no Festival de Cinema de Brasília: “As cenas de tortura são pornográficas. Godard tinha razão quando falou que Spielberg ia transformar o Holocausto na Disneylândia. (...) Em suma, no que diz respeito a essa parte, me parece uma das piores coisas que eu vi”¹¹⁴.

Na data da estréia, Pedro Butcher, colaborador da *Folha de S. Paulo*, apontou excesso didatismo da obra. “A estrutura do roteiro parece devotar especial atenção ao público jovem, que não viveu e pouco conhece os piores anos da ditadura militar. Ou seja: boa parte do tempo tanta explicar personagens e situações. Um exemplo: logo na apresentação do personagem Carlos Marighella, os frades dominicanos recebem de presente livros que ele escreveu e os títulos são ditos em voz alta, um a um.”¹¹⁵

A polêmica provocada pelas cenas de tortura de *Batismo de Sangue* foi tão forte que, em maio de 2007, cerca de um mês após a estréia, Helvécio

¹¹³ MERTEN, Luiz Carlos. **Entre a fé e a ação revolucionária**. Crítica do filme *Batismo de Sangue* publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: 20/04/2007

¹¹⁴ ARAÚJO, Inácio. Texto sem título sobre o Festival de Cinema de Brasília de 2006, publicado no **Canto do Inácio**, blog do jornalista em 29 de novembro de 2006.

¹¹⁵ BUTCHER, Pedro. **Batismo de Sangue peca pelo didatismo**. Crítica do filme *Batismo de Sangue* publicada no jornal *Folha de S. Paulo*. São Paulo: 20/04/2007

Ratton escreveu um artigo para o jornal *O Globo* justificando a inclusão dessas sequências em sua obra. Eis o artigo do cineasta, na íntegra:

“Batismo de Sangue vai além da sala escura”, de Helvécio Ratton

Meu filme "Batismo de sangue" vem provocando polêmica. Para algumas pessoas que escrevem sobre cinema, o filme "peca pelo didatismo" ou mostra "cenas apelativas de violência". São afirmações superficiais, marcadas pelo preconceito contra um filme que não se prende a modismos nem segue a cartilha do vanguardismo de boutique. Um filme consistente que dispensa malabarismo de câmera ou armadilhas de roteiro.

"Batismo de sangue", baseado no livro homônimo de Frei Betto, trata de acontecimentos verídicos, passados entre 1963 e 1974. O filme tem censura 14 anos está aberto a espectadores mais jovens, que desconhecem o que se passou naqueles anos. O letreiro que abre o filme e situa historicamente período da ditadura, assim como outras informações passadas de forma orgânica no desenrolar da narrativa, tem a função de contextualizar os acontecimentos.

Não queremos dar aula de História para ninguém, mas mostrar o fundo onde se recortam os personagens e suas ações. Isso é óbvio para quem assiste ao filme sem pedras na mão, mas a verdade é que algumas pessoas que escrevem sobre cinema têm profunda antipatia por filmes abertos ao público. Para essas pessoas, os filmes devem ser cifrados, numa tal demonstração de inteligência e sofisticação que só os iniciados sejam capazes de decifrar. Confundem o simples, tão difícil de alcançar, com o simplório.

"Batismo de sangue" condensa uma extensa pesquisa histórica realizada em documentos oficiais, nos testemunhos de quem viveu os fatos narrados, em livros sobre o período, arquivos de fotos, noticiários de TV, jornais, revistas, filmes rodados na época e documentários. Foram camadas e camadas de informação que alimentaram o roteiro, a direção de arte, o figurino, a fotografia, o elenco. Tudo isso está no filme, mas sem exibicionismo.

"Batismo de sangue" quer prender a atenção do público bem informado, capaz de perceber todos estes detalhes, e a dos jovens, para quem o filme se explica por si só, sem que necessitem informações de fora para compreendê-lo. Quanto à tortura, não foi o filme que a inventou. A tortura aconteceu num grau de brutalidade e sadismo muito maior do que está mostrado. O cinema dos dias de hoje avançou e muito os limites do realismo. Tomemos como exemplo os filmes de (Quentin) Tarantino, onde a violência atravessa toda a narrativa de forma injustificada e estúpida. Mas por que será que não taxam de apelativa a violência desses filmes? Porque esta violência é importada com o rótulo de "cult", de "fashion".

A violência do "Batismo de sangue" dói porque é eficiente enquanto cinema e porque aconteceu. Só que não havia sido revelada de forma contundente no cinema, e "Batismo de sangue" é o primeiro filme a fazer isso. Em "Pra frente Brasil"¹¹⁶, o protagonista é preso por engano e seus torturadores são mostrados como se fossem exceção, monstros, ao contrário do "Batismo de sangue", onde são a regra. A tortura a que foram submetidos os freis Fernando e Ivo durou um dia e uma noite, no filme dura poucos minutos. Frei Tito foi torturado durante três dias e três noites. As equipes de torturadores, funcionários do regime militar, revezavam-se e faziam hora extra. No filme, as torturas a que Frei Tito foi submetido aparecem na forma de rápidas visões. Suavizar a violência sofrida pelos dominicanos, torná-la mais palatável, seria uma traição à memória de Tito e ao testemunho daqueles que estão vivos.

Já estava mais do que na hora de abordar esses acontecimentos com verdade e audácia, como fizeram nossos vizinhos¹¹⁷. Em um debate sobre o filme, disse um estudante que achava que esses fatos haviam acontecido no Chile e na Argentina, que para ele nossa ditadura tinha sido light. O comentário

¹¹⁶ *Pra Frente, Brasil* (1983), é um filme brasileiro dirigido pelo cineasta Roberto Farias. O enredo retrata de forma velada a colaboração de empresários com o financiamento do aparato repressivo que combatia as organizações de luta armada. Segundo o cineasta, teria sido inspirado na Operação Bandeirantes (Oban), criada pelo regime militar com o financiamento de empresários da iniciativa privada.

¹¹⁷ Aqui Rattón se refere a filmes sobre a ditadura na América Latina produzidos na Argentina e no Chile, tais como *Kamchatka*, de Marcelo Piñeyro (Argentina, 2002) e *Machuca*, de Andrés Wood (Chile, 2004)

desse jovem deixa claro que nossos filmes sobre o período ficaram na antessala. "Batismo de sangue" desce ao inferno à procura de luz, para escancarar com suas imagens realistas a violência impune praticada pela ditadura militar contra seus desafetos.

"Batismo de sangue" extrapola os limites da sala escura do cinema e dialoga sobre nossa vida enquanto nação, nosso passado ainda presente, nossos mortos insepultos. Um filme que corre riscos ao retratar personagens vivos e fatos acontecidos há pouco tempo. Um filme que após sair das salas de cinema continuará sendo discutido em outras salas por esse Brasil afora. Construído com delicadeza e contundência, "Batismo de sangue" emociona e faz pensar.

No presente estudo, em vez de nos atermos às cenas de tortura, como fez boa parte da crítica, preferimos abordar como é produzido o sentido do filme. Para nós, é mais importante discutir o sentido que o diretor quis dar à obra do que as suas opções estéticas. Nesse sentido, concordamos com a crítica ao filme feita pela jornalista Neusa Barbosa. Em artigo distribuído pela agência Reuters, ela afirma que Ratton colocou sua ênfase num retrato de época externo aos personagens, não conseguindo colocar o espectador no centro de seus sentimentos e motivações. "Do dia para a noite, alguns frades dominicanos aliam-se à luta armada, mas nunca se entende como e por quê. Disso resulta um trabalho estranhamente distanciado de uma época da história do Brasil em que explodiam paixões, inclusive a política"¹¹⁸.

¹¹⁸ BARBOSA, Neusa. *Batismo de Sangue traz a visão de frei Betto sobre a ditadura*. Crítica do filme *Batismo de Sangue* publicada no site Cineweb e distribuída pela agência Reuters em 19/04/2007

Capítulo 9

Observações finais

O filme *Batismo de Sangue* foi produzido em um contexto de revisão do passado recente do Brasil, especialmente no que se refere à resistência civil ao regime militar (1964-1985). Na disputa pela memória da resistência à ditadura, Helvécio Ratton se propôs a trazer a público a versão dos frades dominicanos.

Em entrevista à autora em novembro de 2007, o cineasta declarou que o filme tem como objetivo resgatar a memória dos militantes de que pegaram em armas para tentar derrubar a ditadura militar no Brasil. “Ao filmar *Batismo de Sangue*, eu quis chamar a atenção para a importância da mobilização coletiva por um ideal. O estudo da História nos colégios ainda não encara bem o período da ditadura, mas os filmes brasileiros sobre o tema estão ajudando a iluminá-lo”.

Ao longo do presente estudo, procedemos à análise da historiografia existente sobre a Ordem dos Dominicanos a fim de colher subsídios para a análise do filme. Constatamos, em primeiro lugar, que o filme se insere em uma disputa pela memória da resistência à ditadura que teve início ainda nos anos 1960-1970. Ao analisar como os artigos de jornais e revistas brasileiros retratavam a Ordem dos Dominicanos, concluímos que o grupo de religiosos foi alvo de uma extensa campanha difamatória por parte dos meios de comunicação. Essa campanha teria começado por volta de 1966, quando os dominicanos assumiram uma postura de oposição ao regime militar, e atingiu seu ápice entre 1969 e 1970, logo após a captura e morte de Carlos Marighella.

Sou bacharel em Comunicação Social e atuo como jornalista em São Paulo (SP) desde 1996. Acredito que analisar como a mídia brasileira retratava a Ordem dos Dominicanos e o seu envolvimento com a ALN, liderada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, é um fator indispensável para compreender como se constituiu a memória daquele período da nossa História. A análise dos depoimentos dos frades dominicanos aos agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) e à Justiça Militar já havia sido feita por diversos historiadores. Mas a participação da imprensa e dos agentes do governo militar, tais como o delegado Sergio Paranhos Fleury (1933-1979), em uma campanha de difamação dos integrantes da Ordem dos Pregadores no Brasil havia passado ao largo dessas pesquisas. Por isso consideramos importante introduzir esse tópico no presente estudo.

Creemos que a análise desses artigos jornalísticos, bem como o das consequências dessa campanha difamatória para a Ordem dos Dominicanos no Brasil, seja um mérito do presente estudo. Outro dado relevante é a descoberta de que o testemunho de frei Tito já havia sido publicado em português em um livro organizado por exilados brasileiros e publicado em Portugal, em 1976, e no Brasil, dois anos depois. Até então, a versão do *Dossier Frei Tito* publicada por frei Betto no livro *Batismo de Sangue*, em 1982, era tida como a primeira versão do documento feita por uma editora brasileira.

Analisando como frei Betto se apropriou do testemunho de frei Tito e, em seguida, como Helvécio Rattton filmou a versão da história contada por frei Betto, foi possível chegarmos à conclusão de que o filme *Batismo de Sangue* e o livro homônimo pretendem se opor à historiografia oficial, que retrata os dominicanos como terroristas e traidores.

O filme *Batismo de Sangue* tem o objetivo de trazer à luz uma versão diferente da estabelecida pela ideologia dominante. Em outras palavras, o diretor de *Batismo de Sangue* pretende tornar o filme um instrumento de contra-análise da sociedade, conforme conceito cunhado por Marc Ferro¹¹⁹. Trata-se do embate entre duas versões da História: a oficial, produzida em meio à luta política dos anos 1960, quando o governo militar utilizou-se dos meios de comunicação para desmoralizar os dominicanos junto à opinião pública e tentar isolá-los do seio da Igreja; e a dos anos 2000, quando os contendores vencidos pela ditadura chegam ao poder pela via democrática e podem, enfim, dar o testemunho de sua trajetória.

Em alguns aspectos, como a descrição da cena do assassinato de Carlos Marighella, Rattton consegue cumprir essa função de contestação da história oficial. Já no que tange à participação dos jovens frades dominicanos no movimento estudantil e em outras formas de resistência à ditadura militar, incluindo a luta armada, o filme apresenta falhas.

Se, no imaginário coletivo, os dominicanos tornaram-se conhecidos como traidores da pátria e comunistas, o esforço de Helvécio Rattton parece ser o limpar a reputação daqueles frades. Mas como a luta política e social travada entre militares e opositores no Brasil nos anos 1960 e 1970 caiu no esquecimento, parece só restar uma possibilidade para trazer essa discussão à tona: a redenção mística dos personagens dominicanos.

Isso nos remete às reflexões de Walter Benjamin, em *Tese da Filosofia da História*. De acordo com o pensador alemão, ao longo do processo histórico,

¹¹⁹ FERRO, Marc. **Filme, uma contra-análise da sociedade?** In: Le Goff e Pierre Nora (orgs.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976

os oprimidos são derrotados duas vezes: no momento da luta e no ato do registro da história, quando prevalece a versão do vencedor. É o registro da dominação política que chega até o presente. Esse tipo de prática historiográfica acaba beneficiando os detentores do poder, que vêem o seu discurso passar para a posteridade como a “versão oficial e definitiva”. De acordo com Marcos Antônio Silva, a memória dominante, para se afirmar, precisa sufocar ou submeter memórias autônomas, provando que a sua existência se dá num espaço de lutas. “A existência de vozes alternativas à memória instituída articula-se com dimensões de lutas sociais na construção de identidades e nas relações de poder, demonstrando que tal processo de consolidação não fica isolado em certas camadas da sociedade, embora atenda a interesses prioritários de algumas delas”¹²⁰.

Conforme observou Carlos Alberto Vesentini em seu estudo *A Teia do Fato*, a memória pode ser constantemente apropriada e reelaborada pelo poder, em momentos históricos diversos. No caso de *Batismo de Sangue*, o que na época da ditadura era motivo de perseguição política, no final dos anos 1990 era motivo de orgulho, tanto que deu origem a uma série de filmes sobre o assunto.

Afinal, as pessoas que fizeram a luta armada chegaram ao poder pela via democrática e a Anistia de 1979 perdoou os crimes cometidos tanto por eles como pelos militares. Ao tentar negar o caráter político envolvido na ação dos dominicanos, Ratton acaba deixando evidente a sua própria convicção ideológica de militante de esquerda defensor da luta armada.

Outro fator curioso é que no filme os dominicanos parecem lutar sozinhos contra a ditadura. Os militantes de esquerda aparecem de relance, em cenas como as que se passam na carceragem do Presídio Tiradentes e da Operação Bandeirantes (Oban). É como se os demais setores da sociedade, como políticos, intelectuais e outros profissionais, estivessem cegos e inertes, enquanto os dominicanos assumiam a linha de frente no combate à ditadura.

Ao transformar a ação dos dominicanos em uma luta solitária de alguns cristãos progressistas contra algozes com um final redentor e edificante, o diretor deixa de discutir o sentido político de sua luta e simplifica a trajetória de toda uma geração de religiosos que sonhou com uma nova Igreja, abraçou o marxismo e efetivamente lutou para promover uma espécie de revolução social no Brasil.

Ratton afirma que sua intenção era mostrar que vale a pena lutar por uma causa, nem que se pague com a própria vida. No enredo, o fato de um

¹²⁰ SILVA, Marcos. **História: o prazer em ensino e pesquisa**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

religioso cometer suicídio pode ser entendido como uma solução redentora. “É melhor morrer do que perder a vida”, diz Tito, em sua carta-testamento.

Inácio Araújo, crítico do jornal *Folha de S. Paulo*, tratou com sarcasmo esse final redentor do filme. “A parte do catolicismo parece sincera. A grua ascendente depois do suicídio de frei Tito acolhe uma perspectiva que é expressão do que sente Ratton: Tito suicidou-se porque foi martirizado, mas foi para o céu.¹²¹” Ou seja, em *Batismo de Sangue*, ao final do processo de luta pelo poder, todos os pecados de quem fez parte da luta armada são perdoados.

Por valorizar o sofrimento físico dos dominicanos e silenciar sobre a sua atuação política, o filme de Helvécio Ratton parece se aproximar da Teologia Dolorista, segundo a qual o sofrimento dignifica o homem. A principal obra desse movimento, *A Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis (1380-1471)¹²² foi lançada em 1441.

No capítulo 12, “Da utilidade das adversidades”, Kempis afirma que “Bom é passarmos algumas vezes por aflições, porque frequentemente fazem o homem refletir, lembrando-lhe que vive no desterro e, portanto, não deve por sua esperança em coisa alguma do mundo”.

Ao apresentar o frei Tito como um mártir, que alcança a redenção e expiação de seus pecados por meio do sofrimento da tortura, da loucura e da morte, Ratton produz um filme de forte identificação com a Teologia Dolorista. A ponto de o advogado Mario Simas, defensor dos frades, ter declarado, em entrevista à autora: “A mim, *Batismo de Sangue* mais parece um filme de terror. Em vez de explicar o engajamento político dos frades e mostrar que suas ações cabiam perfeitamente no contexto de luta da época, o diretor prefere explorar as cenas de tortura e desespero. Só assisti uma vez e não gostei nada.”

Em entrevista à autora, frei Betto também faz essa crítica. “Nós, dominicanos, sabíamos exatamente os riscos que corríamos ao nos envolver com a luta armada. Mas eram a realidade do Brasil e as nossas convicções que nos empurravam para a ação. É uma pena que o filme *Batismo de Sangue* tenha deixado a nossa atuação política de lado.”

Já frei Fernando de Brito aprova o filme. “Creio que o filme contribuiu, sim, para se fazer conhecida a história recente do país e dos dominicanos”, disse o sacerdote, em entrevista à autora. “Nos anos 1970 a imprensa dirigida pela Ditadura apresentou uma versão distorcida dos fatos. Agora o filme

¹²¹ ARAÚJO, Inácio. Texto sem título publicado no blog *Canto do Inácio* em novembro de 2006

¹²² KEMPIS, Tomás de. **A Imitação de Cristo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009, 42ª edição,

apresenta a verdade histórica”. Ele também acredita que por meio do filme os espectadores conseguem compreender as motivações dos dominicanos para se engajar na luta armada. “O filme mostra os fatos com uma precisão e honestidade absolutas. Helvécio foi um grande pesquisador. Há um momento do filme em que os dominicanos envolvidos dialogam com seu superior e aí sua motivação religiosa-política aparece. Creio que o filme *Batismo de Sangue* apresenta o modo concreto como os frades dominicanos viviam a Teologia da Libertação que seria decodificada expressamente pelo teólogo peruano Gustavo Gutierrez em 1972.”

Ao transformar as cenas de tortura e martírio dos frades no assunto principal do filme, o cineasta Helvécio Rattón apaga o sentido da luta deles. Na opinião do ex-militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), Ivan Seixas, “toda vez que se dá mais ênfase ao ato da tortura do que às motivações dos agentes da repressão que estavam a serviço de um determinado projeto político de governo, perde-se a noção do contexto histórico e político”¹²³.

Seixas ajudou a criar o Memorial da Resistência, um museu sobre a ditadura que fica no mesmo edifício onde funcionava a carceragem do DOPS na capital paulista. De acordo com ele, nesse museu optou-se por dar publicidade a imagens dos militantes de esquerda em situação de luta política, como em passeatas, comícios e embates contra agentes da polícia. “Se colocássemos fotos de um monte de gente morta e desfigurada, as pessoas não iriam prestar atenção em mais nada. O registro da violência ofuscaria a importância do processo histórico”.

Na opinião de Seixas, em *Batismo de Sangue*, o hiperrealismo das cenas de tortura acaba por esvaziar o sentido político da ação dos personagens. “É incoerente dar mais espaço às cenas de tortura do que ao contexto histórico que levou os dominicanos a serem perseguidos. Uma simples legenda introdutória, dizendo que o Brasil estava vivendo sob uma ditadura em que tudo era permitido não dá conta de mostrar o que era viver com imprensa sob censura, ameaçado de prisão e sem nenhum direito à defesa, pois não havia mais habeas-corpus e ninguém tinha poder de ir contra a polícia política”, afirma Seixas.

Para a autora, o esvaziamento do sentido político das atitudes dos personagens serve a um propósito maior: monumentalizar a imagem dos frades. É como se a sua luta tivesse um sentido transcendente, de salvação de toda a espécie humana, e não apenas o de por fim a uma ditadura militar e instalar a democracia ou até mesmo um regime socialista no Brasil. Ao tentar

¹²³ SEIXAS, Ivan. Entrevista à autora em 29/09/2010

ignorar o caráter ideológico envolvido na ação dos dominicanos, Ratton acaba deixando evidente a sua própria convicção ideológica.

Conforme Lebel¹²⁴, “nenhum filme escapa à ideologia e o que caracteriza o cinema é transformar todos os elementos que utiliza em signos específicos, ou seja, formar ideologia”. Um fator que parece ter pesado nessa decisão do diretor de esvaziar o sentido político da luta dos dominicanos é que, principalmente a partir dos anos 2000, o conceito de luta armada caiu no esquecimento no Brasil. Passados mais de 40 anos desde esses embates, o discurso de que vale a pena pegar em armas para destituir o tirano tornou-se vazio. E qualquer forma de radicalismo é veementemente condenada pela sociedade e pela imprensa nacional e mundial.

¹²⁴ LEBEL, Jean-Patrick. **Cinema e Ideologia**. Op.cit. Pág.214

ANEXOS

Anexo 1

Artigo sobre o filme *Batismo de Sangue* escrito em 04 de março de 2011 pelo Prof. Dr. Marcos Antônio Silva, docente titular do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP)

“Reiterar a Dor”, por Marcos Antônio Silva

O filme *Batismo de Sangue*, de Helvécio Ratton, se dedica a um grande campo temático: a ação dos dominicanos contra a ditadura brasileira no final dos anos 1960 do século XX, a extrema violência governamental no país durante esse período e os grandes sofrimentos impostos aos que ousaram se opor a ela. Tal universo é tratado através de recursos narrativos que procuram reproduzir os acontecimentos com a máxima verossimilhança, o que inclui torturantes cenas de tortura. Essas posturas se desdobram numa tendência a renunciar à Arte (o que importa, anti-aristotelicamente, é a fidelidade ao real, ao que aconteceu), numa Estética da identificação por parte do espectador, que transforma a narração numa espécie de jornada reiterativa, confirmatória.

Muitos bons filmes retomaram grandes temas, reelaborando-os cinematograficamente. Um exemplo é *O Sétimo Selo* (1956), de Ingmar Bergman, que aborda a Europa medieval e a arte popular como força crítica – e isso antes da divulgação internacional do livro clássico de Mikhail Bakhtin *Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento*. Outros ótimos filmes exploraram assuntos aparentemente banais ou de difícil acesso, tornando-os temas da maior grandeza, como *Meu Tio* (1958), de Jacques Tati – há cenas memoráveis que apresentam um anônimo varrendo a rua ou o Sr. Hulot subindo e descendo escadas, e *Ano Passado em Marienbad* (1961), de Alain Resnais – nesse caso, um desafio para o espectador é descobrir qual o tema que está sendo tratado (se é que há um tema tratado) e se as personagens tiveram um passado e poderão ter um futuro.

Essa diversidade nos faz pensar que um ótimo tema, como ponto de partida, não garante a excelência do filme. Entre o assunto escolhido e a obra exibida, é preciso investir talento, inventar um tema de cinema, reinventar o tema no filme. Grandes filmes inspirados em grandes textos literários ousaram reinventar a magnitude prévia: *Blow-up: Depois Daquele Beijo* (1966), de Michelangelo Antonioni, inspirado em Julio Cortázar; e *Morte em Veneza* (1971), de Luchino Visconti, baseado em Thomas Mann.

Seria injustiça afirmar que não há talento em *Batismo de Sangue*. Bons atores assumiram a maior parte dos papéis e foram bem orientados. O diretor demonstrou inteligência no trabalho com enquadramentos, na construção de

cenar e na montagem – há opções por ritmos, uso de cores e até cenas de total escuridão que existem como atos de cinema, interpretações do estado de espírito de personagens e daquele contexto social. Talvez prepondere certo convencionalismo narrativo, mas isso é uma opção de estilo, e não defeito.

Ratton dialoga com diferentes gêneros cinematográficos, desde a óbvia identificação com o cinema político até filmes policiais e filmes de terror – *O Massacre da Serra Elétrica* (1974) e por aí vai –, sem esquecer os filmes de lágrimas (melodramas). Tratam-se de legítimas opções de trabalho, que evidenciam estarmos diante de um profissional bem preparado para o fazer cinematográfico. E nenhum desses gêneros é inferior a outros: o grande diretor Luchino Visconti pensou no melodrama para fazer *Rocco e Seus Irmãos* (1960) e disso resultou uma brilhante obra-prima; o mesmo pode ser dito em relação a Stanley Kubrick e à excelência de *Laranja Mecânica* (1971).

Batismo de Sangue, todavia, padece de extrema submissão a seu ponto de partida temático e textual, reduzindo-se quase sempre à função de ilustrar com imagens e sons (freqüentemente expressivos) tudo aquilo que já sabíamos antes, através do livro homônimo de Frei Betto. Daí ele se desenrolar de maneira quase reverencial em relação aos dominicanos, suas ações e seus sofrimentos nas mãos da ditadura brasileira. Daí a absoluta coerência de Ratton começar e terminar o filme com a mesma situação – Tito preparando o suicídio e consumando o ato: chegamos ao ponto de onde partimos.

É claro que a maioria das pessoas já começa a ver esse filme com uma análise pré-definida: tal violência é asquerosa e faz-se necessário rejeitá-la com rigor; ela até já foi rejeitada pela maior parte dos espectadores antes mesmo de se assistir ao filme. Tal conclusão prévia se complementa com um suspiro de alívio: “Graças a Deus que aquela ditadura acabou!”.

Dar Graças a Deus (com um risco conformista em relação ao presente: nosso mundo é bom por não ser aquele), a partir desse filme, não é figura de retórica: Deus se faz presente nessa narrativa sempre. Por um lado, por necessidade efetiva: falando de religiosos católicos, Ele é referência incontornável. Por outro, por opção desse narrar: o martírio de Tito se define como hagiografia, os dominicanos argumentam que agiam politicamente em nome do sagrado, acima de critérios políticos mais corriqueiros – não pegaram em armas, apoiaram perseguidos dentro de princípios cristãos, a tirania ditatorial é quase uma espécie de anti-Ética que exige ser combatida enquanto tal e São Tomás de Aquino legitima tal combate.

Não há motivos para desmentir aqueles dominicanos, que, afinal, sofreram muito mesmo nas mãos da ditadura. Mas, como não somos aqueles dominicanos, há bons motivos para procurarmos explicar seus argumentos,

para tratá-los como Argumentos e não como Verdade revelada, não como outra Palavra de Deus ou ao menos de Seus mensageiros.

Agindo como porta-vozes de Deus, os personagens se colocam não apenas acima dos torturadores e seus líderes, mas também acima de outros grupos de combate à ditadura, talvez até acima dos espectadores, a quem cabe crer. Não é ocasional que surja a frase imperativa: “A esperança desses presos coloca-se na Igreja, única instituição brasileira fora do controle estatal-militar.” Sim, a frase foi originalmente dita pelo Frei Tito, que a registrou por escrito. Outra coisa é o filme reproduzi-la sem qualquer problematização: será que a Igreja era mesmo a única instituição brasileira fora do controle estatal-militar? Será que o controle estatal-militar era tão onipotente assim?

A saga dos jovens dominicanos é contada, nesse filme, a partir de suas posturas críticas diante da ditadura brasileira daquela época. Somos apresentados a eles num momento de tensão construtiva: ida ao encontro de Carlos Marighella (os jovens com olhos vendados), estabelecimento de suas tarefas naquela relação (retaguarda), um Marighella comunicativo e pensador (estabelece diretrizes, entrega livros de sua autoria aos rapazes).

Em seguida, somos levados à igreja dos dominicanos, pichada com as palavras “Padres comunistas”. Os dominicanos inspiram respeito em sua frágil coragem, mas nada sabemos sobre os fiéis que acompanham aquelas missas tão críticas em relação à ditadura. Em sentido paralelo e ampliado, outros sujeitos que combatiam a ditadura aparecem para o espectador como massa informe – estudantes, presos. A aula que valoriza o prazer no sexo atesta boa informação do filme sobre a época, mas não se desdobra em maior compreensão sobre seus personagens centrais: o voto de castidade era renúncia ao prazer, havia outros prazeres (a libido investida no combate à injustiça, por exemplo), havia tensões em relação àquele voto?

A bonita cena em que uma jovem nipônica Tiekko pede Frei Betto em namoro é abruptamente encerrada pelo rapaz com a resposta: “Eu também gosto de você, Tiekko, mas sou dominicano”. A frase é rebatida com uma sensual informação da moça: “Eu sou japonesa”. Quer dizer: “e daí?”. Nenhum calafrio percorreu o corpo do homem? Se não percorreu, o que houve para que seu corpo se esfriasse tanto em relação a um convite tão bonito? Ler e dialogar com as falas de Leonardo Boff (ex-frei que abandonou o voto de castidade) sobre seu encontro sexual com a mulher talvez ajudasse a humanizar mais aquele momento.

Helvécio Rattón escolheu dar maior ênfase em seu filme a Frei Tito, com destaque secundário para Carlos Marighella e Frei Betto. Tito e Marighella são irmanados por ideais de Justiça, sensibilidade artística (o primeiro canta, desafinadamente, “Lunik 9”, de Gilberto Gil, e “Noite dos mascarados”, de

Chico Buarque; o outro elogia Noel Rosa) e martírio – as terríveis torturas sofridas por Tito, o assassinato de Marighella, o suicídio de Tito –, irmanados na Missão que lhes custaria a vida. Betto, jornalista na época dos acontecimentos narrados e autor do livro no qual o filme se baseia, aparece principalmente como intelectual e homem de extrema dedicação a seus princípios, junto com Frei Oswaldo e outros companheiros eruditos e sensatos.

Um aspecto da narração que se destaca intensamente é a exibição de torturas medonhas sofridas pelos dominicanos. Ratton optou por uma filmagem naturalista: partes do corpo violentadas por queimaduras, choques elétricos e pancadas, rostos desfigurados pela dor e pela humilhação, gritos apavorantes. O diretor considerou necessária essa exibição explícita, assumindo um teor quase didático em relação aos piores horrores – não para ensinar a torturar, é claro, mas para o espectador aprender a odiar a tortura e seus agentes.

É compreensível e até louvável a vontade de denunciar essas experiências medonhas. Assistindo a elas, o espectador experimenta facilmente a sensação de que está diante dos piores horrores imagináveis, mesmo vivendo num país onde, no primeiro semestre de 2011, o salário mínimo é de R\$ 545 – valor insuficiente para se pagar o aluguel de uma quitinete, tortura elegante e sutil, amplamente legitimada pelos melhores partidos políticos.

A tradição cinematográfica no século XX de denunciar horrores tem um ponto alto nos documentários que os exércitos aliados fizeram quando invadiram a Alemanha nazista e entraram nos campos de concentração: montes de cadáveres (removidos até por tratores), seres vivos que mais pareciam cadáveres ambulantes... O horror, o horror! Nos próprios documentários estadunidenses sobre essa tragédia, depois de reiterar a veracidade de tudo que está sendo mostrado, há falas sobre estarmos diante da pior crueldade jamais perpetrada ou por perpetrar.

A declaração de horror diante do horror é necessária. O perigo é, considerando-o insuperável em relação ao passado, ao presente e ao futuro, liberarmos geral: pode-se fazer qualquer coisa porque o pior de tudo já foi feito. No caso dos Estados Unidos, o horror nazista era contemporâneo da Ku-Klux-Klan, que existe até hoje – embora menos poderosa, reconheça-se. Depois, houve Vietnam, Iraque, napalm, bombarbeios em estilo videogame...

No caso brasileiro, a legítima indignação diante daqueles fatos de tortura pode contribuir para amainar as críticas ao cotidiano contemporâneo da população. Sim, não é a mesma coisa. Mas a catarse a partir da tragédia nos ajuda a conviver pacificamente com sofrimentos menos visíveis.

Junto a isso, a extrema visibilidade das torturas oculta um lado elegante da ditadura: gente como Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen (1935-1997) não deve ter torturado ninguém; o primeiro é homem culto e inteligente; o outro até cantava árias de óperas, junto com suas tarefas de economista. Mas ambos foram tão responsáveis pelo regime quanto os torturadores e garantiram, para si mesmos, uma memória pública muito mais amena – Delfim Netto escreve regularmente em grandes órgãos da Imprensa e tornou-se quase um interlocutor do governo Lula.

Não se trata, evidentemente, de qualquer preocupação individual “negativa” em relação a essas ou outras personagens. O problema é pensar em imagens perto do estereótipo que certas memórias podem reforçar. Nem tudo, na ditadura, era luta armada, tortura e martírio. Junto com personagens ditatoriais elegantes, como Delfim e Simonsen, somem também a sociedade onde os sofrimentos ocorreram. Como é mesmo que vivia o povo de que se falava? Em nome de quem se agia? Quem é mesmo Nildes - além de ser irmã de frei Tito, ela era uma cidadã brasileira e o filme poderia ter explorado qual a atuação dela na resistência à ditadura?

A tortura, tão detalhadamente exposta, finda sendo compartilhada pelo espectador sob dois ângulos. Por um lado, identificamo-nos com os torturados, sofremos com eles até na própria pele – muitos espectadores, para sofrerem menos, desviam o olhar da tela e na tentativa de não ver as atrocidades. Por outro lado, corremos o risco de encarar a tortura como espetáculo, fotogenia da dor a um passo do voyeurismo.

O bom documentário *Cidadão Boilesen*, de Chaim Litewsky (2009), apresenta denúncias de ex-torturados. O enredo mostra que alguns torturadores e seus apoiadores, como o personagem-título do filme, sentiam prazer erótico vendo pessoas sendo torturadas. Certamente Helvécio Raton jamais pensou em obter um efeito dessa natureza junto a seu público, mas o perigo de se transformar qualquer horror em pornografia é grande. Jean-Luc Godard já o apontou esse efeito com relação aos filmes e às falas de Steven Spielberg sobre o Holocausto nazista. É desejável que os remanescentes da tortura não estejam usando cenas realistas de cinema bem intencionado politicamente para fins dessa natureza. Mas...

Essa exposição da tortura se mescla com uma certa obviedade dicotômica na caracterização dos torturadores, como é o caso da maldade e da vulgaridade de Sérgio Paranhos Fleury, policial que liderou repressão, prisão e tortura de dominicanos e outros opositores da ditadura. Em meio a um violento interrogatório, vê-se uma fotografia de Emílio Garrastazu Médici, ditador naquele momento. São informações corretas, mas quase redundantes. E o efeito crítico de se mostrar a cara de Médici ou a truculência pessoal de Fleury

finda sendo mais forte nas pessoas que viveram o auge daquelas personagens – hoje menos lembradas.

Essa obviedade contamina, com sinal invertido, cenas que envolvem a ação dos próprios presos políticos, como aquela em que cantam o Hino da Independência, com destaque para o trecho: “Ou ficar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”. Considerando-se que se tratava da independência de um país escravista (o Brasil do século XIX), a noção de liberdade, no hino original, era, no mínimo, muito restrita, ou, em outras palavras, patética. O entusiasmo não-analítico dos presos que cantavam é justificável. Sua repetição triunfal, quase quarenta anos depois, numa narração cinematográfica, é preocupante. Ou seria apenas ideologia no sentido clássico marxista – racionalização, inclusive pelas vias subjetivas, do poder?

A preocupação realista do filme inclui uma fala de Fleury sobre seu sonho para o futuro – comprar um barco em Ilhabela. Sabemos que ele morreria dez anos depois ao cair de barco em Ilhabela, possivelmente após ter sido envenenado. No filme, a frase do sonho do delegado antevê o justo castigo daquele carrasco – mais catarse para o espectador.

Embora a Arte vença em muitos momentos do filme, o diretor de *Batismo de Sangue*, em nome do real, quase abre mão de ambições artísticas. Vale a pena recordar a atitude de Eduardo Coutinho como diretor do documentário *Cabra Marcado Para Morrer* (1984): embora o filme registre falas de cidadãos reais, o diretor fez questão de realçar sentimentos subjetivos daqueles homens e mulheres e dele mesmo, sem medo de mostrar o que não se viu antes. São atitudes igualmente legítimas, é claro. Resta avaliar quais os resultados cinematográficos mais sólidos que um e outro caminho atingiram.

O filme *Batismo de Sangue* tem sido muito utilizado para fins didáticos, em escolas, congressos e outros eventos públicos, atingindo jovens que não viveram aquela época de nossa história. Isso é muito bom: ele aborda tema significativo, possui méritos, é dotado de seriedade. Resta salientar a necessidade de aliar esse uso a uma leitura reflexiva, tanto para evocar a rica tradição da memória cinematográfica brasileira sobre a ditadura civil-militar de 1964/1985 quanto para garantir uma relação crítica entre passado e presente.

Abordar cinematograficamente o Brasil na passagem dos anos 1960 para a década seguinte não nos isenta de refletir sobre o Brasil de 2006 (quando o filme foi feito) nem o Brasil de qualquer data em que o filme for apresentado e analisado.

Aquele não foi o único batismo.

Leituras complementares:

AGUIAR, Marco Alexandre de – “Imprensa, cinema e memória”. Projeto História (História e Imprensa). São Paulo: PUC/SP, 35: 179/199, dez 2007.

BETTO, Frei (Carlos Alberto Libânio Christo). Batismo de sangue: a luta clandestina contra a ditadura militar – Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito. 11ª edição. São Paulo, Casa Amarela, 2000.

FEIJÓ, Sara Carolina Duarte. Memória da resistência à ditadura – Uma análise do filme Batismo de sangue. Dissertação de Mestrado em História Social, defendida na FFLCH/USP. São Paulo: digitado, 2011.

Anexo2:

Entrevista de Magno José Vilela, historiador, teólogo e professor de História do Cristianismo da Escola Dominicana de Teologia (EDT), da Faculdade São Bento e do Centro Universitário Salesiano de São Paulo (Unisal). Ex-frade dominicano, exilado na França nos anos 1970, ele foi o último brasileiro a ver o frei Tito de Alencar Lima com vida. Em 1974, logo após a morte de Tito, enviou aos editores do livro *Memórias do Exílio: Brasil/ 1964-?? – De muitos caminhos* (Lisboa: Editora Arcádia, 1976), os documentos que dariam origem ao “Dossier Frei Tito”. Reproduzido por Frei Betto no livro *Batismo de Sangue* (São Paulo: Editora Civilização Brasileira, 1982) sob o título “Tito, A Paixão”, tal dossiê serviu de inspiração para o roteiro do filme *Batismo de Sangue*, de Helvécio Ratton

Como os escritos encontrados na cela do frei Tito de Alencar Lima no convento dominicano de L'Abresle chegaram às mãos dos editores do livro “Memórias do Exílio – Brasil 1964/?? – De Muitos Caminhos”, publicado em Lisboa, em 1976?

Tanto quanto me lembro, fui eu que entreguei os documentos aos editores, através de Marcos Arruda, que me havia entrevistado algum tempo antes, em Paris, para o livro “Memórias do Exílio”. Tito e eu nos conhecíamos desde o final de 1965 quando ele chegou para iniciar o noviciado, em Belo Horizonte, e convivemos até 1969, quando a polícia invadiu o Convento dos Dominicanos em Perdizes e o levou preso. Nos reencontramos em fevereiro de 1972, quando ele foi banido do Brasil e veio para o exílio em Paris. Eu havia chegado um ano antes e tinha uma bolsa para estudar Teologia na Faculdade de Filosofia e Teologia Le Saulchoir, que funcionava então no convento de Saint Jacques, em Paris. Tito veio viver no mesmo convento, e ocupávamos celas (quartos) no mesmo andar. Ele se inscreveu na Sorbonne, mas teve algumas dificuldades para se adaptar. Com o passar do tempo, ainda fortemente marcado pelo que sofrera na prisão, ele foi ficando cada vez mais deprimido e passou a apresentar reações e sinais preocupantes. Lembro-me que num fim de semana, ele se recusava a sair do quarto, dizendo que o delegado Fleury e outros policiais brasileiros estavam instalados no prédio em frente aguardando de armas em punho para atirar nele assim que ele se mostrasse. Eu estava fora da cidade e, quando cheguei de viagem, os companheiros da Ordem pediram-me para ir falar com Tito. A pedido dele, tive de abaixar-me para entrar em seu quarto, para que eu também não fosse alvejado pelo suposto grupo de policiais. Ante o estado em que ele se encontrava, os superiores dominicanos recomendaram que eu o acompanhasse até um psiquiatra recomendado por amigos da Ordem, o que foi feito já nos dias seguintes. O médico o recebeu longa e atenciosamente e receitou-lhe medicação. Falando-me à parte, o médico disse-me que Tito necessitava de cuidados especiais, acrescentando que eu provavelmente era naquela altura seu único elo com a realidade. Os superiores da Ordem decidiram que o mais indicado seria ele ir morar no

convento Sainte Marie de La Tourette, em Eveux L'Abresle, perto de Lyon. Tito viveu ali até o dia de sua morte, em agosto de 1974. Logo depois de seu falecimento, eu estive em sua cela para juntar seus objetos pessoais e enviá-los para sua família ou para a Ordem no Brasil. No dia da missa de Exéquias, em 8 de agosto, pedi permissão ao provincial para remeter os textos de Tito aos autores do livro "Memórias do Exílio". Expliquei que eu havia sido entrevistado pelo Marcos Arruda, um dos autores, apenas um mês antes, e que o relato de Tito merecia ser divulgado, para que sua história não caísse no esquecimento.

Que documentos o senhor enviou para os editores de "Memórias do Exílio: Brasil 1964/?? – De Muitos Caminhos", publicado em Portugal, em 1976? É o mesmo material reproduzido por Frei Betto em "Batismo de Sangue", em 1982?

Se bem me lembro, é o mesmo material. Encaminhei alguns poemas de Tito, um relatório de Jean-Claude Rolland (sendo este o outro psiquiatra francês, que atendeu e acompanhou Tito em Lyon) e o relato das torturas que Tito sofreu na Operação Bandeirantes (Oban), em São Paulo. Foi incluído também, creio que por iniciativa dos editores, o exame médico que os médicos presos no Presídio Tiradentes fizeram nele para comprovar as os maus-tratos. Todo esse material foi incluído em "Memórias do Exílio" em um capítulo chamado "Dossier Frei Tito".

Na época da morte de frei Tito de Alencar Lima, como foi a repercussão? O fato de ele ter cometido suicídio foi criticado pela Igreja?

Em momento nenhum Tito foi criticado. Ele foi velado normalmente, de acordo com o costume dominicano, inclusive com a celebração de uma missa dita de corpo presente, da qual participaram muitos frades, além de amigos e parentes. Para a Ordem dos Dominicanos, era muito claro que, quando morreu, Tito não estava em pleno uso de suas faculdades mentais. E quem comete um erro sem ter consciência plena do que está fazendo não está em pecado. Tito perdeu a lucidez devido às inomináveis torturas que sofreu no Brasil. Para ele, tirar a própria vida era a única solução para acabar com tamanho martírio, como ele mesmo deixou declarado. Acreditamos que, ao cometer esse gesto, ele foi alcançado pela misericórdia divina.

Uma das críticas ao filme Batismo de Sangue é que o diretor Helvécio Raton deu muita ênfase às torturas, mas deixou de discutir o que levou os dominicanos a aderir à luta armada. O senhor viu o filme? Ainda não vi o filme, por motivos que, se me permite, não explicitarei agora. Mas sua pergunta me leva a considerar que, quando se fala na ditadura militar no Brasil, a justa valorização de quem morreu em confrontos com a polícia ou foi preso e torturado, por vezes deixa de lado na história quem obedeceu às regras de segurança e com isso, conseguiu se salvar...

Foi isso que aconteceu com o senhor?

De certa forma, sim, embora não só comigo, obviamente. Eu só não fui preso porque segui as normas de segurança de toda militância clandestina, da qual fazia parte a ALN. Naquele feriado de Fimados de 1969, a equipe do delegado Fleury foi procurar a mim e ao frei Luiz Felipe Rattton no apartamento onde morávamos, uma pequena comunidade dominicana na Rua Rego Freitas, no centro de São Paulo. Nós só não fomos capturados porque seguimos à risca essas regras de segurança. No sábado, dia 30 de outubro, os freis Fernando e Ivo viajaram até o Rio de Janeiro. De lá, eles iriam a Petrópolis onde iriam se encontrar com Sinval Itacarambi Leão, da Editora Vozes. Como, naquele período, já estavam ocorrendo muitas prisões e torturas de militantes da ALN, era preciso tomar todo cuidado para não colocar em risco a vida dos companheiros. Eu combinei com o Ivo que, se ele não me telefonasse até as 14 horas da segunda-feira seguinte, dia 3 de novembro, era porque algo havia saído errado. Ele não telefonou. Mas o pai dele ligou para o Convento Dominicano nas Perdizes dizendo que Fernando havia deixado um casaco de couro em sua casa no sábado e depois disso, ele e Ivo não haviam mais dado notícias. Ao receber essa notícia, tive certeza de que eles haviam sido apanhados pela polícia. Juntamente com Luiz Felipe Rattton, saí do apartamento às pressas, levando apenas meu diário de classe (eu dava aulas de História no Colégio Santa Maria) e uma muda de roupas. Passamos aquela noite na casa de uma família amiga, solidária e corajosa. Na noite seguinte, 4 de novembro, fomos juntos para uma casa mantida pela Ordem dos Camilianos no bairro do Jaçanã. Foi lá que ficamos sabendo, pela televisão, que a polícia havia matado Marighella e prendido os demais dominicanos. Luiz Felipe Rattton e eu só escapamos porque tivemos abrigo dos camilianos por algum tempo.

Em seguida, o senhor foi para a França?

Não. Com a morte de Marighella e a prisão dos demais dominicanos, Luiz Felipe Rattton e eu tivemos de passar a viver na clandestinidade, pois senão seríamos presos, e evitar a prisão é uma das regras de segurança. Permanecemos quase um ano escondidos em São Paulo até conseguir fugir para o Chile. Passamos 3 meses por lá, conseguimos regularizar a documentação básica para recobrar nossa identidade civil e nos preparamos a encontrar uma terra de exílio. Fomos hospedados por amigos brasileiros e chilenos. Quando conseguimos restabelecer contato com a Ordem dominicana, fomos orientados a procurar o convento da Recoleta, em Santiago, onde ficamos até setembro de 1971. Nossa sorte foi que, na embaixada da França em Santiago a adida cultural era a senhora Elisabeth de Miribel, que havia sido secretária do presidente Charles De Gaulle em Londres e era muito ligada aos dominicanos franceses. Estou certo de foi ela que nos ajudou a obter o visto de entrada na França e, na sequência, o direito de asilo. Chegamos à França em

outubro de 1970 e fomos viver e estudar no Saulchoir, que logo se transferiria para o convento de Saint-Jacques. Tempos depois chegariam por lá Giorgio Callegari e Tito; ambos tinham saído pouco antes da prisão no Brasil

Logo após a morte de Marighella, os dominicanos passaram a ser chamados de terroristas e traidores pela imprensa brasileira. E no exterior, essa pecha também os atingiu?

Naquela época, na França, era difícil conseguirmos notícias sobre o que se passava no Brasil. Mas eu creio que a difamação dos dominicanos foi muito maior no âmbito doméstico. No exterior já se sabia que a Ditadura no Brasil combatia a ala progressista da Igreja e que as notícias contra os dominicanos faziam parte desse contexto. Também tínhamos a nosso favor os relatos do escritor belga Conrad Detrez (1937-1985), membro da Ação Católica. Ex-estudante de Teologia, ele havia emigrado para o Brasil em 1962. No Rio de Janeiro, ele conheceu o Frei Betto e escreveu com ele um livro sobre Teilhard de Chardin. Tempos depois, passou a integrar a ALN. Em 1967, foi preso, torturado e deportado. A partir de então, passou a divulgar a ALN na Europa e denunciar as atrocidades cometidas pelo regime militar brasileiro. De volta à Europa, Detrez se tornou um intelectual prestigiado e chegou a ganhar o Prêmio Renaudot, o segundo mais importante da literatura francesa. E assim tornou-se uma das mais importantes vozes a denunciar as atrocidades cometidas pelo regime militar brasileiro.

Naquela época, os dominicanos brasileiros eram chamados pela imprensa de comunistas. Como os senhores, sendo religiosos, puderam dar apoio à luta armada?

Quem nos chamava de comunistas era sobretudo a imprensa. Para uma parte da sociedade brasileira, estava claro que nós éramos representantes da ala progressista da Igreja. E por sermos progressistas, éramos mais abertos em termos culturais e políticos. Líamos Marx, Teilhard de Chardin e Padre Lebreton e mantínhamos diálogo com grupos marxistas. Acreditávamos que o marxismo e o Evangelho tinham alguns pontos de contato, como a necessidade de promover a revolução social. Na juventude, em Minas Gerais, eu militei na Ação Católica e era favorável às Reformas de Base. Quando veio o Golpe de 1964, foi como se todos os nossos sonhos tivessem sido interrompidos. Minha geração queria o fim da Ditadura e estava disposta a se engajar para derrubar o governo militar. Os dominicanos eram um grupo corajoso, que não tinha medo de denunciar o regime. Havia um clima de apoio aos jovens que faziam parte do movimento estudantil e, depois de 1968, da luta armada. Eu tinha algumas restrições aos seus métodos, mas era solidário. E, certa medida, fui cúmplice. Naquela época, para nós, parecia que não havia outra alternativa a não ser essa.

Frei Oswaldo Rezende afirmou que, após a morte de Marighella e a prisão dos dominicanos do Convento de Perdizes, a Ordem dos Dominicanos passou dez anos sem receber candidatos ao noviciado. E hoje, qual a situação da Ordem?

Na minha opinião, não foi apenas o escândalo envolvendo o apoio dos Dominicanos à ALN que contribuiu para o esvaziamento da Ordem. Nos anos 1960, antes do Concílio Vaticano II, a Igreja Católica já enfrentava uma crise, representada pela falta de candidatos ao sacerdócio. Nossa geração, de 1965-1966, foi uma exceção à regra. Entramos para a Ordem no contexto de transformações sociais dos anos 1960, quando parecia que a Igreja finalmente iria se abrir para os problemas do mundo moderno. Mas naquele tempo, os quadros religiosos já estavam em franca diminuição na América e na Europa. De lá para cá, a falta de candidatos ao sacerdócio se acentuou. É muito difícil, no mundo moderno, um jovem ter coragem de abandonar tudo para viver num convento. Contudo, na última década, é possível notar uma renovação dos quadros religiosos, principalmente na Ásia, na América Latina e na África. Hoje, grande parte dos alunos da Escola Dominicana de Teologia são seminaristas africanos. E pela primeira vez em décadas o noviciado dominicano em Uberaba (MG) conta com uma turma de 12 noviços.

Fotografias de Frei Tito de Alencar Lima no exílio em Paris, em 1972 pertencentes ao acervo de Magno José Vilela.

Imagem 1

Da esquerda para a direita: Tito Alencar Lima, Magno José Vilela e Giorgio Callegari. Paris, 1972. Reprodução consentida por Magno José Vilela



Imagem 2 Da esquerda para a direita: Magno José Vilela, Tito de Alencar Lima e Giorgio Callegari. Local: Metrô de Paris, 1972. Reprodução consentida por Magno José Vilela



Anexo 4 - Filmografia sobre a ditadura militar no Brasil (1964-1985)

Parte 1: FILMES DE FICÇÃO

Terra em Transe (Brasil, 1967)

Diretor: Gláuber Rocha

Elenco: Jardel Filho, Paulo Autran, José Lewgoy, Glauce Rocha, Paulo Gracindo, Hugo Carvana, Danuza Leão, Jofre Soares, Modesto de Souza, Mário Lago, Flávio Migliaccio, Telma Reston, José Marinho, Francisco Milani, Paulo César Pereio

Roteiro: Gláuber Rocha.

Fotografia: Luiz Carlos Barreto

Edição: Eduardo Scorel

Música: Sergio Ricardo

Sinopse

Terra em Transe é uma alegoria sobre o ocaso do populismo e o surgimento de governos ditatoriais em diversos países da América Latina. Considerado o mais importante e polêmico filme de Glauber Rocha e um dos precursores do Cinema Novo e do movimento tropicalista, Terra em Transe tornou-se um clássico do cinema moderno, tendo conquistado, entre outros, o Prêmio da Crítica Internacional no Festival de Cannes de 1967.

Fome de Amor (Brasil, 1968)

Diretor: Nelson Pereira dos Santos

Elenco: Arduíno Colassanti, Leila Diniz, Manfredo Colassanti, Olga Danitch, Neville de Almeida, Paulo Porto

Roteiro: Nelson Pereira dos Santos e Luiz Carlos Ripper.

Produção: Paulo Porto, Herbert Richers

Música Original: Guilherme Magalhães Vaz

Fotografia: Dib Lutfi

Edição: Rafael Justo Valverde, Lúcia Erita

Direção de Arte: Luis Carlos Ripper

Sinopse

Inspirado no livro "História para Se Ouvir de Noite", de Guilherme Figueiredo, o filme é uma alegoria sobre a ditadura. Narra a história de Felipe, um imigrante brasileiro em Nova York. Politicamente alienado e pintor fracassado, ao conhecer Mariana, uma jovem brasileira de família abastada, que aparenta ser uma intelectual defensora das teses revolucionárias de Mao Tsé-Tung, ele se envolve com ela. Depois de casados, os dois vão morar em uma ilha em Angra dos Reis (RJ). Uma vez lá, Mariana descobre que a ilha é de propriedade de Alfredo, um ex-revolucionário cego, surdo e mudo, que esteve envolvido num atentado na Bolívia e ainda mantém contato com fabricantes de armas e organizações clandestinas. Riquíssimo, mantém inúmeras propriedades, além de contas numeradas em Bancos da Suíça.

Os Herdeiros (Brasil, 1970)

Diretor: Cacá Diegues

Elenco: Sérgio Cardoso, Paulo Porto, Isabel Ribeiro, Mário Lago, Daniel Filho, Wilza Carla, Hugo Carvana

Duração: 103 min

Gênero: Drama

Sinopse

O filme narra a saga de uma família brasileira, de 1930 a 1964, ano do golpe militar no Brasil. Jorge Ramos é um jornalista ambicioso que se casa por interesse com a filha de um arruinado fazendeiro de café. Com a volta da democracia, em 1946, ele retorna à cidade e se transforma, aos poucos e às custas de constantes traições, em um político poderoso. Até que seu próprio filho vinga suas vítimas, aliando-se aos militares e traindo o pai.

O Bom Burguês (Brasil, 1979)

Direção: Oswaldo Caldeira

Assistentes de direção: Nei Costa Santos, Carlos del Pino e Sandra Werneck

Elenco: José Wilker, Betty Faria, Jardel Filho, Christiane Torloni, Anselmo Vasconcelos

Argumento: Leopoldo Serran e Oswaldo Caldeira

Roteiro: Doc Comparato e Oswaldo Caldeira

Produção: Oswaldo Caldeira

Produção executiva: Paulo Thiago

Direção de Produção: Ângelo Gastal e Alceu Massari

Assistente de produção: Paulo Dubois, Mercedes Viegar

Co-produção: Encontro Produções Cinematográficas

Música: Paulo Moura

Sinopse

O filme é inspirado na trajetória de Jorge Medeiros do Vale, funcionário da agência Leblon do Banco do Brasil. Nos anos 1970, Vale levava uma vida de milionário: tinha três automóveis, iate e conta numerada na Suíça. Preso em 1969, é acusado de um desfalque de oito milhões de cruzeiros, com os quais, entre outras coisas, teria financiado operações de grupos de luta armada. Libertado em 1975, Vale pediu asilo na Nunciatura Apostólica dois anos depois, ao ter seu processo reaberto. Em 1978 obteve visto de saída para o México.

Pra Frente, Brasil (Brasil, 1983)

Direção: Roberto Farias

Elenco: Reginaldo Farias, Natalia do Valle, Antonio Fagundes, Neuza Amaral, Expedito Barreira, Rogério Blum, Dennis Bourke.

Roteiro: Roberto Farias, baseado em argumento de Reginaldo Faria e Paulo Mendonça

Produção: Rogério Farias

Música: Egberto Gismonti

Fotografia: Dib Lutfi e Francisco Balbino Nunes

Edição: Roberto Farias e Mauro Farias

Duração: 104 min

Gênero: Drama

Sinopse

Em 1970 o Brasil inteiro torce e vibra com a seleção de futebol no México, enquanto prisioneiros políticos são torturados nos porões da ditadura militar e inocentes são vítimas desta violência. Todos estes acontecimentos são vistos

pela ótica de uma família quando um dos seus integrantes, um pacato trabalhador da classe média, é confundido com um ativista político, preso e submetido a torturas. Ele acaba morto pelos policiais da Operação Bandeirantes (Oban), um grupo de repressão patrocinado por industriais.

Lamarca (Brasil, 1994)

Diretor: Sérgio Rezende

Elenco: Paulo Betti, José de Abreu, Carla Camuratti, Nelson Xavier, Carlos Zara, Selton Mello, Ernani Moraes, Enrique Díaz, Marcelo Escorel, Deborah Evelyn, Roberto Bomtempo.

Produção: José Joffily, Mariza Leão, Andréa Queiroga

Roteiro: Alfredo Oroz, Sergio Rezende, baseado em livro de José Emiliano e Miranda Oldack

Fotografia: Antonio Luis Soares

Trilha Sonora: David Tygel

Sinopse

A história começa em 1970, quando o ex-capitão do exército brasileiro Carlos Lamarca e seu grupo político rebelde negociam com a Ditadura Militar a soltura de presos políticos em troca da vida do sequestrado embaixador da Suíça, mantido por eles em cativeiro. Trinta presos são soltos e a repressão aumenta a perseguição aos guerrilheiros, comandadas por um general do Exército e o delegado civil Flores, que se apresenta como o matador de Marighella e outros subversivos. Os dirigentes do grupo de Lamarca querem que ele saia do Brasil, mas ele não aceita. Lamarca dirige-se para a Bahia. Enquanto espera os demais guerrilheiros para organizarem um levante rural, o ex-capitão do Exército recorda cenas do seu passado, como o serviço militar no Canal de Suez, a partida de sua mulher e filhos para o exílio em Cuba e o campo de treinamento de guerrilheiros no Vale do Paraíba.

O Que É Isso, Companheiro? (Brasil, 1996)

Diretor: Bruno Barreto

Elenco: Fernanda Torres, Claudia Abreu, Pedro Cardoso, Luiz Fernando Guimarães, Alan Arkin, Caroline Kava, Fisher Stevens, Matheus Nachtergaele, Marco Ricca, Fernanda Montenegro, Selton Mello, Alessandra Negrini.

Produção: Lucy Barreto, Luiz Carlos Barreto

Roteiro: Leopoldo Serran

Fotografia: Felix Monti

Trilha Sonora: Stewart Copeland

Sinopse

Baseado na história autobiográfica do envolvimento de Fernando Gabeira no seqüestro de Charles Burke Elbrick, embaixador americano no Brasil. Em setembro de 1969, um grupo de jovens idealistas organizaram um ato de terrorismo como meio de divulgar a sua visão política progressista. A falta de maturidade e inexperiência dos jovens ameaça o resultado do seqüestro quando começam a perceber falhas no plano. Enquanto a tensão aumenta, os terroristas são forçados a questionar não só os seus motivos, como também o grau do seu envolvimento com a causa e a relação entre eles.

Ação Entre Amigos (Brasil, 1998)

Diretor: Beto Brant

Elenco: Leonardo Villar, Zecarlos Machado, Cacá Amaral, Carlos Mecen, Genésio de Barros, Melina Anthís, Rodrigo Brassoloto, Sérgio Cavalcante, Heberon Hoerbe, Douglas Simon

Produção: Sara Silveira

Roteiro: Beto Brant e Marçal Aquino

Fotografia: Marcelo Durst

Trilha Sonora: André Abujamra

Sinopse

É a história de quatro amigos que participaram da oposição armada ao regime militar e foram presos e torturados. Vinte e cinco anos depois, Miguel é o único que se manteve politizado e, um dia, pensa ter identificado em fotos feitas durante um comício o rosto do homem que torturou a ele e seus amigos. Miguel convida seus três companheiros para uma pescaria na cidade onde o torturador estaria morando e, no trajeto, revela aos colegas sua descoberta. O filme mostra flash-backs das ações dos quatro amigos durante os anos de chumbo da história recente do Brasil. Eles prosseguem a viagem e passam a procurar pelo homem visto nas fotos.

Quase Dois Irmãos (Brasil/Chile/França, 2004)

Diretora: Lucia Murat

Elenco: Caco Ciocler, Flavio Bauraqui, Werner Schunemann, Antonio Pompeo, Maria Flor, Renato Souza

Produção: Lucia Murat

Roteiro: Paulo Lins

Fotografia: Jacob Solitrenick

Trilha Sonora: Naná Vasconcelos

Duração: 102 min.

Gênero: Drama

Sinopse

A história começa nos anos 1970, quando presos políticos eram transferidos para a Penitenciária da Ilha Grande, na costa do Rio de Janeiro. Assim como os políticos, assaltantes de bancos estavam submetidos à Lei de Segurança Nacional. Os dois grupos cumpriam pena na mesma galeria. O roteiro aborda o desenvolvimento dessa relação e também o conflito estabelecido por ela. Não por acaso foi ali e naquela época que nasceu o Comando Vermelho que, mais tarde, passaria a dominar o tráfico de drogas. A ligação é feita por meio de dois personagens, Miguel (um jovem intelectual de classe média, preso político na Ilha Grande e, hoje, um deputado federal) e Jorge (filho de um sambista que, de pequenos assaltos, transformou-se num dos líderes do CV). Amigos na infância, cada um representa o grupo ao qual pertence.

Araguaya - Conspiração do Silêncio (Brasil, 2004)

Diretor: Ronaldo Duque

Elenco: Norton Nascimento, Françoise Forton, Danton Mello, Narcisa Leão, Stephane Brodt, Fernanda Maiorano, Rasanne Holland, Fernando Alves Pinto.

Produção: Ronaldo Duque, Márcio Curi

Roteiro: Ronaldo Duque, Guilherme Reis, Paula Simas

Fotografia: Luís Abramo, Jacques Cheuiche

Trilha Sonora: Renio Quintas

Sinopse

No auge da ideologia da segurança nacional do Exército brasileiro, um partido de esquerda dissidente, militantes (a maioria jovem e inexperiente) e inocentes camponeses travam uma batalha contra o Exército, em região onde a ambição e a miséria dominam. É onde também está padre Chico (Stephane Brodt), um religioso francês que chegou à região do Araguaia no início dos anos 60. A profunda identificação entre padre Chico e os moradores faz com que ele presencie eventos ligados à formação da Guerrilha do Araguaia.

Cabra-Cega (Brasil, 2005)

Diretor: Toni Venturi

Elenco: Leonardo Medeiros, Débora Duboc, Jonas Bloch, Michel Bercovitch.

Produção: Toni Venturi

Roteiro: Di Moretti

Fotografia: Adrian Cooper

Trilha Sonora: Fernanda Porto

Sinopse

Escondidos no apartamento do arquiteto Pedro, num bairro tradicional de São Paulo, Thiago e Rosa, dois jovens militantes da luta armada, vivem o sonho e o pesadelo do projeto revolucionário durante os Anos de Chumbo. Thiago é o comandante de um "grupo de ação" de uma das organizações da ultra-esquerda brasileira, que enfrentou o poder militar. Ferido à bala em uma emboscada da polícia, é obrigado a se esconder na casa de Pedro. Rosa, uma militante de base e filha de operário, é o contato de Thiago com o mundo e também sua enfermeira. Mateus, o dirigente da organização, trabalha incansavelmente para salvar o que restou dos seus quadros. Em setembro de 1971, a organização está debilitada e discute o abandono da luta armada.

Batismo de Sangue (Brasil, 2006)

Direção: Helvécio Ratton

Elenco: Caio Blat, Daniel Oliveira, Léo Quintão, Odilon Esteves, Ângelo Antônio, Marku Ribas, Cassio Gabus Mendes, Marcelia Cartaxo

Roteiro: Helvécio Ratton e Dani Patarra

Pesquisa: Stela Grisotti

Fotografia e câmera: Lauro Escorel

Direção de arte: Adrian Cooper

Música: Marco Antônio Guimarães

Sinopse

Baseado no livro homônimo escrito por Frei Betto, o filme narra a história do envolvimento de um grupo de jovens frades dominicanos com o grupo de luta armada Ação Libertadora Nacional, dirigido por Carlos Marighella.

Zuzu Angel (Brasil, 2006)

Diretor: Sérgio Rezende

Elenco: Patrícia Pillar, Daniel de Oliveira, Leandra Leal, Luana Piovani, Paulo Betti, Nelson Dantas, Antônio Pitanga, Elke Maravilha.

Produção: Joaquim Vaz de Carvalho

Roteiro: Marcos Bernstein, Sérgio Rezende

Fotografia: Pedro Farkas

Trilha Sonora: Cristóvão Bastos

Sinopse

Do mesmo diretor de Lamarca, Sergio Rezende, o filme narra a história da estilista mineira Zuzu Angel que teve seu filho, Stuart Angel Jones, torturado e assassinado pela ditadura militar. Stuart era membro da VPR e foi morto sob tortura no Cenimar, no Rio de Janeiro. Seu corpo foi jogado ao mar. O filme narra a luta de sua mãe, Zuzu Angel, para denunciar o assassinato do filho. Zuzu também foi morta em um acidente de carro orquestrado pelos militares em 1976.

Sonhos e Desejos (Brasil/2006)

Diretor: Marcelo Santiago

Elenco: Felipe Camargo, Sérgio Marone, Mel Lisboa e Ricardo Pereira.

Produção: Sara Silveira

Roteiro: Marcelo Santiago, Carolina M. de Barros, Flávia Orlando

Fotografia: Dudu Miranda

Trilha Sonora: Wagner Tiso

Sinopse

Confinados num aparelho em Belo Horizonte, três militantes - uma estudante, um bailarino e um professor de Literatura - confrontam suas opções políticas e afetivas, que envolvem desejo, traição e lealdade.

O Ano em que Meus Pais Saíram de Férias (Brasil, 2006)

Diretor: Cao Hamburger

Elenco: Michel Joelsas, Germano Haiut, Daniela Piepszyk, Paulo Autran, Simone Spoladore, Eduardo Moreira, Caio Blat, Rodrigo dos Santos.

Roteiro: Cláudio Galperin, Bráulio Mantovani, Anna Muylaert, Cao Hamburger

Fotografia: Adriano Goldman

Trilha Sonora: Beto Villares

Sinopse

Em 1970, a maior preocupação na vida de Mauro (Michel Joelsas), de 12 anos, pouco tem a ver com a ditadura militar que impera no País: seu maior sonho é ver o Brasil tricampeão mundial de futebol. De repente, ele é separado dos pais e obrigado a se adaptar a uma "estranha" e divertida comunidade - o Bom Retiro, bairro de São Paulo, que abriga judeus, italianos, entre outras culturas.

Topografia se um Desnudo (Brasil, 2009)

Direção: Teresa Aguiar

Elenco: Lima Duarte, Ney Latorraca, José de Abreu, Nilda Maria, Maria Alice Vergueiro, Kito Junqueira, Rafaella Puopolo

Roteiro: Ariane Porto

Produtor executivo: Ariane Porto e Farid Tavares

Co-produção: Teatro Arte & Ofício

Música: Mário Manga

Som: Gabriela Cunha

Fotografia: Carlos Ebert

Direção de Arte: Monica Palazzo

Edição: Landa Costa

Sinopse

O filme é inspirado em um fato real, ocorrido em 1968: a “operação mata-mendigos”. Vários moradores de rua foram presos, torturados e jogados aos rios Guandú e da Guarda. Alguns pesquisadores ligam as torturas a uma espécie de “treinamento” pelo qual estavam passando quadros da própria polícia, já que o fato aconteceu na antessala do regime militar. A “operação mata-mendigos” foi um processo de limpeza social e estaria ligado à visita da Rainha Elizabeth ao Brasil, em 1968. Em 1972, Teresa Aguiar era professora da Escola de Arte Dramática (EAD) da USP e foi com um grupo de alunos apresentar “O Rato no Muro” de Hilda Hilst no Festival de Teatro de Manizales, Colômbia. Nesse festival foi apresentada a obra “Topografia de um Desnudo” do chileno Jorge Diaz, que escreveu a peça baseado numa matéria que saiu nos jornais do Chile sobre a “operação mata-mendigos”. Junto com Teresa, assistiu ao espetáculo seu aluno, Ney Latorraca, que mais de 40 anos depois, integra o elenco do filme. De volta ao Brasil, Renata Pallottini fez a tradução e Teresa tentou encená-lo, mas o texto ficou preso na censura por 13 anos, e só em 1985 foi produzido. Porém, o texto nunca chegou a ser liberado totalmente, pois mesmo nos anos 1980 era necessária uma autorização provisória da Polícia Federal.

Em Teu Nome... (Brasil, 2009)

Diretor: Paulo Nascimento

Elenco: Leonardo Machado, Cesar Troncoso, Silvia Buarque, Marcos Verza, Marcos Paulo, Nelson Diniz, Fernanda Moro, Julia Feldens, Sirmar Antunes.

Produção: Beto Rodrigues, Marilaine Castro da Costa

Roteiro: Paulo Nascimento

Fotografia: Roberto Laguna

Trilha Sonora: André Trento

Sinopse

No início dos anos 1970, o Brasil vivia o endurecimento da ditadura militar. A sociedade se organizava e resistia das mais variadas maneiras. Alguns grupos políticos optaram pela luta armada para enfrentar o regime. Em Teu Nome

conta a história de Boni (Leonardo Machado), um estudante de engenharia de origem humilde que adere a luta armada, mas carrega dúvidas e medos a respeito de sua escolha. Boni teme pela família, pela namorada e pelo futuro, que parece mais incerto a cada dia. Como tantos, é preso, torturado e banido do país ao ser trocado por um embaixador suíço no chamado Grupo dos 70.

Parte 2: DOCUMENTÁRIOS

Cabra marcado para morrer (Brasil, 1964/1984)

Diretor: Eduardo Coutinho

Roteiro: Eduardo Coutinho

Fotografia: Fernando Duarte, Edgar Moura

Trilha Sonora: Rogério Rossini

Duração: 119 min.

Cor: Preto e Branco

Sinopse

Em fevereiro de 1964 inicia-se a produção de *Cabra Marcado Para Morrer*, que contaria a história política do líder da liga camponesa de Sapé (Paraíba), João Pedro Teixeira, assassinado em 1962. No entanto, com o golpe de 31 de março, as forças militares cercam a locação no engenho da Galiléia e interrompem as filmagens. Dezessete anos depois, o diretor Eduardo Coutinho volta à região e reencontra a viúva de João Pedro, Elisabeth Teixeira - que até então vivia na clandestinidade - e muitos dos outros camponeses que haviam atuado no filme brutalmente interrompido.

Os Doces Bárbaros (Brasil, 1976)

Diretor: Jom Tob Azulay

Estúdio/Distrib.: Mais Filmes

Duração: 100 min.

Sinopse

O documentário de Jom Tob Azulay, que a princípio registraria apenas um evento musical, ganhou uma grande importância política e social. Foi em 1976, quando Caetano Veloso, Maria Bethânia, Gilberto Gil e Gal Costa resolveram comemorar os 10 anos de carreiras individuais e formaram um conjunto que se

apresentaria nas principais cidades brasileiras. O filme registra acontecimentos como: os ensaios gerais, o assédio dos fãs e da imprensa, a prisão e julgamento de Gil pelo envolvimento num incidente policial com a Delegacia de Tóxicos de Florianópolis, e espetáculo do Anhembi e do Canecão, e finalmente, a performance dos baianos com muita leveza, espontaneidade e magia dando o depoimento de uma época e de um movimento musical de formação tipicamente brasileira.

Jango (Brasil, 1984)

Direção: Silvio Tendler

Roteiro: Mauricio Dias e Silvio Tendler

Duração: 117min

Sinopse

O filme refaz a trajetória política de João Goulart, o 24º presidente brasileiro, que foi deposto por um golpe militar. Goulart era popularmente chamado de "Jango", daí o título do filme, lançado exatos vinte anos após o golpe. A reconstrução da trajetória de Goulart é feita com imagens de arquivo e entrevistas com importantes personalidades políticas como Afonso Arinos, Leonel Brizola, Celso Furtado, Frei Betto e Magalhães Pinto, entre outros. O sugestivo slogan do filme foi "Como, quando e por que se derruba um presidente". O documentário captura a efervescência da política brasileira durante a década de 1960 sob o contexto histórico da Guerra Fria. Jango narra exaustivamente os detalhes do golpe e se estende até os movimentos de resistências à ditadura, terminando com a morte do presidente no exílio e imagens de seu funeral, cuja divulgação foi censurada pelo regime militar.

Em Nome da Segurança Nacional (Brasil, 1984)

Direção: Renato Tapajós

Duração: 45 min

Sinopse

Documentário que discute, a partir do Tribunal Tiradentes, organizado pela Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, a Lei de Segurança Nacional e a Doutrina da Segurança Nacional implementadas pela ditadura militar no Brasil. O filme mostra os efeitos da aplicação dessa doutrina em diversos segmentos da sociedade brasileira. Prêmios de melhor filme no Festival Internacional do Documentário em Oberhausen, Alemanha, no ano de

1985 e o de melhor documentário no Festival Internacional de Havana, Cuba, no mesmo ano.

Que Bom Te Ver Viva (Brasil, 1989)

Direção e roteiro: Lúcia Murat

Assistente de Direção: Adolfo Orico Rosenthal

Direção de Fotografia: Walter Carvalho

Co-produção: Taiga Produções Visuais e Fundação do Cinema Brasileiro

Música Original: Fernando Moura

Trilha Sonora: Aécio Flávio

Montagem: Vera Freire

Sinopse

A diretora entrevista oito mulheres que enfrentaram a tortura e a prisão decorrentes do golpe de 1964 e intercala esses depoimentos com delírios e fantasias vividos pela atriz Irene Ravache.

Marighella - Retrato Falado do Guerrilheiro (Brasil, 2001)

Direção: Sílvio Tendler

Assistência de direção: Clarisse Mantuano e Silvio Arnaut

Montagem: Sueli Nascimento

Videografismos: Patrícia Tebet

Locução: Othon Bastos

Trilha sonora: Eduardo Camenietzki

Consultoria de pesquisa: Vladmir Sachetta

Pesquisa: Antônio Fernandes e Clarisse Mantuano

Sinopse

Do mesmo diretor de "Jango", o documentário conta a história, as polêmicas, as vitórias e derrotas de Carlos Marighella (1911-1969), um dos líderes da luta armada contra a ditadura militar no Brasil. Autor do "Manual do Guerrilheiro Urbano" foi fundador da Ação Libertadora Nacional (ALN). O filme é um média-metragem e foi lançado em 2001, quando Marighella completaria 90 anos.

Tempo de Resistência (Brasil, 2003)

Direção: André Ristum

Roteiro: Ícaro Martins

Sinopse

Documentário sobre o movimento estudantil de Ribeirão Preto e São Paulo produzido e dirigido pelo filho de um ex-exilado político, Jirges Ristum, assistente de direção de Gláuber Rocha. Traz depoimentos de ex-militantes como Aloysio Nunes Ferreira, Vanderley Caixe, Leopoldo Paulino, José Dirceu, Franklin Martins, José Adolfo Granville, Takao Amano e Terezinha Zerbini.

Vale a Pena Sonhar (Brasil, 2003)

Direção: Stela Grisotti e Rudi Böhm

Roteiro: Julio Rodrigues

Sinopse

Documentário baseado na autobiografia homônima do militante comunista Apolônio de Carvalho (1912-2005). Além da trajetória do entrevistado, aborda o racha do PCB, que deu origem a organizações como PCBR, ALN e MR-8.

No Olho do Furacão (Brasil, 2004)

Direção e roteiro: Renato Tapajós e Toni Venturi

Duração: 60 min

Sinopse

Documentário para TV sobre a vida na clandestinidade dos militantes da guerrilha urbana, travada no Brasil no final dos anos 60 e começo dos 70 contra a ditadura que, então, dominava nosso país. Ele investiga a história interior dos militantes e como era a vida deles na clandestinidade. Esse filme serviu de inspiração para o longa-metragem ficção *Cabra-Cega*.

Ato de Fé (Brasil, 2004)

Direção e roteiro: Alexandre Rampazzo e Tatiana Polastri

Sinopse

Documentário produzido por estudantes de Cinema da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) sobre a participação da Ordem dos Dominicanos na Ação Libertadora Nacional (ALN). Traz depoimentos dos freis Betto, Oswaldo Rezende, João Antônio Caldas Valença e imagens de arquivo de frei Tito e do 30º Congresso da UNE, em Ibiúna.

Hércules 56 (Brasil, 2006)

Direção e roteiro: Silvio Da-Rin

Fotografia: Jacques Cheuiche

Edição: Karen Harley

Trilha sonora: Berna Ceppas, Kamal Kassin, Flávio Santos

Duração: 94min.

Sinopse

Documentário que tem como personagens principais os nove remanescentes do grupo de quinze presos políticos que, em 7 de setembro de 1969, foram trocados pelo embaixador americano Charles Burke Elbrick, seqüestrado três dias antes, no Rio de Janeiro, por duas organizações revolucionárias em luta contra o regime militar. Alguns ex-militantes de esquerda que planejaram e realizaram o seqüestro, como Franklin Martins e Daniel Aarão Reis Filho, rememoram o período, as motivações do ato político, o modo como se definiu da lista dos presos a serem liberados, o texto do manifesto e as conseqüências políticas da ação. Um dos pontos altos do filme é a reunião de imagens de arquivo sobre o desembarque dos presos políticos no México. Hércules 56 deu origem a um livro homônimo, escrito por Silvio Da-Rin em 2009.

Caparaó (Brasil, 2007)

Direção e roteiro: Flávio Frederico

Duração: 77 min.

Sinopse

Em 1966, um grupo de ex-militares, cassados por militância política, organizam a primeira tentativa de luta armada no Brasil. O local é a Serra do Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e Espírito Santo. No começo, são apoiados por Leonel Brizola, exilado no Uruguai, e recebem dinheiro de Fidel Castro. Mas a situação muda e eles ficam isolados.

Cidadão Boilesen (Brasil-Estados Unidos-Dinamarca, 2009)

Direção: Chaim Litewski

Roteiro e pesquisa: Chaim Litewski

Sinopse

Documentário feito por um cineasta fluminense radicado em Nova York. Vencedor do festival de documentários *É Tudo Verdade*, em 2009, descreve a participação do empresário dinamarquês naturalizado brasileiro Henning Albert Boilesen, presidente do Grupo Ultra, assassinado por guerrilheiros da ALN em 1971. O filme descreve a participação de Boilesen na Operação Bandeirantes (Oban), estrutura paramilitar montada no final dos anos 60, com o apoio de grandes empresários, para caçar e aniquilar os membros de grupos guerrilheiros no Brasil. Traz depoimentos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, de familiares e amigos de Boilesen e dos ex-generais Erasmo Dias e Carlos Alberto Brilhante Ustra.

Utopia e Barbárie (Brasil, 2010)

Diretor: Silvio Tendler

Produção: Ana Rosa Tendler

Roteiro: Silvio Tendler

Fotografia: André Carvalheira

Trilha Sonora: Caíque Botkay, BNegão, Marcelo Yuka, Cabruêra

Duração: 120 min.

Sinopse

Lançado comercialmente nos cinemas em 2010, este documentário já vinha sendo exibido em circuitos alternativos desde 2005, tendo alcançado, segundo o diretor, um público de 300 mil espectadores. O filme aborda e interpreta os cinquenta anos que precederam o início do século XXI: o pós-Segunda Guerra Mundial, os movimentos de contracultura, as lutas pela independência das antigas colônias africanas e asiáticas, as ditaduras militares na América Latina, a Guerra do Vietnã e as outras invasões e guerras que ocorreram neste período.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Parte 1 – FONTES

Filme

Batismo de Sangue (Brasil, 2006). Direção: Helvécio Ratton. Roteiro: Helvécio Ratton e Dani Patarra. Pesquisa: Stela Grisotti. Inspirado no livro homônimo de Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo), de 1982. Fotografia: Lauro Escorel. Direção de arte: Adrian Cooper. Figurino: Marjorie Gueller e Joana Porto. Música: Marco Antonio Guimarães. Elenco: Caio Blat (frei Tito), Daniel Oliveira (frei Betto), Léo Quintão (frei Fernando), Odilon Esteves (frei Ivo), Victor Ramil (frei Diogo), Cassio Gabus Mendes (Delegado Fleury) e outros.

Fotografias

Arquivo pessoal Magno José Vilela

Livros

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue - A luta clandestina contra a ditadura militar. Dossiês Carlos Marighella e Frei Tito*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982

_____. *Diário de Fernando: Nos cárceres da ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009

BETTO, Frei; FERNANDO, Frei; IVO, Frei. *O canto da fogueira. Cartas de três dominicanos quando em cárcere político*. Petrópolis, Vozes, 1978

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do Exílio – Brasil 1964-19?? – Volume I: De Muitos Caminhos*. Lisboa: Arcádia, 1976

CAVALCANTI, Pedro Celso Uchôa e RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do Exílio – Brasil 1964-19?? – Volume I: De Muitos Caminhos*. São Paulo: Editora e Livraria Livramento, 1978 (1ª edição brasileira)

VILLAÇA, Pablo. *Helvécio Ratton, o cinema através das montanhas*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/TV Cultura, 2005

Entrevistas

Frei Oswaldo Rezende, O.P., teólogo, professor e ex-militante da ALN. Duas entrevistas feitas na Escola Dominicana de Teologia (EDT), em São Paulo, em agosto e setembro de 2009

Frei Carlos Josaphat, O.P., frade dominicano, jornalista e professor. Entrevista feita na residência dos dominicanos no bairro da Saúde em março de 2010

Frei Betto, O.P. (Carlos Alberto Libânio Christo), frade dominicano e escritor. Entrevista feita na casa paroquial do convento Santo Alberto Magno, em São Paulo, em abril de 2010

Frei Fernando de Brito, O.P., frade dominicano e líder social. Entrevista concedida por e-mail à autora em 11 de junho de 2010

Helvécio Ratton, cineasta, diretor do filme *Batismo de Sangue*. Entrevista feita na sede da Quimera Filmes, em Belo Horizonte, em novembro de 2007

Magno José Vilela, historiador, teólogo e professor da Escola Dominicana de Teologia (EDT). Entrevistas feitas em sua residência, em São Paulo, em maio de 2010 e abril de 2011

Mario Simas, o advogado que defendeu os frades dominicanos no processo judicial militar instalado contra eles em 1969. Entrevista feita na casa do advogado, em São Paulo, em setembro de 2009

Ivan Seixas, jornalista, ex-militante do Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT) e membro do Fórum Nacional dos Ex-Presos Políticos. Entrevista feita após palestra no auditório do Departamento de História da FFLCH-USP, em setembro de 2010

Artigos de jornais e revistas

- AMOROSO LIMA, Alceu. "O Centenário dos Dominicanos". Folha de S. Paulo, São Paulo, 06/11/1981

- BARBOSA, Neusa. "Batismo de Sangue traz a visão de frei Betto sobre a ditadura". Crítica do filme *Batismo de Sangue* publicada no site Cineweb e distribuída pela agência Reuters em 19/04/2007

- BUTCHER, Pedro. "Batismo de Sangue peca pelo didatismo". Crítica do filme *Batismo de Sangue* publicada no jornal Folha de S. Paulo em 20/04/2007

- CABALLERO, Mara. "Dominicanos, Hoje Como Sempre". Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 09/08/1978

- CIVITA, Roberto. "Por dentro da História – Diretor de Realidade, Roberto Civita conta os bastidores da apreensão da revista e a luta para derrubar a decisão na Justiça". São Paulo, Editora Abril, maio de 2010.

- CORÇÃO, Gustavo. "Ainda a carta dos dominicanos". O Estado de S. Paulo, 14/02/1970

- KALILI, Narciso. "Revolução na Igreja". Revista Realidade nº 7. São Paulo, Editora Abril, outubro de 1966

- MERCADANTE, Luiz Fernando. “A benção, Sá Vigaria”. Revista Realidade, nº 10, Editora Abril, São Paulo, janeiro de 1967.
- MERTEN, Luiz Carlos. “Entre a fé e a ação revolucionária”. Crítica do filme Batismo de Sangue publicada no jornal O Estado de S. Paulo em 20/04/2007
- NUNES, Ruy. “Os Dominicanos no Brasil”. O Estado de S. Paulo, São Paulo, 30/10/1981
- OLIVEIRA, Plínio Corrêa de. Artigos sem título publicados na Folha de S. Paulo e, 15/10, 26/10 e 02/11/1969
- PESSOA, Lenildo Tabosa. “A resposta ao cardeal”. Jornal da Tarde, 25/04/1968
- _____. “O que dirá agora a CNBB”? Jornal da Tarde, 06/11/1969
- RATTON, Helvécio. “Batismo de Sangue vai além da sala escura”. O Globo, 31/05/2007
- SERRA, José. Entrevista Rolling Stone – Eleições 2010. Revista Rolling Stone Brasil, São Paulo, setembro de 2010.
- “Apesar das críticas de Dom Agnelo e de um vespertino, a peça vai voltar à cena”. Folha da Tarde, São Paulo, 19/04/1968. Texto apócrifo
- “A sociedade traumatizada”. Editorial, O Estado de S. Paulo, 05/11/1969

Internet

- ARAÚJO, Inácio. Texto sem título sobre o Festival de Cinema de Brasília de 2006, publicado no blog Canto do Inácio (<http://cantodoinacio.blogspot.com>), em 29 de novembro de 2006.
- Website da Revista Veja: Reprodução das edições publicadas entre 1968 e 1969, com reportagens de capa sobre a Batalha da Maria Antonia, o 30º Congresso da UNE, a caçada da polícia ao militante comunista Carlos Marighella e a morte de Marighella. A íntegra das reportagens está disponível no site http://veja.abril.com.br/arquivo_veja/regime-militar-ditadura-ai5-medici-geisel-figueiredo-lamarca-marighella-terror-torturas-herzog-anistia.shtml
- Website da Escola Dominicana de Teologia (<http://www.edt.edu.br/>)
- Website oficial da Ordem dos Pregadores no Brasil (www.dominicanos.org.br)

Parte 2 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Marcos Alexandre de. *A disputa pela memória: os filmes Lamarca e O que é isso, companheiro?* Tese de doutoramento defendida na Unesp/Assis. Assis, digitado, 2008

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares & WEIS, Luiz. “Carro-Zero e Pau-de-Arara: o Cotidiano da Oposição da Classe Média ao Regime Militar”. In: *História da Vida Privada no Brasil – Volume 4*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

ALVES, Marcio Moreira. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

ÂNGELO, Ivan. “Nós, que Amávamos Tanto a Literatura”. In: *Brasil: O Trânsito da Memória - O Papel Político dos Meios de Comunicação de Massa*. In: Sosnowski, Saul e Schwartz, Jorge (orgs.) São Paulo, Edusp, 1994

ANTUNES, Maria Fernanda Marques. *O Projeto de Brasil da esquerda católica expresso no semanário Brasil, Urgente*. São Paulo. FFLCH/USP, 1999

BERNARDET, Jean Claude. *Brasil em tempo de cinema: Ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966*. São Paulo, Companhia das Letras, 2006

BONITZER, Pascal. *Les silences de la voix*. Revista Cahiers du Cinema, nº 256 – Paris. Fev/Mar 1975

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. *As revoluções utópicas: A revolução política na Igreja*. A revolução estudantil. 2a. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 1979.

CANDIDO, Antonio. O Mundo Coberto de Moços. In: SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org.) *Maria Antonia: Uma rua na contramão*. São Paulo, Nobel, 1988

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1975

_____. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1973 – 2ª ed.

CARDOSO, Fernando Henrique & FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970

CASTRO, Marcos. *A Igreja e o Autoritarismo*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editores, 1985

CATÃO, Francisco e VILELA, Magno José. *O monopólio do sagrado - uma análise da presença da Igreja no Brasil*. São Paulo. Best Seller/Círculo do Livro, 1994

- CZAJKA, Rodrigo. Redesenhando Ideologias: Cultura e Política em Tempos de Golpe, in *História: Questões & Debates* n° 40, Curitiba, UFPR, 2004
- CHAUÍ, MARILENA. *Seminários*. 2ª Edição. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984
- DA-RIN, Silvio. *Hércules 56 – O seqüestro do embaixador americano em 1969*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2009
- DREIFUSS, René Armand. *1964: A conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis, Vozes, 1981
- FURHARMAR, Leif & ISAKSSON, Folke. *Cinema e política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002
- _____. *A ditadura escancarada*. São Paulo, Companhia das Letras, 2002
- FERRO, Marc. Filme, uma contra-análise da sociedade? In: Le Goff e Pierre Nora (orgs.) *História: Novos Objetos*. Rio de Janeiro, Francisco Alves Ed., 1976
- _____. *A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação*. São Paulo. Instituição Brasileira de Difusão Cultural (Ibrasa), 1983.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. São Paulo: Editora Ática, 1987
- HOBSBAWN, Eric J. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*; Trad. Marcos Santarrita, São Paulo, Companhia das Letras, 1995
- JOSAPHAT, Carlos, O.P.. *Evangelho e Revolução Social*. São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1962
- KEMPIS, Tomás de. *Imitação de Cristo*. Petrópolis, Editora Vozes, 1969. (42ª edição, 2009)
- LEBEL, Jean-Patrick. *Cinema e Ideologia*. Editorial La Stampa Ltda, Lisboa, 1972 – 2ª edição, 1975
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, Editora Unicamp, 1990
- MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral*. Petrópolis, Editora Vozes, 1990

MICELI, Sergio. O Papel Político dos Meios de Comunicação de Massa. In: Sosnowski, Saul e Schwartz, Jorge (orgs.) *Brasil: O Trânsito da Memória*. São Paulo, Edusp, 1994

MIR, Luis. *A Revolução Impossível*. São Paulo: Best-Seller, 1994

MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira (Pontos de Partida para uma Revisão Histórica)*. 9ª edição. São Paulo, Editora Ática, 1994

MUNAKATA, Kazumi. Histórias que os Livros Didáticos Contam, Depois que Acabou a Ditadura Militar no Brasil. In: Freitas, Marcos Cezar de. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 6ªed. São Paulo, Contexto, 2007

NAGIB, Lucia. *O Cinema da Retomada*. São Paulo: Editora 34, 2002

NAPOLITANO, Marcos. A escrita fílmica da história e a monumentalização do passado: uma análise comparada de Amistad e Danton In: CAPELATO, Maria Helena, MORETTIN, Eduardo, NAPOLITANO, Marcos e SALIBA, Elias Thomé (orgs.). *História e cinema: dimensões históricas do audiovisual*. São Paulo, Alameda Editorial, 2006

NETO, Lira. *Castelo: A marcha para a ditadura*. São Paulo: Editora Contexto, 2004

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado*. 1a. ed. São Paulo: Kairós, 1979.

SACCHETTA, Vladimir; CAMARGOS, Marcia; MARINGONI, Gilberto (orgs). *A imagem e o gesto – Fotobiografia de Carlos Marighella*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 1999

SANTOS, Maria Cecília Loschiavo (org.) *Maria Antonia: Uma rua na contramão*. São Paulo, Nobel, 1988

SCHWARZ, Roberto. Cultura e Política 1964-1969 – In: *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Paz e Terra, 1969

SILVA, Luiz Henrique de Castro. *O revolucionário da convicção: Joaquim Câmara Ferreira, o Velho Zinho*. Dissertação de mestrado em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2008.

SILVA, Marcos. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____ e FONSECA, Selva Guimarães. *História do século XXI – Em busca do tempo entendido*. Campinas: Papirus, 2007

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo, 1964 – 1985*. Tradução: Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SIMAS, Mario. *Gritos de Justiça – Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986

SOUZA, Admar Mendes de. *Frades dominicanos em Perdizes: movimentos de prática política nos anos de 1960 no Brasil*. São Paulo, Universidade de São Paulo, FFLCH, 2003(Dissertação de mestrado)

SOUZA, Percival de – *Autópsia do Medo: Vida e Morte do Delegado Sérgio Paranhos Fleury*. São Paulo, Editora Globo, 2000

VESENTINI, Carlos Alberto. *A Teia do Fato. Uma proposta de estudo sobre a memória histórica*. São Paulo: Hucitec, 1997,

XAVIER, Ismail. Do Golpe Militar à Abertura: a Resposta do Cinema de Autor. In: *O Cinema Brasileiro Moderno*. São Paulo, Paz e Terra, 2001

_____. *O Discurso Cinematográfico – A opacidade e a transparência*. São Paulo, Paz e Terra, 2ª ed., 1984